UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

Aliana Lopes Câmara

A ORAÇÃO RELATIVA EM PORTUGUÊS SOB A PERSPECTIVA DISCURSIVO-FUNCIONAL: INTERFACE ENTRE A DESCRIÇÃO E O ENSINO

São José do Rio Preto

2015

Aliana Lopes Câmara

A ORAÇÃO RELATIVA EM PORTUGUÊS SOB A PERSPECTIVA DISCURSIVO-FUNCIONAL: INTERFACE ENTRE A DESCRIÇÃO E O ENSINO

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Análise Linguística

Orientadora: Profª. Drª. Erotilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto

2015

Câmara, Aliana Lopes.
A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional : interface entre a descrição e o ensino / Aliana Lopes Câmara. -- São José do Rio Preto, 2015
177 f. : il., gráfs.

Orientador: Erotilde Goreti Pezatti
Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Gramática discursivo funcional. 4. Gramática - Estudo e ensino. 5. Língua portuguesa – Português falado. 6. Linguística de corpus. I. Pezatti, Erotilde Goreti. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

Aliana Lopes Câmara

A ORAÇÃO RELATIVA EM PORTUGUÊS SOB A PERSPECTIVA DISCURSIVO-FUNCIONAL: INTERFACE ENTRE A DESCRIÇÃO E O ENSINO

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Análise Linguística

Comissão Examinadora

_____
Profª. Drª. Erotilde Goreti Pezatti
UNESP – São José do Rio Preto
Orientador

_____
Profª. Drª. Mariângela Rios de Oliveira
UFF – Rio de Janeiro

_____
Prof. Dr. Edvaldo Balduíno Bispo
UFRN - Natal

_____
Profª. Drª. Gisele Cássia de Sousa
UNESP – São José do Rio Preto

_____
Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto

6 de março de 2015

Ao meu mindoinzim,

João Carlos,

meu amor, minha vida.

Agradecimentos

A Deus, sempre presente em meu coração, pela vida e pela oportunidade de concluir este trabalho.

À minha orientadora Erotilde, por acreditar no meu trabalho e por confiar no meu potencial como pesquisadora. Meus mais sinceros agradecimentos por dois momentos fundamentais e inesquecíveis no decorrer desta jornada, que foram marcados por estas duas frases proferidas por ela: “é claro, seja bem-vinda” e “que coisa maravilhosa, não se preocupe, vai dar tudo certo”. A primeira dita após meu pedido para fazer sua disciplina na pós como aluna especial, e a segunda, poucos meses após ingressar no Doutorado, ao informá-la de que eu estava grávida. Agradeço à dedicação e ao profissionalismo com que leu todos os meus textos e com que conduziu nossas discussões. Minha vida foi profundamente marcada pelos momentos que passamos juntas e em que pude aprender, com seu modelo de mãe, mulher e pesquisadora, como ser mais dedicada, mais humana e mais confiante. Não posso deixar de agradecer também às inúmeras e incontáveis conquistas e sonhos que realizei graças a ela.

A todos do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, de São José do Rio Preto, que me mostraram que fazer pesquisa é aceitar que nem sempre estamos certos, que sempre há mais de um ponto de vista, que sempre é possível saber mais e melhorar aquilo que estamos fazendo. Isso é pesquisar: um constante ir e vir, por estradas nem sempre tão retas, que levam sempre à certeza de que há mais por fazer.

Às amigas Talita, Joceli, Ana Maria, Norma, Lis, Dany e Gabi, companheiras de viagens e de sonhos, pelas palavras de encorajamento e de amizade e pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

Às amigas Ana Paula e Hérica, pelo incentivo constante e pela sensibilidade com que sempre me ouviram e me apoiaram.

Ao professor Roberto, pesquisador e escritor brilhante, por ter me contagiado com o gosto pela pesquisa desde o primeiro ano da Graduação. Agradeço também aos inesquecíveis momentos de discussão, regados com uma excelente dose de bom humor e um delicioso gosto de peixe assado.

À Hella, que, com sua sabedoria e profundo conhecimento sobre a GDF, conduziu-me a importantes descobertas.

À Gisele, à Mariângela, ao Edson e ao Bispo, pela leitura atenta deste trabalho e pelos frutíferos comentários que foram fundamentais para a sua finalização.

À Prof.ª Lília, minha orientadora na qualificação especial, por ter me instigado na procura de respostas para o ensino do português, encaminhando-me numa aventura pelos livros didáticos.

Agradeço também à leitura atenta do artigo de qualificação e aos valiosos comentários, que permitiram enriquecer meu trabalho de descrição com reflexões sobre o ensino.

À Profª Luciani, que, durante sua disciplina na pós, orientou minha discussão sobre os aspectos prosódicos das orações relativas, enriquecendo meu trabalho com a análise fonológica das ocorrências.

Ao meu filho, por dar um novo sentido à minha vida, com seus sorrisos, seus olhares, seus gestos, seu carinho, seu amor, suas brincadeiras, suas perguntas, suas artes. Nossas canções e nossas leituras antes de dormir. Enfim, por tudo isso e muito mais que ainda temos pela frente e em que pretendo compensar toda a minha ausência durante esses quatro anos.

Ao Leandro, por sempre me incentivar a ambicionar sonhos mais altos, por estar ao meu lado me apoiando incondicionalmente e por compreender meus momentos de ausência.

À minha sogra e ao meu sogro, Roseli e José Carlos, por cuidarem do meu filho tão bem, com tanto carinho, amor, dedicação e entusiasmo, diminuindo um pouquinho de minha culpa por estar tão ausente, mesmo querendo estar tão junto.

Aos meus pais, João e Helena, pelo apoio e pela confiança incomensuráveis. Por compreenderem minha ausência e por estarem sempre ao meu lado, incentivando minhas decisões.

A todos os meus colegas e amigos de profissão que conheci nesta jornada como professora, partindo de Pitangueiras e passando por Nipoã e por Mirassol, para finalmente voltar para casa. Agradeço, em especial, às amigas Marilene, Luzia Y., Fátima Deghaid e Marcela, em quem me espelho para fazer um trabalho cada vez melhor, com mais competência e paciência, e de quem sinto tanta saudade. Sei que agora não estão perto, mas sempre estão junto ao meu coração.

Aos meus colegas e amigos da escola Justino, com quem convivo diariamente e que sempre me apoiam e me dão força.

A todos os meus alunos, por me desafiarem e me levarem sempre a repensar a minha prática.

Ao Márcio por ter editado os dados orais, eliminando sons ruidosos que comprometiam a análise.

À Gislaine Gameiro e à Luciane Passoni pela revisão pormenorizada das referências bibliográficas.

À Maria Teresa e à Maria José, supervisoras de ensino e responsáveis pelo Programa Bolsa Mestrado/Doutorado na Diretoria de Ensino de São José do Rio Preto.

À Margareth, diretora do núcleo de finanças da Diretoria de Ensino, pela prontidão, eficiência e gentileza em sanar as minhas dúvidas e me auxiliar com aspectos referentes ao auxílio financeiro.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por fomentar esta pesquisa, permitindo a redução de minha jornada de trabalho e possibilitando a realização de um trabalho com mais qualidade.

“(...) saber expressar-se numa língua não é simplesmente dominar o modo de estruturação de suas frases, mas é saber combinar essas unidades sintáticas em peças comunicativas eficientes, o que envolve a capacidade de adequar os enunciados às situações, aos objetivos da comunicação e às condições de interlocução. E tudo isso se integra na gramática.” (NEVES, 2002, p. 226)

RESUMO

Este estudo descreve as orações relativas nas variedades portuguesas, com base no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Tendo como objetivo determinar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas da oração relativa e do item que a encabeça, seleciona-se como universo de investigação o córpus "Português Falado", representativo do português como língua oficial. Parte-se das seguintes hipóteses: (i) o item que encabeça a oração relativa contém estatuto morfológico de pronome relativo; (ii) a ordenação dos constituintes na oração relativa obedece aos mesmos princípios de colocação dos constituintes na oração independente; e (iii) a oração relativa pode operar na organização de trechos discursivos. Os resultados indicam a existência de três tipos de relativas: interativa, apositiva e restritiva. A relativa interativa contribui para o monitoramento da interação e consiste em um Movimento, em relação de dependência pragmática com outros Movimentos, sendo marcada pela função interacional Resgate, já que retoma informações do Componente Contextual. A relativa apositiva, por sua vez, é formulada pragmaticamente como um Ato Discursivo em relação de dependência com outro Ato (a oração principal) e é marcada pela função retórica Aposição, cujo papel é acrescentar informação de Fundo sobre o núcleo nominal. A relativa restritiva, diferentemente das outras duas, define-se no Nível Representacional e funciona como um modificador do núcleo nominal que delimita um referente específico dentre um conjunto de referentes possíveis. As orações relativas são prototipicamente formuladas no molde de conteúdo categorial, uma vez que partem necessariamente de uma informação já disponível no Componente Contextual, o pronome relativo, que consiste em um Subato Referencial com função pragmática Tópico. A diferença no processo de formulação dos três tipos tem reflexos na codificação fonológica das construções. As análises oitiva e computacional mostram que a relativa restritiva é codificada como uma Frase Fonológica, a relativa apositiva como uma Frase Entoacional e a relativa interativa como um Enunciado Fonológico. A partir dos resultados da descrição linguística, realiza-se uma interface entre a descrição e o ensino, apresentando-se algumas propostas, como levar o aluno a perceber o funcionamento da oração relativa no texto, inserir o texto oral na sala de aula e considerar o pronome relativo no estabelecimento da coesão textual.

Palavras-chave: Oração relativa. Pronome relativo. Gramática Discursivo-Funcional. Ensino de gramática.

ABSTRACT

This study describes the relative clauses in the Portuguese language, based on the theoretical framework of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Aiming to establish the pragmatic, semantic, morphosyntactic and phonological properties of the relative clause, it was selected as the research's corpus "Spoken Portuguese", representative varieties of official spoken Portuguese. It starts from the following assumptions: (i) the item that tops the relative clause contains morphological status of relative pronoun; (ii) the ordering of constituents in the relative clause follows the same principles for the placement of the constituents in the independent clause; and (iii) the relative clause can operate in organizing discursive segments. The results indicate the existence of three types of relatives: interactive, non-restrictive and restrictive. The interactive relative clause contributes to the monitoring of the interaction and consists of a Move in relation of pragmatic dependency with other Moves, being influenced by the interactional function Rescue, since recoveries the Component Contextual information. The non-restrictive relative, in turn, is formulated as an Act in a pragmatic dependent relationship with another Act (the main clause) and it is marked by affixing rhetorical function, whose role is to give additional information about the nominal noun. A restrictive relative, unlike the others two, is defined in the Representational Level and acts as a modifier of the nominal noun and delimits a specific referent from a set of possible referents. The relative clauses are prototypically made in the categorical content frame, since it necessarily depart from information already available in the Contextual Component, the relative pronoun, which consists of a Referential Subact with the pragmatic function of topic. The difference in the formulation of the three types is reflected in their prosodic coding. The hearsay and computational analyzes show that the restrictive relative is coded as a Phonological Phrase, the non-restrictive relative as an Intonational Phrase and interactive relative as a Utterance. From the results of linguistic description, I make an interface between the description and the teaching, presenting some proposals, such as leading the student to understand the functioning of the relative clause in the text, insert the oral text in the classroom and consider the relative pronoun in establishing textual cohesion.

Keywords: Relative clause. Relative pronoun. Functional Discourse Grammar. Grammar teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

(A) Lista de figuras

Figura 1- A variante padrão 29

Figura 2 – A variante de pronome cópia 29

Figura 3 – A variante de lacuna 31

Figura 4 – A variante cortadora 31

Figura 5 – Modelo de interação verbal 44

Figura 6 – Moldes de ordenação na GDF 71

Figura 7 – Ordenação hierárquica dos constituintes 71

(B) Lista de gráficos

Gráfico 1 – Variação prosódica do enunciado “sou de uma geração *que não é tão antiga*” 126

Gráfico 2 – Variação prosódica do enunciado “A única coisa *que ele ainda gosta até hoje* é botar cerveja pra mim porque faz espuma”. 127

Gráfico 3 – Variação prosódica do enunciado “a Rosires, *que é nossa diretora*” 127

Gráfico 4 – Variação prosódica do enunciado “eu troco muito mais roupa com ela *que é minha amiga* do que com a minha própria irmã” 128

Gráfico 5 – Variação prosódica do enunciado “uma advogada essa que era mocinha, *que eu já citei*” 129

(C) Lista de esquemas

Esquema 1 – Integração semântico-sintática da oração relativa 38

Esquema 2 - Esquema Geral da GDF 46

Esquema 3 - Da intenção comunicativa à articulação da oração relativa: propostas para o ensino 162

(D) Lista de quadros

Quadro 1 – Distribuição de Estratos no Componente Contextual 58

Quadro 2 – Correspondência entre Palavras Gramaticais e Palavras Lexicais 70

Quadro 3 - Distinção entre conjunção e pronome relativo 114

Quadro 4 - Ordenação dos constituintes hierárquicos 119

Quadro 5 - Ordenação dos constituintes configuracionais 123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 A ORAÇÃO RELATIVA NA LITERATURA 23

2.1 A perspectiva da tradição gramatical 24

2.2 A perspectiva tipológica 26

2.3 A perspectiva gerativista 28

2.4 A perspectiva funcionalista 33

3 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL: PRINCÍPIOS GERAIS 43

3.1 O Nível Interpessoal 49

3.1.1 O empacotamento da informação 53

3.1.2 Interface entre o Contexto e a Gramática 56

3.1.3 Funções pragmáticas e moldes de conteúdo 60

3.2 O Nível Representacional 66

3.3 O Nível Morfossintático 68

3.4 O Nível Fonológico 73

4 CÓRPUS E METODOLOGIA 80

5 A ORAÇÃO RELATIVA NO PORTUGUÊS 86

5.1 A oração relativa restritiva 86

5.2 A oração relativa apositiva 94

5.3. A oração relativa interativa 99

5.4 Moldes de conteúdo na oração relativa 104

5.5 O estatuto morfossintático do item *que*: uma questão de alinhamento 106

5.6 A ordenação dos constituintes da oração relativa 114

5.7 A codificação fonológica da oração relativa 123

5.7.1 Análise de oitiva 123

5.7.2 Análise computacional 125

5.8 Conclusões 130

6 CONTRIBUIÇÕES DA DESCRIÇÃO PARA O ENSINO DA ORAÇÃO RELATIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL II 134

6.1 Redefinindo o conceito de oração relativa e de seus subtipos 136

6.2 As propostas de ensino da oração relativa nos LD 142

6.3 As propostas de integração texto e gramática nos LD 146

6.4 As propostas de ensino das relativas não-padrão nos LD 153

6.5 Conclusões 161
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 165
REFERÊNCIAS 169

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, investiga-se a oração relativa na lusofonia no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF). Restringe-se ao estudo das relativas desenvolvidas com antecedente; por isso, vamos destacar nos estudos elencados apenas o que seja relevante para a compreensão desse tipo de relativa, ou seja, não pretendemos discutir detalhadamente as relativas sem núcleo, nem as relativas de frase e nem as *prepositional-stranding*[1].

Considerando-se a estrutura modular da GDF, determinam-se as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas da oração relativa, identificando como as intenções comunicativas do Falante determinam suas escolhas linguísticas.

O tema deste estudo foi amplamente investigado a partir da perspectiva formalista (ALEXANDRE, 2000; CORRÊA, 1998; KATO, 1996; SOUZA, 2007; TARALLO, 1983), o que gerou uma tradição de estudo da oração relativa a partir da ideia de movimento de constituintes. Esses trabalhos partem da distinção entre as diferentes estratégias de relativização (padrão, cortadora e copiadora[2]), conforme descritas por Tarallo (1983).

Para Tarallo (1983)[3], a relativa padrão é a única que exige movimento, o que quer dizer que, nesse tipo de construção, o sintagma relativizado é movido para a posição inicial, deixando uma lacuna em sua posição de origem. Quando as posições sintáticas são preposicionadas, a preposição é "movida" juntamente com o pronome relativo, com em (1)[4].

(1) mas olhando para esse momento *em que, as pessoas já estão a despertar a atenção nisso* (e_i), nós vemos que há de novo uma participação na área desportiva. (Moç97:SentimentoDesporto:l.10)

Na relativa copiadora, exemplificada em (2), o sintagma relativizado não é movido para a posição inicial, ficando a lacuna preenchida por um pronome lembrete (*ele*, no exemplo), que retoma o conteúdo semântico do antecedente.

[1]Nesse tipo de relativa, comum na língua inglesa, a preposição fica "encalhada" ou abandonada na relativa na posição original do constituinte relativizado, apenas o nome não está presente. De maneira similar a outras línguas românicas como o espanhol, o francês e o italiano, não é um tipo comum em português, que só admite o encalhamento de preposição com preposições lexicais, como "Essa é a mesa que todo mundo bota o chapéu *em cima*" (CAMACHO, inédito).

[2]Opta-se aqui por não se estudarem as relativas copiadoras (cf. capítulo 2).

[3]Cf. mais detalhes sobre as estratégias de relativização no próximo capítulo.

[4]A cada capítulo, inicia-se uma numeração crescente dos exemplos.

(2) precisamente quando, eh, vivia... com a minha mãe, bom, conjuntamente estavam, estavam dois irmãos, um mais velho, *que eu sigo* ***a ele*** e outro segue-me a mim (Moç86:Chuva l.6)

A relativa cortadora, por sua vez, também é uma relativa de lacuna, em que há primeiramente o apagamento do objeto pronominal e depois o apagamento da preposição para evitar o seu abandono, como exemplificado em (3).

(3) não tem nada a ver se o nado foi vivo ou morto. houve parto, é aquilo *que ela referiu* (e_i). eh, foram nove meses de gravidez, portanto a licença visa a, a recuperação da parturiente e não do, do, do, do, do filho (Moç97:Maternidade:l.66)

Entre os pesquisadores da língua portuguesa (ALEXANDRE, 2000; CORRÊA, 1998; KATO, 1996; SOUZA, 2007; TARALLO, 1983) que partem da perspectiva gerativista, é consenso que as relativas *pied piping* (preposicionadas) e com pronome relativo diferente de *que* derivam de movimento do constituinte *qu-*. No entanto, ao se estudarem as relativas de sujeito e de objeto direto e as relativas não-padrão (cortadora e copiadora), ora o constituinte *que* é analisado como um pronome relativo autêntico ora como um complementizador/conjunção/marcador de relativização. O estatuto morfossintático do item que encabeça a oração relativa é determinado, nesses estudos, a partir da existência ou não de movimento de constituintes, ou seja, quando se postula a existência de movimento, afirma-se o estatuto de pronome relativo para tal item; por outro lado, quando se postula o não movimento, afirma-se o estatuto de conjunção.

Dentro de uma perspectiva funcionalista, que não permite nem movimento nem apagamento de constituintes, é preciso encontrar outra explicação para o estatuto morfossintático do item que encabeça a oração relativa. Bagno (2011) defende que *que* tenha se tornado um relator universal, não funcionando mais no estabelecimento de referência anafórica, e aponta também para o uso não anafórico do pronome relativo *onde*, como exemplificado em (4). Segundo o autor, *onde* funciona, nesse exemplo, como um organizador do discurso.

(4) evidentemente numa sociedade... do tipo... dis-tributiva... ou numa sociedade... co-letivista como são... as sociedades... socialistas... essa questão... toma uma outra dimensão... porque DESAPARECE... por assim dizer... a chamada relação... patrão... e empregado... *onde o estado... assume.... evidentemente todos os encargos... para com os seus... concidadãos...* (NURC/ REC/ 131, apud BAGNO, 2011, p. 92)

Marinho (2002), por sua vez, analisa *onde* como pronome relativo, quando sua função principal é a retomada anafórica, atuando na organização tópica do discurso, e como conector argumentativo, quando sua função principal parece ser a de conectivo, isto é, nos casos em que não é possível identificar um referente ou em que é possível interpretar que os constituintes estão unidos por uma relação argumentativa. Já Coelho (2001) analisa a gramaticalização dessa partícula, a partir de dados do português arcaico e do contemporâneo, verificando que, no português ducentista, *onde* já era usado na organização discursiva. Ademais, nessa época, já se verifica uma grande diversidade nos sentidos de *onde* (procedência, tempo, instrumento, explicação, causa, adição e fim) e no seu funcionamento (pronome relativo, marcador conversacional e partícula expletiva). De fato, a autora conclui que o uso de *onde* para marcar lugar amplia-se apenas após a publicação da primeira gramática da língua portuguesa no século XVI por Fernão de Oliveira.

Esses estudos comprovam o estatuto morfossintático de conjunção para alguns usos de *onde*, embora o uso desse item como pronome relativo ainda se mantenha. Essa multifuncionalidade de *onde* é própria de constituintes que passam por um processo de gramaticalização. Apesar de já atestada para *onde*, a gramaticalização dos outros pronomes relativos ainda deve ser investigada, em especial o item *que*, devido à alta frequência desse constituinte tanto em situações formais como informais.

Oliveira (2001), partindo de uma abordagem funcionalista, propõe que a relativa apositiva[5] (sintática e semanticamente menos integrada) deu origem, por meio de um processo de gramaticalização, à relativa restritiva (sintática e semanticamente mais integrada). Para a autora, o estatuto do item que encabeça essas construções está relacionado ao tipo de construção, ou seja, nas relativas menos integradas teria estatuto mais pronominal e nas relativas mais integradas prevaleceria seu papel relacional.

Como se vê, não há consenso sobre o estatuto morfossintático do constituinte prefaciador da oração relativa. Neste estudo, portanto, investiga-se o estatuto morfossintático desse item dentro do arcabouço teórico do funcionalismo holandês, na tentativa de lançar um novo olhar sob essa problemática. Busca-se comprovar a hipótese de que o item que encabeça a oração relativa tem o estatuto morfossintático de pronome relativo, mesmo na relativa cortadora, devido à manutenção da sua função anafórica.

[5]As orações relativas apositivas têm sido denominadas na literatura frequentemente como "explicativas" e "não restritivas", entretanto adotamos, ao longo deste trabalho, o termo "apositiva" para fazer referência à função retórica Aposição expressa por esse tipo de relativa (cf. capítulo 5).

No âmbito da Semântica Argumentativa, Wittke (2006) discute os sentidos veiculados pelas orações relativas (para a autora, não há distinção, em termos semânticos, entre relativa restritiva e apositiva) e argumenta contra a relação de subordinação sintática, tal como proposta pela gramática tradicional, e a favor de uma relação de subordinação semântica. A partir da tese de que a argumentação está inscrita na língua, a autora afirma que a oração relativa influencia os sentidos produzidos na construção argumentativa do texto. A inovação de seu estudo encontra-se exatamente na proposta de análise da oração relativa não só em seu funcionamento sintático, mas também nos sentidos que veicula. Duas questões tratadas pela autora serão problematizadas neste trabalho: a suposta equivalência semântica entre a relativa restritiva e a relativa apositiva e a suposta independência sintática entre o núcleo nominal e a relativa.

Baseando-se no funcionalismo norte-americano, Decat (2001, 2004)[6] argumenta a favor da existência de relativas sintaticamente independentes ou "desgarradas". A autora descreve a oração relativa, mostrando que a relação de dependência dessas orações necessita ser investigada, considerando-se o contexto em que ocorrem e seu papel na organização discursiva. Afirma ainda que as relativas apositivas "desgarradas" são estratégias de focalização que desempenham um importante papel no percurso argumentativo textual, na medida em que materializam a intenção do produtor do texto de dar ênfase a determinado aspecto, como nos exemplos a seguir.

(5) Este o teor da carta recebida do leitor Aresio Marques, pescador que acredita na existência do caboclo d'água. *Um direito que lhe assiste*. (Plinio Barreto, "Caboclo de novo", ESTADO DE MINAS, 16/06/04, p. 2, apud DECAT, 2004, p. 96)

(6) O fato é que o Repórter Vesgo, do programa *Pânico na TV*, já virou "celebridade" de tanto correr atrás de famosos nas festas do mundinho vip. *O que não quer dizer que tenha deixado de ser* persona non grata *nas rodas onde circula*. (Daniela Mata Machado, "Chato de carteirinha", ESTADO DE MINAS, 12/06/04, *Coluna Caras e Bocas*, p.7, apud DECAT, 2004, p. 96)

(7) Na hora agá, ela fraquejou. Não apareceu. Não pulou a janela com a trouxa. Ele acabou se afastando desiludido, mas começou a mandar cartas para ela através de um amigo. *Que não as entregou*. Ao contrário, guardou-as, começou a namorar a moça e logo casou-se com ela. (Affonso Romano de Sant'Anna, "Fugir por amor", ESTADO DE MINAS, 14/11/04, Caderno *Cultura*, p.8, apud DECAT, 2004, p. 97)

[6]Cf. também os estudos sobre a independência das orações subordinadas adverbiais, a partir da perspectiva funcionalista (DECAT, 1999; GARCIA, 2010; STASSI-SÉ, 2012).

A autora entende que as orações relativas desgarradas, com vistas a dar maior ênfase à informação veiculada, podem exercer função textual-discursiva. A função *avaliação*, como o nome já diz, traz uma avaliação feita pelo próprio produtor do texto sobre o assunto de que está tratando, como em (5) e (6). Já a função *retomada* é usada para reaver informações veiculadas anteriormente no texto, tal como em (7), em que o pronome retoma o referente *amigo*.

Pelo menos duas questões são suscitadas pela proposta de Decat. Primeiramente, será que de fato há um funcionamento sintático idêntico (independência sintática) entre as três construções acima referidas, apesar de cada uma delas iniciar-se de modo diferente (*sintagma nominal + que*, *o que* e *que*, respectivamente)? Em outras palavras, não haveria nenhuma diferença estrutural entre elas, apesar de as duas primeiras serem introduzidas por sintagma nominal e pronome *o*, respectivamente, e a última referir-se claramente ao sintagma *amigo*, presente na oração anterior? E, em segundo lugar, considerando que a autora defende a independência sintática da oração relativa com relação ao núcleo nominal, o item que encabeça as construções desgarradas continuaria exercendo a sua função de transpositor de oração subordinada (nos termos de BAGNO, 2011, p. 900)? Em outros termos, considerando que a oração relativa se encontra sintaticamente desvinculada do núcleo, será que o item que a encabeça deixa de funcionar como um pronome relativo prototípico com função de (além de retomar anaforicamente o núcleo) "recategorizar a sentença encaixada em um adjetivo" (BAGNO, 2011, p. 900)?

Os estudos de Wittke (2006) e Decat (2001, 2004) investigam o funcionamento textual das orações relativas e apontam para dois aspectos que, devido à sua complexidade, ainda precisam ser investigados: o funcionamento discursivo da oração relativa e a suposta relação de independência morfossintática dessas construções. A hipótese deste trabalho, formulada sobretudo a partir desses estudos, é a de que a oração relativa possa operar na organização de trechos discursivos, constituindo-se como um Movimento, uma vez que pode consistir em uma contribuição autônoma para a interação.

A ordenação dos constituintes tem um peso muito forte nos estudos em Gramática Discursivo-Funcional, levando Pezatti (2014) a realizar um amplo estudo sobre a ordenação dos constituintes na oração independente em português. Por meio de uma observação geral dos usos da oração relativa, constata-se que, em português, não parece haver diferença entre a ordem dos constituintes da oração independente e a ordem dos constituintes da oração relativa. Isso difere de outras línguas, em que os padrões de ordenação dos constituintes das orações subordinadas diferem daqueles disponíveis para a oração independente. As sentenças

em (8) e (9) exemplificam, respectivamente, uma oração independente e uma oração subordinada em holandês.

(8) Ik heb gisterem het boek aan het meisje gegeven
Eu ter.PRS.1.SG ontem DEF livro para DEF garota dar.PTCP
'Eu dei o livro para a garota ontem'. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 356)

(9) dat ik gisteren het boek aan het meisje gegeven heb
CONJ eu.NOM ontem DEF livro para DEF garota dar.PTCP ter.PRS.1.SG
'que eu dei o livro para a garota ontem'. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 355)

Nas orações independentes, há uma posição especial P^2, que é obrigatoriamente preenchida pelo verbo finito, o que difere do padrão de ordenação das orações dependentes em que P^2 é preenchida pelo sujeito levando o verbo finito para a posição final da oração, onde forma um constituinte único com o verbo principal. Em português, por outro lado, a inserção da conjunção ou do pronome relativo na posição inicial da oração dependente leva todos os outros constituintes oracionais a serem posicionados à direita da conjunção e do pronome, sem que nenhum deles permaneça em uma posição obrigatória (cf. capítulo 5).

A terceira hipótese deste trabalho, portanto, diz respeito à codificação morfossintática dos constituintes da oração relativa. Apesar de a oração relativa apresentar um constituinte obrigatoriamente na posição inicial (o pronome relativo), a ordenação de seus constituintes obedece aos mesmos princípios que regem a colocação de constituintes nas orações independentes (PEZATTI, 2014), isto é, os constituintes hierárquicos têm orientação centrípeta, iniciando-se com a colocação dos constituintes com função pragmática e de níveis e camadas mais altas nas posições periféricas da oração em direção ao centro, enquanto a colocação dos constituintes configuracionais se inicia com o posicionamento do predicado na posição medial, para, a seguir, iniciar-se a colocação dos constituintes argumentais à direita e à esquerda do predicado.

A oração relativa é escolhida pelo Falante a partir de moldes de conteúdo específicos, com a intenção de atingir certos objetivos comunicativos. Isso quer dizer que, ao escolher o modo como irá empacotar sua mensagem, o Falante considera a informação pragmática que pressupõe estar na mente do Ouvinte. Também se pretende aqui determinar em que moldes de conteúdo a oração relativa pode ser formulada e com que objetivos são escolhidos pelo Falante.

Neste trabalho, realiza-se uma interface entre a descrição linguística e o ensino, que se justifica pelo fato de haver poucos trabalhos sobre o português que, baseados no arcabouço

teórico da GDF, proponham uma reflexão sobre o ensino de gramática. A única iniciativa nesse sentido foi realizada pelos integrantes do Grupo de Pesquisa em Gramática Discursivo-Funcional, de São José do Rio Preto, coordenado pela prof.ª Erotilde Goreti Pezatti, que, em 2011, apresentaram, no *XVI Congreso Internacional de la Alfal* (Alcalá de Henares-Espanha), trabalhos de análise de gramáticas e livros didáticos do português, formulando propostas para o ensino da subordinação, a partir dos pressupostos da GDF.

Segundo Oliveira e Cezário (2007), a incorporação ao ensino de discussões de diversas áreas da Linguística (como a Sociolinguística, a Análise do Discurso, a Pragmática, a Gramática Textual, entre outras) tem-se tornado uma prática desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Esse dado é outra motivação para a interface aqui empreendida. Apesar de essa relação não ser necessária à descrição da língua, pode, com certeza, auxiliar o trabalho do professor no ensino de gramática. A interface descrição e ensino traz, na verdade, vantagens para os dois lados, pois promove e enriquece a discussão sobre a gramática, já que tanto leva a novas questões para pesquisa como auxilia o professor na tarefa de ensinar língua materna. A relevância de propor algumas contribuições para o ensino de gramática respalda-se também em Neves (1993, 1999), que identificou uma descrença generalizada dos professores com relação ao ensino de gramática.

Corrêa (1998), partindo fundamentalmente de uma perspectiva formalista, estuda o processo de ensino-aprendizagem da oração relativa padrão na escola. Segundo a autora, o aprendizado da relativa preposicionada ocorre apenas nos anos finais do Ensino Médio, ampliando o leque de possibilidades do aluno e permitindo-lhe a variação das estratégias de relativização. A autora demonstra também que a relativa padrão preposicionada dificilmente tem uso produtivo pelos alunos, apesar dos diversos anos de escolaridade a que são submetidos, pois, mesmo quando induzidos a utilizá-la, escolhem estruturas equivalentes. Corrobora esses resultados o estudo de Kenedy (2007), para quem as relativas preposicionadas são estruturas não pertencentes à gramática natural do falante, sendo aprendidas apenas por meio da escolarização. O autor comprova essa hipótese ao verificar que crianças em fase de aquisição do francês, do espanhol, do inglês e do servo-croata não produzem a relativa preposicionada.

Bispo (2007), por seu turno, partindo de uma abordagem cognitivo-funcional, estuda a relativa cortadora e propõe algumas aplicações para o processo de ensino-aprendizagem. Para ele, o professor deve voltar-se para as expectativas e necessidades dos alunos, ou seja, deve considerar as variantes linguísticas dos alunos no tratamento da oração relativa. Para isso,

deve realizar, por meio de atividades de reescrita de textos, a comparação entre as diferentes estratégias de relativização, visando ao desenvolvimento da habilidade dos alunos de adaptação da linguagem às diferentes situações comunicativas.

Já Bagno (2011), em sua Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, apresenta uma proposta para o ensino da oração relativa que leva em conta as diferentes estratégias de relativização do português brasileiro. O autor propõe, dentre outras sugestões, que o professor parta de uma pesquisa que contraste o uso idealizado de *cujo* pela gramática tradicional com o uso real, tanto na modalidade falada como na escrita. Dessa forma, o aluno é levado a compreender o "grau de monitoramento estilístico do gênero textual (falado ou escrito) em questão" (BAGNO, 2011, p. 907).

Corrêa (1998), Bispo (2007) e Bagno (2011) têm como foco o ensino das relativas não-padrão, o que justifica a escolha aqui de buscar propostas para o ensino, em especial, da relativa restritiva e da apositiva. Pretende-se fomentar a discussão sobre as propostas de ensino da oração relativa, a partir de um ponto de vista teórico que relacione função e forma na descrição linguística. Baseando-se em atuais teorias para o ensino de gramática (BAGNO, 2007, 2011; NEVES, 1993, 1999, 2011a; TRAVAGLIA, 2009, 2011), propõem-se algumas contribuições para o ensino da oração relativa e do pronome relativo. Para tanto, este trabalho se baseia nos pressupostos teóricos da GDF, em que o Componente Gramatical é constituído pelos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico. Isso seguramente apresentará diversas contribuições para o ensino da oração relativa e para a elaboração de materiais didáticos que têm se limitado essencialmente à exploração de critérios semântico-sintáticos no tratamento da oração relativa (CÂMARA; ABREU-TARDELLI, 2014; PEZATTI; CÂMARA, 2014).

Este trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos. Após esta introdução, apresenta-se, no segundo capítulo, o estado de arte da oração relativa, considerando diferentes posições teóricas: tipológica, como a de Keenan e Comrie (1977) e a de Comrie (1989); formalista, como a de Tarallo (1983) e a de Kato (1996); e funcionalista, representada pelas propostas de Fox (1987), de Givón (2001), de Oliveira (2001) e de Bispo (2014).

No terceiro capítulo, apresentam-se os pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional, que embasam este estudo. Expõe-se a arquitetura do Componente Gramatical, definindo seus níveis e camadas, moldes de conteúdo e de predicação.

No quarto capítulo, apresentam-se o córpus lusófono e a metodologia de análise e retomam-se os objetivos e hipóteses deste trabalho.

No quinto capítulo, discutem-se as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas da oração relativa na lusofonia, distinguindo-se três tipos de oração relativa: interativa, apositiva e restritiva, e demonstrando o estatuto de pronome relativo da partícula *que*. Trata-se ainda, neste capítulo, da ordem dos constituintes da oração relativa, considerando-se os moldes de conteúdo e os moldes de predicação.

No sexto capítulo, apresentam-se algumas propostas para o ensino de oração relativa (que também podem auxiliar na elaboração de materiais didáticos), promovendo-se uma interface entre o ensino e os resultados da descrição linguística aqui empreendida.

No capítulo conclusivo, primeiramente, faz-se uma breve retomada das reflexões empreendidas em cada capítulo, para, a seguir, retomar-se o ponto de partida inspirador desta pesquisa e apresentarem-se questões suscitadas pela descrição e análise dos dados.

2 A ORAÇÃO RELATIVA NA LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se uma visão geral de como as orações relativas têm sido tratadas pela literatura a partir de diferentes perspectivas teóricas. A primeira seção está destinada à discussão das características da oração relativa, a partir da perspectiva da tradição gramatical. Na segunda seção, apresenta-se a classificação tipológica das orações relativas conforme Keenan e Comrie (1977) e Comrie (1989). Os autores propõem uma distinção translinguística entre relativas de lacuna, de retenção pronominal, de pronome relativo e de não-redução, de acordo com a expressão do núcleo nominal dentro da relativa. Dessa distinção resulta a conhecida hierarquia de acessibilidade. A importância desses estudos aqui reside na influência que exercem majoritariamente nas pesquisas sobre oração relativa no português brasileiro, no que tange à proposição de estratégias de relativização.

As orações relativas têm recebido muita atenção também dos pesquisadores gerativistas, em especial, com relação às estratégias de relativização disponíveis em língua portuguesa. Um dos estudos mais importantes sobre a relativização do português brasileiro foi realizado por Tarallo (1983). As descobertas desse autor criaram uma tradição de análise das relativas na perspectiva gerativista. Na terceira seção deste capítulo, expõem-se os resultados de dois estudos (KATO, 1996; TARALLO, 1983) que, apesar da diferente abordagem teórica (com relação à adotada aqui), podem ampliar a compreensão de nosso objeto de estudo. Um dos principais embates quanto às relativas não-padrão, segundo esses estudos, é o estatuto do item que encabeça a oração relativa, já que não há consenso se esse constituinte funciona de fato como um pronome relativo ou se apresenta propriedades que permitem postular-lhe o estatuto de conjunção. Essa questão será discutida, com mais profundidade, no capítulo 5 deste estudo, em que se pretende comprovar a hipótese de manutenção do estatuto pronominal para esse constituinte.

Para exemplificar o ponto de vista funcionalista, resenham-se brevemente os estudos de Fox (1987) e de Givón (2001), que propõem diferentes “funções/condições discursivas/pragmáticas” para as orações relativas. Para Fox (1987), que parte de uma perspectiva funcional-formal, as funções discursivas da oração relativa derivam da função sintática do nome relativizado. Givón (2001) também assume uma posição de análise que parte da relação entre as “dimensões” sintática e funcional, mas não estabelece uma relação de implicação entre as duas “dimensões”, por isso, é focalizada aqui apenas a descrição do autor

referente às “condições pragmáticas” da oração relativa. A proposta do autor é estabelecer uma relação entre o núcleo nominal (em termos de sua definitude e referencialidade) e o *status* dado/novo da informação veiculada pela oração relativa. Esses dois estudos se aproximam da perspectiva adotada aqui, na medida em que colocam em evidência o funcionamento pragmático da oração relativa. Além disso, a proposta de Givón de relacionar o tipo de núcleo e o tipo de oração relativa também se aproxima, em certa medida, da análise a ser efetivada no capítulo 5.

Ainda dentro do funcionalismo, mas partindo também da perspectiva histórica, consideram-se os estudos de Oliveira (2001) e de Bispo (2014). Oliveira (2001) propõe um *continuum* de dependência sintática para as orações relativas, que vai, num percurso de gramaticalização, desde o pólo (- dependente) para a relativa apositiva até o pólo (+dependente) para a relativa restritiva, passando por posições intermediárias e pouco categóricas. A relevância desse estudo aqui se deve à problematização quanto à (in)dependência da oração relativa em relação ao núcleo nominal, tema que também será tratado aqui. Já Bispo (2014), baseando-se na abordagem da Linguística Funcional Centrada no Uso, estuda as relativas não-padrão, buscando as motivações semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas para a escolha de cada uma das estratégias de relativização. A análise do autor se aproxima da GDF ao partir de uma perspectiva funcionalista que considera fatores de ordem semântica e pragmática no estudo da oração relativa.

2.1 A perspectiva da tradição gramatical

A oração relativa é tradicionalmente definida como a oração subordinada que tem valor de adjetivo, é introduzida por um pronome relativo e desempenha a função sintática de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente (CUNHA; CINTRA, 2011, p. 615). O pronome relativo, definido como aquele que se refere a um termo anterior, é responsável por fazer referência ao antecedente, transformar uma oração originariamente independente em um adjetivo e exercer função sintática na oração subordinada, fato que o diferencia das conjunções integrantes, que não desempenham nenhuma função sintática (BECHARA, 1999, p. 171). As funções sintáticas desempenhadas pelos pronomes relativos são: sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, adjunto adnominal e agente da passiva. Apesar da ampla gama de pronomes relativos elencados pelos gramáticos (*quem*, *o qual*, *cujo*, *que*, *quanto* e *onde*), há vários estudos sobre o português (BAGNO, 2011; CORRÊA, 1998; TARALLO, 1983, dentre outros) que comprovam que o único pronome relativo com alta

frequência na língua falada é *que*. Esses estudos mostram que, mesmo na escrita ou na fala de pessoas cultas e escolarizadas, é pouco frequente a utilização de outros pronomes relativos.

A oração relativa é classificada tradicionalmente em restritiva ou apositiva, a partir de critérios semânticos e prosódicos (cf. BECHARA, 1999; CUNHA; CINTRA, 2011; KURY, 1973). Quanto aos primeiros, diz-se que a relativa restritiva *delimita, define, restringe, limita, precisa* o sentido do núcleo nominal antecedente. Devido a essa função, a relativa restritiva não pode ser excluída sem prejuízo do sentido da oração complexa. Já a oração relativa apositiva, por ter valor de aposto explicativo ou atributivo, acrescenta uma qualidade acessória, esclarecendo o sentido do antecedente, portanto se refere apenas a uma particularidade, sem modificar a referência do antecedente. Deriva dessa característica, segundo Kury (1973, p. 70), a possibilidade de poder ser omitida sem trazer prejuízo "lógico" ao sentido geral da frase (traz prejuízo "estilístico"). Comentando as sentenças abaixo reproduzidas, Bechara (1999, p. 467) defende a possibilidade de omissão da relativa apenas em (1).

(1) O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja.

(1') O homem parou defronte da igreja.

(2) O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja.

(2') * O homem parou defronte da igreja.

Em (1), subentende-se que havia apenas um homem, portanto, a relativa apositiva, que só acrescenta uma informação acessória, pode ser eliminada, sem prejudicar o sentido da oração principal. Em (2), por seu turno, está pressuposto que havia mais de um homem e a relativa restritiva tem o objetivo de restringir esse conjunto a apenas um ser (*só* o homem que vinha a cavalo), por isso, não é possível excluí-la da sentença, sem prejuízo do sentido global.

A tradição gramatical também distingue esses dois tipos de relativas a partir do critério prosódico presença/ausência de pausa. Diferentemente da oração relativa restritiva, que não se separa do antecedente por pausa, a oração relativa apositiva é isolada por pausas na fala, que devem ser marcadas, na escrita, por vírgulas (cf. CUNHA; CINTRA, 2008, p. 618).

As considerações feitas nesta seção serão relevantes no capítulo 6 para se compreender como a oração relativa é tratada nos livros didáticos, o que determina diretamente o seu ensino.

2.2 A perspectiva tipológica

A distinção entre relativa restritiva e apositiva não é relevante translinguisticamente, o que levou Keenan e Comrie (1977) e Comrie (1989) a postularem uma definição, basicamente semântica, de oração relativa, exclusiva para a restritiva. Dado um domínio de relativização (o núcleo nominal) que engloba um conjunto amplo de elementos, a oração relativa restritiva especifica esse conjunto. Na sentença a seguir, por exemplo, o domínio de relativização é *receita*, pois engloba todo o conjunto de receitas existentes, e a relativa tem a função de restringir esse conjunto a um elemento unitário: apenas aquela que o interlocutor deseja.

(3) qual é, qual é a receita *que dona... Ceci quer*? (To-Pr96-Sabores:l.11)

Há diferentes estratégias de relativização tanto trans como intralinguisticamente. Keenan e Comrie (1977) e Comrie (1989) distinguem essas estratégias a partir de dois critérios: (i) distinção superficial do núcleo nominal e da relativa restritiva; e (ii) indicação da posição relativizada na oração relativa. Três são as estratégias definidas a partir do primeiro critério: relativa pós-nominal (o núcleo ocorre à esquerda da relativa, como em português), relativa pré-nominal (o núcleo ocorre à direita da relativa) e relativa interna (o núcleo ocorre dentro da oração relativa).

Tendo em consideração o segundo critério, a expressão do núcleo nominal na relativa restritiva, Keenan e Comrie (1977, p. 65-66) e Comrie (1989, p. 147) distinguem quatro tipos de estratégias com relação a esse parâmetro: (i) de lacuna; (ii) de retenção pronominal; (iii) de pronome relativo; e (iv) de não-redução. Apenas a última estratégia não está disponível para o português. No tipo de lacuna, não há nenhuma indicação, dentro da oração relativa, do papel desempenhado pelo nome relativizado. Segundo a estratégia de retenção-pronominal, há, na relativa restritiva, o uso de um pronome pessoal corrreferencial ao núcleo nominal. Já a estratégia de pronome relativo mobiliza pronomes especiais, que se relacionam a expressões demonstrativas ou pronomes interrogativos, para “representar o papel do núcleo nominal na relativa restritiva” (SONG, 2001, p. 219). Nesta estratégia, conforme Comrie (1989, p. 149), o

pronome não é colocado na posição usual do núcleo na ordem linear da oração, pois é movido para a posição inicial da oração, sendo precedido ou não de preposição.

Com base nessa classificação, pode-se dizer que o português apresenta os seguintes tipos de estratégias: (i) de pronome relativo; (ii) de lacuna; e (iii) de retenção pronominal, conforme exemplificado, respectivamente, em (4)-(6) (que correspondem, na mesma sequência, às relativas padrão, cortadora e copiadora de Tarallo, como já discutido no capítulo anterior).

(4) mas olhando para esse momento *em que, as pessoas já estão a despertar a atenção nisso* (e_i), nós vemos que há de novo uma participação na área desportiva. (Moç97:SentimentoDesporto:l.10)

(5) o efectivo da banda quando aumentar nós temos muitos programas *que queremos levar a cabo* (e_i), (To-Pr96:Banda:l.44)

(6) precisamente quando, eh, vivia... com a minha mãe, bom, conjuntamente estavam, estavam dois irmãos, um mais velho, *que eu sigo* ***a ele*** e outro segue-me a mim (Moç86:Chuva l.6)

Com relação às relativas de sujeito e de objeto direto, pode-se interpretá-las tanto como estratégias de pronome relativo como de lacuna, a depender do ponto de vista. Se se considera que as relativas de sujeito e de objeto direto são introduzidas por pronome relativo, pode-se afirmar que a relativa padrão compreende o tipo de pronome relativo; entretanto, se se considera, como Alexandre (2000, p. 20), que são iniciadas por complementizador, as relativas de sujeito e de objeto direto podem ser interpretadas como de lacuna. Essa problemática será tratada, dentro do arcabouço teórico aqui adotado, no capítulo 5.

Comrie (1989) propõe a seguinte hierarquia de acessibilidade para as orações relativas, segundo os diferentes papéis sintáticos desempenhados pelo núcleo dentro da relativa, a saber: sujeito → objeto direto → objeto não-direto → posse.

Com base nessa hierarquia, o autor apresenta os seguintes postulados:

a) Há uma gradação entre os quatro papéis, indo da maior facilidade para se relativizarem os elementos mais à esquerda em comparação com a menor facilidade de se relativizarem os elementos mais à direita (COMRIE, 1989, p. 156).

b) A possibilidade de uma língua formar orações relativas em uma posição mais à direita da hierarquia implica que ela também pode formar orações relativas em todas as outras posições mais altas (à esquerda) na hierarquia; além disso, "para cada posição na hierarquia, há alguma língua possível que pode relativizar naquela posição e em todas as posições possíveis à esquerda, mas em nenhuma posição à direita" (COMRIE, 1989, p. 156).

c) Dado que uma língua pode ter mais de uma estratégia de relativização, há uma correspondência entre os tipos de relativas e a posição passível de relativização na hierarquia de acessibilidade, isto é, as formas mais explícitas de relativização serão codificadas de acordo com as estratégias mais à esquerda na hierarquia, enquanto as formas menos explícitas, com as estratégias mais à direita. O autor afirma que as orações são tanto mais explícitas quanto mais à esquerda na seguinte sequência: não-redução, retenção de pronome, pronome relativo e lacuna. Em sua opinião, essa generalização tem uma base funcional: "quanto mais difícil é relativizar uma posição, mais indicação explícita é dada de qual posição está sendo relativizada para facilitar a cobertura dessa informação" (COMRIE, 1989, p. 163).

Percebe-se, assim, que a principal preocupação dos estudos tipológicos é determinar as estratégias de relativização possíveis nas diversas línguas do mundo e, para isso, partem principalmente de critérios sintáticos na delimitação dessas estratégias. Dado o caráter formalista desse ponto de vista, os estudos gerativistas tomaram como base essa tipologia das relativas. No Brasil, destacam-se dois estudos gerativistas pioneiros sobre as estratégias de relativização, o de Tarallo (1983) e o de Kato (1996), que serão discutidos na próxima seção.

2.3 A perspectiva gerativista

A importância dos trabalhos de Tarallo (1983) e de Kato (1996) se deve à divergência de posicionamento dos autores quanto ao estatuto morfológico de *que* nas relativas não-padrão, o que demonstra a polêmica em torno do tema dentro da perspectiva formalista.

Tarallo (1983) propõe que o português dispõe de dois sistemas de relativização, um sistema padrão que deriva relativas pelo movimento do constituinte-*qu* e outro sistema que deriva relativas por meio de uma regra de apagamento. Nessa perspectiva, o autor propõe três tipos de relativas. A relativa padrão, exemplificada em (7), em que, por meio de uma regra de movimento, o sintagma nominal (SN-*qu*) é movido para o início da oração como pronome relativo, levando a preposição consigo, no caso da relativização de constituintes preposicionados, tal como a figura 1:

(7) É uma pessoa que essas besteiras *com que a gente fica se preocupando*, ela não fica esquentando a cabeça. (TARALLO, 1983, p. 3)

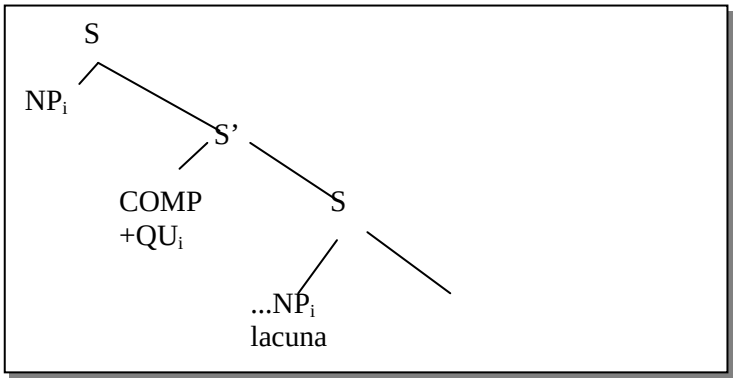


Figura 1- A variante padrão (TARALLO, 1983, p. 45)

Na segunda estratégia, a de pronome cópia, exemplificada em (8), não há movimento do constituinte-*qu*, sendo a lacuna preenchida por um pronome cópia. Apesar de admitir a possibilidade de a relativa copiadora poder ser encabeçada também por um pronome relativo (qualquer um diferente de *que*), o autor afirma que, em seus dados, todas as ocorrências de copiadoras foram introduzidas por um complementizador, tal como na Figura 2.

(8) Você acredita que um dia teve uma mulher *que ela queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone.* (TARALLO, 1983, p. 2)

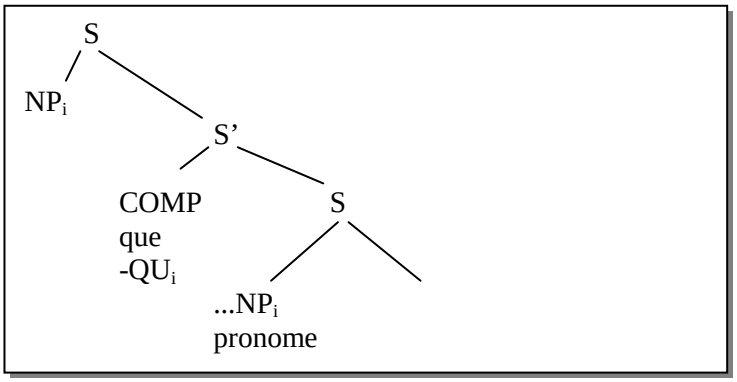


Figura 2 - A variante de pronome cópia (TARALLO, 1983, p. 46)

Em nossos dados, foram encontradas oito ocorrências de copiadora (0,7%), sendo que o encabeçamento de duas delas se deu por pronome relativo. Em três ocorrências, o núcleo nominal é repetido, em forma de pronome, na função que lhe é própria como constituinte da predicação, como em (9), em que o pronome *ele*, que funciona como argumento de *medo*, remete ao núcleo nominal *um tubarão*.

(9) porque há um tubarão no mar... que é rei do mar. é um tubarão *que o próprio, às vezes, pescador tem medo dele,* chamado 'tubom-tunhá'. (To-Pr96-Pesca:l.49)

Além disso, há duas ocorrências de copiadora, em que a repetição do núcleo é motivada pela necessidade de especificação de sentido, como exemplificado por (10), em que o núcleo *uns caminhos* é retomado por meio do indefinido *uns*, indicando tratar-se apenas dos caminhos que davam para São Martinho, em contraste a *outros* que se refere aos que davam para Sorados.

(10) tínhamos aqui umas encruzilhadas, eh, uns caminhos *que uns davam para São Martinho,* outros davam para Sorados, davam para aqui (PT95-Bruxedos:l.54)

A última ocorrência de copiadora no córpus representa uma relativa preposicionada, em que há a expressão da preposição antes da oração relativa.

(11) A: depois então vai o cortejo para esse império
B: hum.
A: que é uma espécie de coreto *em que a coroa está* ***ali*** (PT73:CultoTradicional:l.93)

É comum defender-se que *que* é uma conjunção nas relativas copiadoras devido ao fato de ser desnecessária a referência anafórica por meio de um pronome relativo, já que há na sentença um pronome pessoal correferencial ao núcleo nominal. Não acreditamos que o argumento da economia seja suficiente para postular o estatuto de conjunção no caso das copiadoras, uma vez que as línguas também são influenciadas pela redundância em muitos aspectos (é o que se vê, por exemplo, em (11) com a dupla expressão do núcleo nominal como pronome relativo (*que*) e como advérbio (*ali*)). Optamos por não tratar das copiadoras nesse trabalho devido a dois fatores: terem frequência muito baixa no córpus (0,7% das ocorrências) e possivelmente estarem passando por um processo de gramaticalização.

A terceira estratégia de relativização proposta por Tarallo (1983) é a de lacuna, em que não há movimento do constituinte-*qu*, apenas apagamento *in situ*. Essa estratégia corresponde às relativas de sujeito e de objeto direto (exemplo (12); figura 3) e à estratégia cortadora (exemplo (13); figura 4). Nessa última, também há o apagamento da preposição.

(12) Tem as *que não estão nem aí*, não é? (TARALLO, 1983, p. 1)

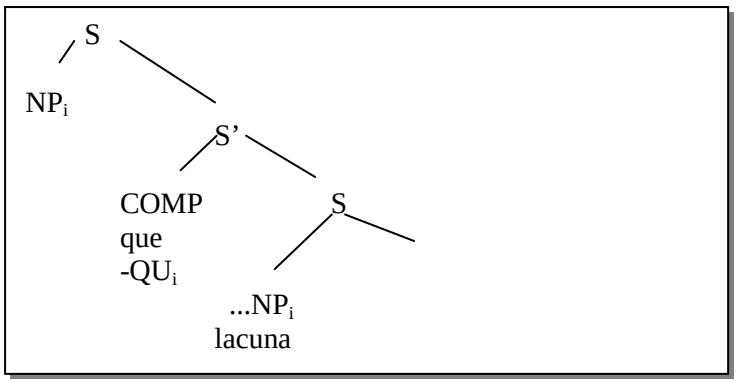


Figura 3 - A variante de lacuna (TARALLO, 1983, p. 47)

(13) É uma pessoa eu essas besteiras *que a gente fica se preocupando*, ela não fica esquentando a cabeça. (TARALLO, 1983, p. 3)

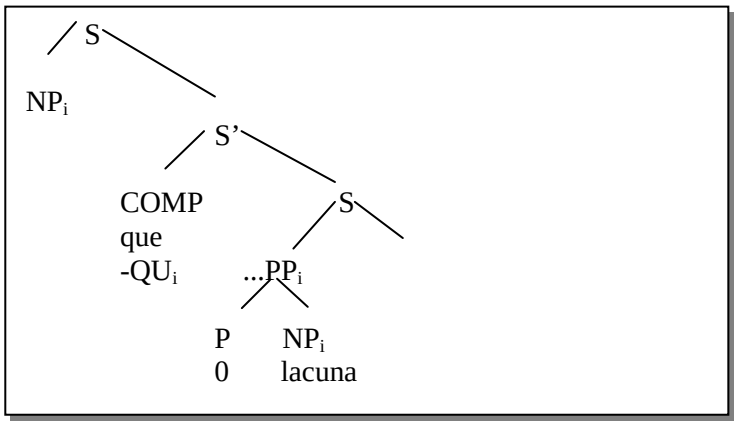


Figura 4 - A variante cortadora (TARALLO, 1983, p. 48)

Em (12), há o apagamento do sujeito da relativa (*elas*) *in situ*, deixando apenas uma lacuna em seu lugar; portanto não há movimento desse constituinte para a posição inicial da oração relativa, o que leva Tarallo a interpretar *que* como conjunção. Da mesma forma, também há o apagamento do sintagma *essas besteiras* que ocupa a posição do objeto na oração relativa, deixando uma lacuna em seu lugar. A preposição *com*, exigida pelo verbo *preocupar-se*, também é apagada para evitar-se o abandono de preposição. Na relativa cortadora, por não haver movimento, *que* também é analisado como conjunção pelo autor.

O autor afirma que pronomes relativos "completos" (*o qual*, *a qual* e *cujo*) não são encontrados no português brasileiro falado, o que o leva a postular que a relativização não é realizada por movimento de constituintes, e sim por uma regra de apagamento, que pode deixar a posição do constituinte relativizado vazia ou preenchida por um pronome cópia. Isso significa que a oração relativa, no português brasileiro, é introduzida por um complementizador nas estratégias não-padrão e nas relativas de sujeito e de objeto, e por um

pronome relativo na estratégia padrão, que ocorre predominantemente na escrita e no discurso mais formal.

Também tendo como base o arcabouço teórico da gramática gerativa, Kato (1996) postula uma análise alternativa para as orações relativas, partindo do pressuposto de que o português não é apenas uma língua com proeminência de sujeito, mas também de tópico/deslocamento à esquerda[7]. É justamente a possibilidade de relativização da posição de tópico que leva a autora a defender a existência de movimento dos constituintes relativizados também para as relativas não-padrão. Desse modo, considerando os termos nas construções de tópico em (14) ("esse buraco", "essa cerveja", "o seu regime" e "as cadeiras optativas"), Kato (1996, p. 230) propõe que são exatamente esses os termos relativizados nas relativas em (15):

(14) (a) **Esse buraco$_i$** taparam ele$_i$ outro dia.

(b) **Essa cerveja$_i$** eu não gosto Ø$_i$.

(c) **O seu regime$_i$** entra muito laticínio Ø$_i$.

(d) **As cadeiras optativas$_i$**, cê precisa ter um conhecimento Ø$_i$ bom antes.

(15) (a) **O buraco** que taparam ele outro dia…

(b) **A cerveja** que eu não gosto…

(c) **O regime** que entra muito laticínio…

(d) **As cadeiras optativas** que cê precisa ter um conhecimento bom antes.

Em (14a), (14b) e (14d), o sintagma nominal em deslocamento à esquerda é correferencial, respectivamente, a um objeto pronominal, um objeto nulo e um complemento de núcleo nominal. Já em (14c), há uma estrutura similar à ordem canônica SVO, mas com um sujeito tópico que é o locativo do verbo.

A autora defende o tradicional estatuto de pronome relativo para a palavra *que* não só para a relativa padrão, mas também para todas as relativas não-padrão, e afirma que todos os tipos de relativas são derivadas por movimento e que todos deixam uma lacuna na sua posição de origem. Para comprovar isso, a autora propõe que o processo de relativização do português

[7]Kato baseia-se nos resultados de Pontes (1987) sobre tópico/deslocamento à esquerda no português para fazer essa proposta. Os sintagmas nominais que esta autora analisa como Tópicos nem sempre correspondem a análise equivalente na GDF. O conceito de tópico em Pontes pode, por exemplo, equivaler ao Ato Discursivo com função retórica de Orientação.

brasileiro é o mesmo em todos os tipos de orações relativas, sendo a diferença entre eles resultado do lugar de extração, que pode ser a posição de tópico, para a relativa não-padrão, e os vários termos da oração (sujeito, objeto direto, objeto indireto etc.), para a relativa padrão, conforme explicitado em (16).

(16) (a) relativa padrão

A moça$_i$ [$_{CP}$ com quem$_i$ [$_{IP}$eu falei **(t)$_i$**]] (adaptado de KATO, 1996, p. 228)

(b) relativa cortadora

A moça$_i$ [$_{CP}$ que$_i$ [$_{Top}$ **(t)$_i$** [eu falei Ø]] (adaptado de KATO, 1996, p. 228)

(c) relativa copiadora

A moça$_i$ [$_{CP}$ que$_i$ [$_{Top}$ **(t)$_i$** [eu falei **com ela$_i$**]] (adaptado de KATO, 1996, p. 228)

Na relativa padrão em (16a), há movimento do constituinte *com ela* para o início da oração, o que deixa um vestígio (t) na posição do objeto. Nas relativas não-padrão, em (16b) e (16c), por sua vez, é o tópico que sofre o movimento para o início da oração; dessa forma, o pronome relativo é unido correferencialmente ao vestígio (t) na posição do tópico.

A principal preocupação dos estudos citados é a determinação de estratégias de relativização do português e como cada estratégia é realizada por meio de movimento do sintagma nominal relativizado, deixando uma lacuna (e_i) na posição original do termo deslocado. Já o interesse dos estudos funcionalistas sobre as relativas tem sido a determinação das funções discursivas/pragmáticas desempenhadas por esse tipo de construção, como será discutido a seguir.

2.4 A perspectiva funcionalista

Fox (1987) postula três tipos de relativas restritivas, diferenciadas com relação à função sintática do sintagma nominal relativizado (sujeito intransitivo, sujeito transitivo e objeto direto). Para a autora, cada tipo de relativa desempenha uma função discursiva diferente no texto, a partir de uma função discursiva mais geral, a saber, a de "situar o referente que está sendo introduzido como uma parte relevante do discurso precedente; em

outras palavras, elas primeiramente justificam a introdução do referente" [8] (FOX, 1987, p. 861, tradução nossa).

As relativas restritivas que têm como núcleo nominal relativizado o sujeito intransitivo têm a função discursiva específica de caracterizar as entidades representadas pelos núcleos nominais (que normalmente são indefinidos), descrevendo essa nova entidade; por isso, aparecem preferencialmente em inglês com o verbo *ser* em orações estativas, como no exemplo em (17):

(17) Ela é casada com esse cara *que é realmente muito tranquilo*.[9] (FOX, 1987, p. 859, tradução nossa)

A relativa restritiva com objeto direto relativizado tem a função discursiva de ancorar/unir uma entidade discursiva a outra por meio de uma terceira entidade-âncora, que não carrega informação nova-marcada, conforme o exemplo a seguir:

(18) Este homem *que eu tenho para a Linguística* é realmente demais.[10] (FOX, 1987, p. 859, tradução nossa)

Nessa sentença, o pronome pessoal *eu* funciona como âncora entre a entidade do núcleo nominal *este homem* e a relativa restritiva, assinalando a importância da entidade dentro do contexto. A autora também apresenta outras características desse tipo de relativa: ter sujeitos pronominais, baixa transitividade e verbo semanticamente apagado, tal como *ter*.

Com relação às relativas restritivas que têm como sintagma nominal relativizado o sujeito transitivo, Fox (1987, p. 859) apresenta o exemplo em (19). A autora defende que esse tipo de construção usa o objeto da relativa como vínculo entre duas orações, como ocorre com o pronome *ela* em (19), e tem a função de apresentar o conteúdo da relativa como sendo relevante para o discurso precedente.

(19) A: Será que eles já se livraram de Kuleznik?
B: Não, na verdade eu conheço alguém *que está com ela agora*.[11] (FOX, 1987, p. 859, tradução nossa)

---

[8]Cf. o original: "(…) relative clauses serve to situate the referent that is being introduced as a relevant part of the on-going discourse; in a sense, they justify the introduction of the referent in the first place".
[9]Cf. o original: She's married to this guy who's really quiet.
[10]Cf. o original: This man who I have for linguistics is really too much.
[11]Cf. o original: A: Did they get rid of Kuleznik yet? B: No in fact I know somebody who has her now.

Givón (2001) também segue um modelo funcionalista, em que propõe uma descrição da oração relativa, com base em aspectos pragmáticos. O autor estuda a oração relativa como um mecanismo de coerência referencial, cuja função é dar pistas anafóricas e catafóricas para a identificação do referente. O autor parte, basicamente, de critérios pragmáticos (definitude e referencialidade do núcleo nominal) e contextuais (*status* dado e novo da informação). O núcleo nominal referente pode ser de três tipos: definido, indefinido e não-referente. A informação veiculada pela oração relativa pode ser familiar e conhecida pelo Ouvinte e, portanto, disponível em sua memória episódica ou pode ser informação nova, não assertiva e incontestável.

Para o autor, as relativas restritivas podem se relacionar com o núcleo nominal de três formas, considerando-se os critérios pragmáticos e contextuais referidos anteriormente, o que é exemplificado pelas sentenças a seguir:

(20) O homem *que se casou com a minha irmã* é um bandido.[12] (GIVÓN, 2001, p. 176, tradução nossa)

(21) Um homem *que disse que amava a minha irmã* veio aqui ontem e...[13] (GIVÓN, 2001, p. 177, tradução nossa)

(22) Qualquer homem *que se casasse com a minha irmã* estaria pedindo para ter problemas.[14] (GIVÓN, 2001, p. 179, tradução nossa)

Em (20), o Falante expressa o núcleo nominal como um referente definido *o homem*, pois é uma informação acessível para o Ouvinte, mas que não está ativada no momento da enunciação. Em termos pragmáticos, Givón (2001, p. 176) afirma que a relativa restritiva é uma "pista de conexão anafórica", pois o evento/estado da relativa restritiva é familiar ao Ouvinte, estando disponível em sua memória episódica. Dessa forma, o autor estipula a seguinte condição pragmática: o Falante não afirma a proposição da relativa restritiva, mas pressupõe que já é conhecida ou familiar para o Ouvinte, porque este pode acessá-la na memória episódica.

(20') O homem é um bandido. (assertiva)

O homem se casou com a minha irmã. (pressuposta)

[12]Cf. o original: "the man who married my sister is a crook".
[13]Cf. o original: "a man who said he loved my sister came by yesterday and…"
[14]Cf. o original: "any man who marries my sister would be asking for trouble".

Por outro lado, em (21), o núcleo nominal indefinido “um homem” é um referente tópico novo, introduzido pela primeira vez no discurso. O estado/evento transmitido na relativa restritiva não é conhecido pelo Ouvinte. Portanto, a função da relativa restritiva é fornecer uma descrição inicial saliente que facilite a referência posterior a esse elemento. O autor estipula a seguinte condição pragmática para esse caso: o Falante assume que a proposição na relativa restritiva é informação nova para o Ouvinte. De modo semelhante à informação pressuposta, ao servir como informação de ligação, o *status* pragmático da oração relativa aqui não pode ser assertivo e, portanto, não pode ser contestável. A oração tem o papel de servir como ponte entre o referente e o trecho discursivo ainda não revelado.

(21’) Um homem veio aqui ontem. (assertiva)

O homem disse que amava a minha irmã. (não-assertiva, não-contestável)

Trata-se de uma relação catafórica que instrui o Ouvinte a inserir o novo referente em sua memória, diferentemente das relativas com núcleo definido que instruem o Ouvinte, numa relação anafórica, a acessar o referente em sua memória episódica, pois se trata de informação disponível para ele.

O núcleo nominal *qualquer homem*, em (22), não é um referente[15] e, por isso, a oração relativa *que se casasse com a minha irmã* é considerada como desconhecida ou não familiar ao Ouvinte e está sob o escopo modal *irrealis*, pois o Falante não sabe se o evento *um homem se casar com a sua irmã* irá ou não acontecer. A condição pragmática, segundo o autor, é que a informação da relativa restritiva seja nova para o Ouvinte e, estando sob o escopo *irrealis*, seja não assertiva, fundamental e não contestável, ou seja, trata-se de uma informação afirmada pelo Falante, que pretende que o Ouvinte a acrescente à sua memória. A diferença entre esse tipo e o anterior, portanto, é que apenas a relativa em (22) está, juntamente com o núcleo, sob o escopo *irrealis*.

No que diz respeito à relativa apositiva, depreendem-se da proposta de Givón (2001) três características fundamentais: (i) a apositiva tipicamente traz um estado/evento que não é pressuposto, e sim informação nova, considerada como informações parentéticas que o Falante considera menos centrais para o desenvolvimento temático principal do discurso; (ii) a apositiva não pode modificar núcleo não referente; e (iii) apenas as apositivas modificam

[15]O autor define entidades referenciais como sintagmas nominais que foram estabelecidos verbalmente no universo do discurso. Sendo assim, sintagmas introduzidos pelos pronomes “qualquer”, “nenhum” etc. são não-referentes.

núcleos referenciais únicos, tais como nome próprio, pronome e nome definido único. A relativa apositiva pode ser usada para unir o referente anaforicamente (referindo-se a um núcleo nominal definido) ou cataforicamente (referindo-se a um núcleo nominal indefinido), conforme exemplificado, respectivamente por (23) e (24).

(23) A mulher, que estava de pé ao lado da porta, puxou uma arma e...[16] (GIVÓN, 2001, p. 179, tradução nossa)

(24) Um bom amigo meu, que eu espero que você encontre um dia, acaba de ligar e dizer...[17] (GIVÓN, 2001, p. 179, tradução nossa)

Em ambas as orações, o Falante pressupõe que as informações parentéticas veiculadas pela oração relativa são informação nova, usadas para unir o referente anafórica (23) ou cataforicamente (24). Percebe-se, portanto, que a relativa apositiva pode modificar tanto referentes definidos como indefinidos e a única diferença entre esses dois casos é o tipo de referência, e não uma diferença em termos do *status* da informação da relativa apositiva, que sempre é informação nova.

O estudo de Givón (2001) aproxima-se da perspectiva da GDF na medida em que considera fatores contextuais como interferindo na elaboração da oração relativa e considera a relação entre o tipo de núcleo e a oração relativa. No entanto, a relação que se estabelece entre o Contexto (onde se encontram as informações dadas) e o Componente Gramatical (onde se formula/se codifica a oração relativa) se dá de modo diferente nas duas teorias, como será explicitado no próximo capítulo, o que traz consequências para a análise e leva a resultados diferentes. Além disso, é relevante na GDF uma distinção entre especificidade e identificabilidade do núcleo, o que difere da análise de Givón (2001).

Ainda dentro do arcabouço funcionalista, Oliveira (2001), a partir de uma perspectiva pancrônica, investiga, para a vinculação sintática das orações relativas, o *continuum* oracional, representado por: orações pouco vinculadas (paratáticas) > orações de integração média (hipotáticas) > orações mais encaixadas em conteúdo e expressão (subordinadas).

A autora propõe uma escala de integração de sentido e de forma, a partir de quatro variáveis: informatividade do sintagma nominal atribuído, genericidade da oração relativa, presença de pausa entre o núcleo e a relativa, e inserção de constituintes entre o sintagma e a relativa ou entre o pronome relativo e a relativa. A partir dessas variáveis, a autora consegue

[16]Cf. o original: “the woman, who was standing next to the door, pulled a gun and…”
[17]Cf. o original: “A good friend of mine, whom I hope you’ll meet some day, just called and said…”

identificar desde orações relativas com menor vínculo sintático até orações com maior vínculo sintático.

Para ela, houve uma derivação funcional *atribuição* > *definição* em conjunto com uma derivação estrutural *relativa apositiva* > *relativa restritiva*; em outras palavras, a relativa apositiva, menos integrada sintaticamente, teria dado origem historicamente à relativa restritiva, mais integrada sintaticamente e mais frequente. Em posições intermediárias desse *continuum*, estariam construções ainda em processo de gramaticalização. A relativa apositiva e a restritiva prototípicas são exemplificadas, respectivamente, em (25) e (26):

(25) Esta foi figurada per a filha del-rei Astiage, *o qual*, segundo se diz na Stória Escolática, *viu em visom que do ventre de sua filha nascia ua virgem mui fremosa...* (Vita Christi, apud OLIVEIRA, 2001, p. 100)

(26) Asi como este Dom Pedro era maior de trigosa justiça naqueles *que achado era que o mereciam...* (Fernão Lopes, apud OLIVEIRA, 2001, p.98)

O processo de integração semântico-sintática como proposto por Oliveira (2001, p. 97) está exposto no seguinte esquema da autora:

HIPOTAXE ----------→ SUBORDINAÇÃO
discurso ----------→ gramática
modo pragmático ----------→ modo sintático
aposição ----------→ encaixamento
explicação ----------→ restrição
elo pronominal ----------→ elo relacional

Esquema 1 – Integração semântico-sintática da oração relativa

Com relação às variáveis estudadas, a autora estabelece as seguintes relações:

(a) informatividade do núcleo nominal: a relativa restritiva tende a aparecer com núcleos indefinidos, genéricos ou abstratos, pois é justamente a informação da relativa que identifica e especifica o núcleo.

(b) genericidade da relativa: a relativa apositiva traz uma informação menos relevante, secundária e há evidências de que ocorre como estratégia de argumentação.

(c) pausa: a apositiva geralmente se separa do núcleo por pausa, enquanto a restritiva tende a se vincular ao núcleo sem pausa.

(d) inserção: a ocorrência de elementos entre o núcleo e a relativa ou entre o pronome relativo e a relativa compromete o elo semântico-sintático, por isso é mais comum com a relativa apositiva.

Na sentença em (25), anteriormente reproduzida, há uma relativa apositiva prototípica em que o núcleo nominal já está suficientemente definido por se tratar de um nome próprio (*Astiage*), a informação trazida pela relativa é secundária, mas está sendo usada como estratégia de argumentação. Além disso, há pausa entre o núcleo nominal e a oração relativa e há a inserção de *segundo se diz na Stória Escolática* entre o pronome relativo e o restante da oração. Por outro lado, em (26), o núcleo nominal da relativa não está suficientemente definido (*estes*), necessitando da informação da oração relativa para sua especificação, o que torna essa informação relevante. Não há pausa nem inserções entre o núcleo e a relativa restritiva, assinalando a integração sintática e semântica entre eles.

A autora explica o estatuto morfossintático do item que encabeça a relativa a partir dos graus de integração dessas construções. Na relativa restritiva, por se tratar de uma oração mais integrada, a função preponderante nesse item é a relacional. Já na relativa apositiva, por ser uma oração menos integrada, o papel desse item é mais pronominal.

A relevância do trabalho de Oliveira (2001) para esse estudo reside, principalmente, na problematização do grau de dependência entre o núcleo e a oração relativa e do estatuto morfossintático do item que encabeça a relativa, já que essas duas questões serão tratadas aqui.

Circunscrito à abordagem da Linguística Funcional Centrada no Uso, Bispo (2014), por sua vez, estuda as estratégias de relativização a partir da perspectiva diacrônica. A abordagem teórica adotada pelo autor postula uma relação intrínseca entre a estrutura linguística e o seu uso na interação, ou seja, configurações morfossintáticas da língua são determinadas por fatores da situação comunicativa. Essa posição justifica a tentativa de se descrever e explicar os fatos linguísticos a partir das funções que desempenham nos diferentes contextos de interação. O autor busca verificar se as descobertas elencadas em Tarallo (1983) para as relativas não-padrão também se confirmam para o córpus histórico utilizado por ele e quais motivações pragmáticas, discursivas e/ou cognitivas são determinantes para a escolha de cada estratégia.

Ao estudar as relativas nos períodos de tempo dos séculos XVIII, XIX e XX e em um córpus que engloba os gêneros cartas particulares, de leitor e de redator, o autor constatou a prevalência quantitativa das relativas preposicionadas sobre as relativas não-padrão em todos

os períodos, o que, de certa forma, contraria os resultados de Tarallo (1983), mas se justifica por fatores sociointeracionais, conforme descrito por ele:

> (...) alguns fatores sociointeracionais contribuem para o uso mais monitorado da língua, o que implica a opção por estruturas e construções mais formais, como é o caso da RPP [relativa preposicionada]. Dentre os elementos favorecedores, destaquei a modalidade de língua utilizada (escrita), as condições de produção dos textos analisados, em termos de conteúdo temático (demandas sociais, problemas de corrupção, desrespeito aos direitos do cidadão, entre outros, no caso das cartas do leitor e do redator), propósitos comunicativos (advertir à população sobre questões sociais, sustentar determinado ponto de vista e ganhar a adesão do leitor), estilo (linguagem mais cuidada, em virtude da distância social entre os interactantes e dos propósitos almejados), esfera de circulação (âmbito público, para os textos impressos), práticas sociais engendradas (advertência, denúncia, reivindicações etc.), relações sociais do momento histórico-cultural em que foram produzidos, envolvendo, por exemplo, tratamento cerimonioso, mesmo entre familiares (no caso das cartas particulares). (BISPO, 2014, p. 229)

Certos fatores discursivo-pragmáticos são responsáveis pelo aumento na frequência de uso das cortadoras em cartas particulares, tais como a maior proximidade entre os interlocutores, o maior compartilhamento de conhecimentos, propósitos comunicativos mais pessoais e estilo menos formal, tal como o exemplo a seguir (PHPB – Século XX – Cartas particulares), extraído de Bispo (2014, p. 229-230):

(27) Meu querido filho

De pose de sua carta que aqui chegou hontem as 6 horas, agora respondo. Fiquei contente de saber que vocês estao de saude, e que vem no sabbado ou Domingo. (...)
As noticias que voce tem tido pelo Bebeto, não sabemos como elle as dá, pois é creatura que não vejo, há muito tempo.
Fico a epera das gallinhas, o galinheiro que estava atravancado com umas taboas e coisas velhas, seu pai já preparou para ellas. (...)
O tempo aqui tem estado muito ruim, chuva de invernada, e muito frio. Recebi cartas de São Paulo, estão 40 todos bons. Na carta de seu pai, mandei te pedir para trazer-me um vidro de oleo, é tudo ***que preciso***.
Sem mais esperando ver voceis aqui no domingo peco aceitar muitas saudades e beijos da mai muito amiga.

Helena

Nesta carta, predomina um discurso menos formal, marcado pela aproximação entre os correspondentes (mãe e filho), por temas do cotidiano e pelo compartilhamento de informações entre eles, o que, segundo Bispo (2014), favorece o uso da relativa cortadora *que preciso*.

Quanto aos aspectos cognitivos, o autor afirma que a relativa preposicionada exige maior esforço de processamento e de cognição, primeiramente por envolver um elemento a mais (a preposição), o que demonstra sua maior complexidade cognitiva e, em segundo lugar, por exigir geralmente a alteração da ordem linear dos elementos na oração relativa de SVO para OSV[18], como nos exemplos extraídos de Bispo (2014, p. 230) em (28) e (28').

(28) Para você não pensar que eu minto, envio anexo a "carta que não deixei você ler", datada de 25 de janeiro. Ou melhor, "a carta que você só leu a metade". Nela você encontrará o 1º lampejo, o 1º sinal do meu amor por você. Certeza dele, porém, só tive quando sofri o choque *que me referi linhas acima*. Então, compreendi: se foi choque, é que significava muito para mim. (Carta 30/09/40)

(28') [...] Nela você encontrará o 1º lampejo, o 1º sinal do meu amor por você. Certeza dele, porém, só tive quando sofri o choque ***a*** *que me referi linhas acima*. [...]

Essa mudança na ordem dos constituintes viola o princípio de integração, segundo o qual os conceitos mais integrados no plano cognitivo também devem aparecer unidos morfossintaticamente. A distância entre o verbo e seu complemento torna essa estratégia de relativização mais opaca que as estratégias não-padrão. Por fim, o autor defende que o uso da relativa cortadora obedece ao princípio de economia, já que há, em termos comunicativos, um ganho de praticidade, devido ao uso de uma estratégia mais fácil de codificar e de compreender (BISPO, 2014, p. 231).

O estudo de Bispo (2014) apresenta, portanto, diversos fatores sociointeracionais e cognitivos que justificam a escolha do falante pela estratégia cortadora. De modo complementar, pretende-se, no capítulo 5, apresentar uma explicação para essa estratégia dentro do modelo gramatical da GDF.

Em suma, este capítulo fornece uma visão geral da oração relativa, de acordo com diferentes perspectivas teóricas. Tradicionalmente, a oração relativa é definida a partir de critérios semânticos (restringir ou explicar), de critérios sintáticos (funciona como adjunto adnominal do núcleo nominal) e de critérios prosódicos (a apositiva é delimitada por pausas, representadas na escrita por vírgulas). Tipologicamente, Keenan e Comrie (1977) e Comrie (1989) propõem a existência de quatro tipos de estratégias de relativização, das quais o português apresenta as seguintes: padrão, cortadora e copiadora. Esse ponto de vista

[18]Diferentemente do autor, considera-se aqui a ordenação apenas dos elementos expressos na sentença (cf. capítulo 5). Portanto, não se admite nem que a anáfora zero constitui o objeto em (28) nem que haja sujeito expresso na linearidade das sentenças (28) e (28').

influenciou a descrição da oração relativa, segundo a perspectiva gerativista, originando o clássico estudo de Tarallo (1983). O ponto de vista funcionalista de Fox (1987) define três tipos de relativas restritivas, diferenciadas com relação à função sintática do sintagma nominal relativizado (sujeito intransitivo, sujeito transitivo e objeto direto) e de funções discursivas desempenhadas pela oração relativa no texto. Givón (2001), por seu turno, estuda as orações relativas a partir de critérios pragmáticos (definitude e referencialidade do núcleo) e contextuais (*status* dado e novo da informação) e estipula três tipos de relativas restritivas: a) com núcleo nominal definido: a proposição da relativa restritiva fica pressuposta, porque já é conhecida pelo falante; b) com núcleo indefinido: a informação da relativa restritiva fornece uma importante descrição do núcleo, funcionando como uma informação de ligação entre o núcleo e as informações que ainda serão reveladas sobre ele; e c) com núcleo não-referente: a informação da relativa é desconhecida para o ouvinte e está sob o escopo *irrealis*. Segundo o autor, as relativas apositivas trazem informação nova, não podem modificar núcleo não referente e podem modificar núcleos referenciais únicos. Ainda dentro da abordagem funcionalista, mas considerando também uma perspectiva histórica, este estudo abordou as pesquisas de Oliveira (2001) e de Bispo (2014). A primeira autora propõe um *continuum* de integração semântico-sintática em que, no pólo de menor integração, encontra-se a relativa apositiva e, no pólo de maior integração, a relativa restritiva. A autora relaciona à escala de integração o estatuto morfossintático do item que introduz a relativa, sendo mais pronominal no pólo de integração mínima e mais relacional no pólo de integração máxima. Por fim, Bispo (2014) se detém especialmente ao estudo das relativas não-padrão, mostrando que sua escolha é determinada não só por fatores discursivo-pragmáticos, como proximidade entre os interlocutores, maior compartilhamento de conhecimentos, propósitos comunicativos pessoais e informalidade do discurso, mas também por fatores cognitivos, relacionados ao menor esforço de processamento e de cognição das relativas não-padrão.

O objetivo do próximo capítulo é fornecer uma caracterização geral dos aspectos teóricos que embasam esta pesquisa, assim como a justificativa para a adoção do enfoque teórico do funcionalismo holandês.

3 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL: PRINCÍPIOS GERAIS

Discutem-se aqui alguns princípios gerais subjacentes ao modelo teórico aqui adotado, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), focalizando-se a estruturação do Componente Gramatical em níveis e camadas que serão determinantes para a análise da oração relativa.

Este estudo situa-se na corrente linguística denominada funcionalismo. Apesar de haver uma grande diversidade de correntes teóricas sob esse rótulo, pode-se afirmar que o funcionalismo se define em contrapartida às correntes formalistas, que desconsideram a situação de interação e seus interlocutores, priorizando a estrutura sintática da língua. O funcionalismo, portanto, surge em diversas correntes teóricas das últimas décadas, estudando a língua em seu contexto de produção. Isso traz para a análise linguística também os atores do discurso, falante e ouvinte, e destaca a importância de se considerarem os conhecimentos, os sentimentos, os pensamentos e as crenças desses interlocutores na produção linguística. De fato, quando falamos, nosso objetivo é influenciar o ouvinte, provocando mudanças no modo como pensa, age e percebe o mundo e essas intenções estão refletidas no modo como articulamos nossos enunciados.

A GDF situa-se em uma posição intermediária entre os pontos-de-vista funcionalista radical e formalista radical (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 26). Por um lado, o funcionalismo radical tem como foco a análise da língua em uso, a partir do exame detalhado de córpus e de generalizações que normalmente se aplicam apenas à língua investigada; o formalismo radical, por outro lado, preocupa-se com a existência de uma estrutura mental inata e parte do princípio de que as estruturas linguísticas pertencem a um sistema subjacente de regras que predizem a forma tomada pelas estruturas linguísticas idealizadas, de modo totalmente independente do uso que essas estruturas desempenham na interação. A GDF, apesar de ser uma teoria funcionalista, aproxima-se do formalismo na medida em que busca compreender o conhecimento subjacente ao potencial comunicativo do usuário da língua, de modo explícito e altamente formalizado. A importância da formalização nessa teoria reside no fato de possibilitar a comparação entre as línguas e a predição de universais linguísticos, importantes para os estudos tipológicos.

A GDF[19] tem suas raízes nos princípios teóricos de sua precursora, a Gramática Funcional de Simon Dik (1989, 1997a, 1997b). Nesta teoria, a língua é vista como um

[19]Para destacar os termos próprios da GDF que se referem aos níveis e camadas da gramática e às funções interativas, retóricas, pragmáticas e semânticas, opta-se neste trabalho por grafá-las com a letra inicial maiúscula.

instrumento de interação verbal entre seres humanos. A interação verbal é uma atividade humana estruturada, por ser regida por regras, convenções e normas, e, é claro, cooperativa, por exigir, pelo menos, dois interlocutores (DIK, 1989). Os instrumentos à disposição para os participantes no momento da interação são denominados por Dik como Expressões Linguísticas, que estão sujeitas a dois tipos de regras: (i) as semânticas, morfossintáticas e fonológicas, que governam a constituição das Expressões linguísticas; e (ii) as regras pragmáticas que englobam as regras que convencionam as formas de uso dessas expressões. O modelo de interação verbal proposto por Dik é reproduzido a seguir:

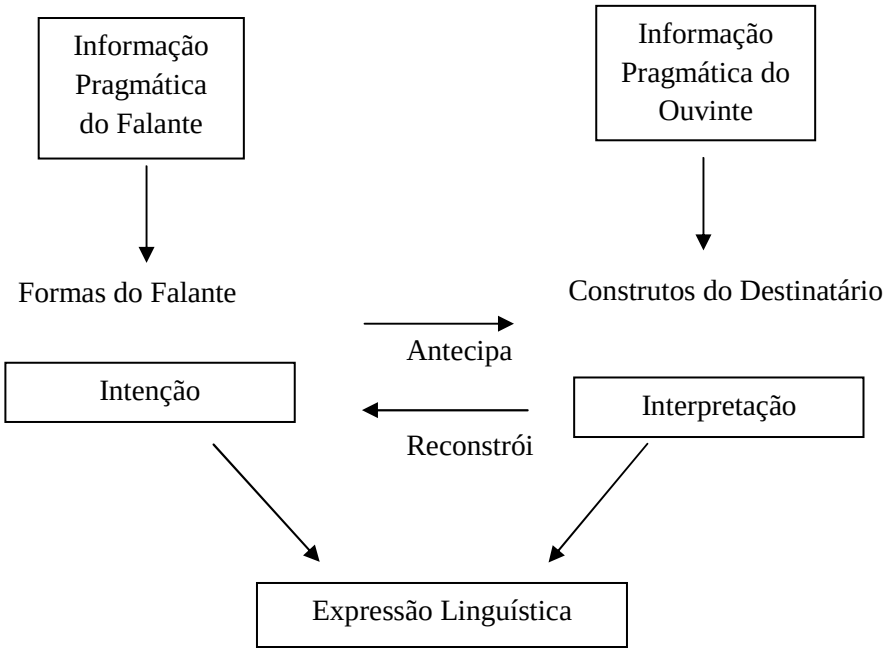


Figura 5 - Modelo de interação verbal (adaptado de DIK, 1997a, p. 410)

Na interação verbal, há dois pontos de vista que devem ser considerados: o da produção e o da interpretação. O Falante, visando atingir objetivos determinados e modificar a informação pragmática do Ouvinte, produz sua Expressão Linguística com base em sua própria informação pragmática e na expectativa que formula sobre a informação pragmática do Ouvinte e sobre a possível interpretação que este fará da Expressão Linguística. O Ouvinte interpreta a Expressão Linguística, considerando não apenas a própria Expressão Linguística, mas também a sua informação pragmática, a expectativa que tem da informação pragmática do Falante e a suposição que faz sobre as intenções e objetivos do Falante (DIK, 1989). O modo como os constituintes se relacionam ao cenário comunicativo em que estão situados é entendido como a estimativa que o Falante tem sobre a informação pragmática (conjunto completo de conhecimentos, crenças, sentimentos e pré-conceitos) do Ouvinte no momento da

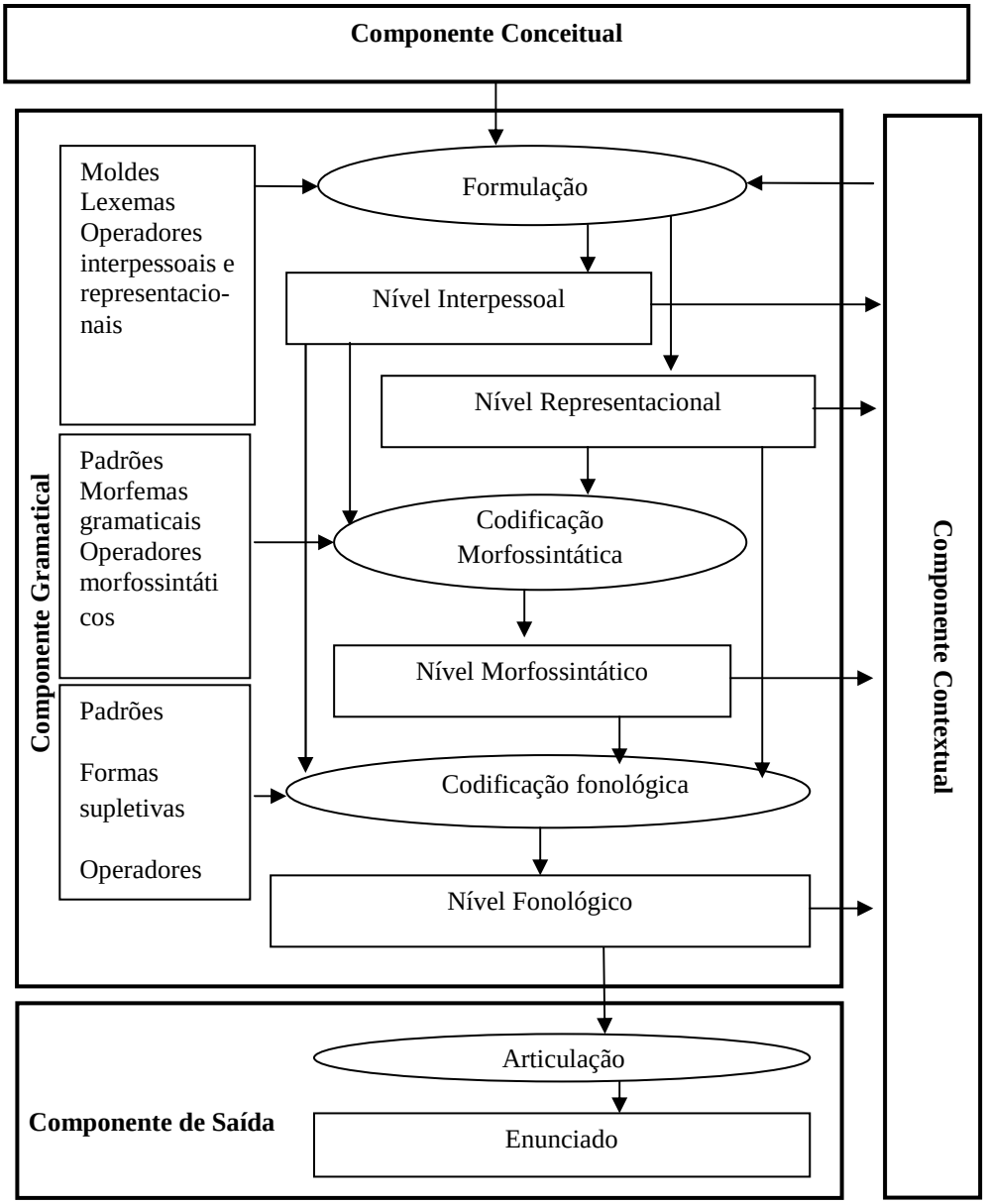
interação. Isso tudo se relaciona às funções pragmáticas de Tópico e Foco, que serão explicitadas adiante.

Apesar de manter o enfoque tipológico-funcional da Gramática Funcional e de essencialmente ter-se estruturado a partir dos princípios gerais dessa teoria, a GDF diferencia-se de sua precursora em quatro aspectos cruciais: (i) organiza seus níveis e camadas de maneira descendente (*top-down*), iniciando-se pelas unidades superiores e terminando nas unidades inferiores, na seguinte direção: pragmática → semântica → morfossintaxe → fonologia; (ii) adota, na tentativa de priorizar a influência de fatores pragmáticos na gramática, o Ato Discursivo como unidade básica de análise, ampliando o estudo da língua para além do escopo da oração; (iii) inclui as representações pragmáticas e semânticas, em conjunto com as representações morfossintáticas e fonológicas, como parte do modelo gramatical; e (iv) inclui, no modelo de interação verbal, as intersecções do Componente Gramatical com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1).

A estruturação descendente da gramática advém da tentativa de conferir adequação psicológica à teoria. Os estudos psicológicos empreendidos por Levelt (1989) têm comprovado que a produção linguística inicia-se com a intenção pré-linguística do Falante e termina com a articulação das Expressões Linguísticas. Assim, a GDF também organiza o Componente Gramatical de forma a refletir o processamento linguístico individual. Dessa forma, a elaboração das sentenças é submetida às operações de formulação e codificação. As regras de formulação selecionam as representações pragmáticas e semânticas válidas para dada língua, responsabilizando-se pela seleção de moldes, pela inserção de lexemas nesses moldes e pela aplicação de operadores. As regras de codificação, por seu turno, determinam a conversão dessas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas, por meio da seleção de padrões, da inserção de morfemas gramaticais livres e dependentes e pela aplicação de operadores.

A opção por partir da análise do Ato Discursivo reflete a preocupação com o estudo de unidades maiores e menores que as orações, que até então eram consideradas o centro de atenção dos estudos linguísticos. Por esse prisma, é possível estudar, por exemplo, expressões exclamativas, vocativos, cadeias anafóricas, partículas discursivas, etc.

O Componente Gramatical é apenas parte de uma teoria mais ampla da interação verbal, que inclui três componentes não-verbais, a saber, o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída, conforme esboçado no Esquema 2.



Esquema 2: Esquema Geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

O componente pré-linguístico, ou Componente Conceitual, funciona como uma "força motriz" por trás da gramática da língua e contém os aspectos cognitivos responsáveis pelas intenções comunicativas. Essas intenções e suas representações mentais são traduzidas em representações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e representações semânticas, no Nível Representacional. Esse processo de tradução se realiza por meio do formulador. Não há universais linguísticos de natureza pragmática, portanto uma mesma representação conceitual pode receber diferentes representações em línguas distintas.

O Componente Contextual, por seu lado, tem dois papéis na interação: facilitar o desenvolvimento das intenções comunicativas pelo Falante e contribuir para a interpretação do Ouvinte (DIK, 1997a, p. 410-412). O Contexto define-se por seu caráter mutável:

conforme o discurso prossegue, o contexto também muda, e vice-versa, pois cada oração vai ser produzida/interpretada no contexto do que já foi dito até aquele momento e será acrescentada ao contexto em que serão produzidas novas orações (CONNOLY, 2007, p. 13). As orações já presentes no Contexto são informações dadas; as que entram, informações novas. O *status* dado/novo da informação relaciona-se diretamente com a atribuição de funções pragmáticas, consoante discussão a ser feita na seção 3.1.3.

O último componente que se relaciona com a Gramática, o Componente de Saída ou Articulador, recebe o *input* do Nível Fonológico, convertendo-o em estruturas de saída por meio de regras fonéticas apropriadas para a elaboração de um enunciado adequado, isso quer dizer que a articulação propriamente dita ocorre fora da gramática. O *input* contém informação lexical que deve ser preservada no *output*. Essas informações lexicais englobam: (i) informação sobre dependências (núcleo-modificador, núcleo-dependente); (ii) informação sobre funções (relações semânticas entre argumentos e predicados, ou relações pragmáticas entre Atos Discursivos, Nuclear e Subsidiário); (iii) informação sobre operadores, cada um aplicando-se em seu próprio domínio; e (iv) informação abstrata do tipo que deve ser convertida em vários tipos de pró-formas. Com base nas informações provenientes do Componente Gramatical, o Articulador gera expressões acústicas, simbólicas ou ortográficas.

Como se verifica no Esquema 2, reproduzido anteriormente, o Componente Gramatical é composto por quatro níveis, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico, organizados hierarquicamente de modo descendente (nem todas as relações entre unidades são organizadas de maneira hierárquica). Essa organização hierárquica e descendente também ocorre nas camadas dentro de cada nível da Gramática. Tal estrutura se encontra formalizada em (1).

(1) $(\pi v_1: [h\ (v_1)_\phi]: [\sigma\ (v_1)_\phi])$

Cada camada contém uma variável (v), que pode ser restringida por um núcleo (h) e por um modificador (σ), ambos constituindo estratégias lexicais. Além disso, a camada pode ser especificada por um operador (π) e pode ter uma função (ϕ), ambos representando estratégias gramaticais.

O núcleo da camada pode ser de quatro tipos: lexical, configuracional, ausente e vazio (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 237-241), discutidos a seguir, tomando-se como exemplo a categoria semântica Indivíduo. Os núcleos lexicais e configuracionais são

preenchidos lexicalmente por um ou mais de um lexema, como os respectivos exemplos em (2)-(3).

(2) a banda (To-Pr96:Banda:l.44)

(2') $(1x_i: [(f_i: banda_N\ (f_i))](x_i)_\phi])$

(3) os chefes do governo (To-Pr96:Banda:l.44)]

(3') $(mx_i: [(f_i:[(f_j: chefe\ (f_j))\ (1x_j: [(f_k: governo_N\ (f_k))\ (x_j)_{Ref}])]\ (f_i))\ (x_i)_\phi])$

Em (2), há um Indivíduo que é lexicalmente expresso pelo nome *banda*, enquanto, em (3), o Indivíduo é constituído de mais de um nome na posição do núcleo. O núcleo configuracional é composto normalmente por nomes relacionais (que normalmente designam a parte do todo, membros de parentesco, etc.), como *chefes*, mais seu argumento, como *governo*.

O núcleo vazio (*empty head*), por seu turno, engloba itens coesivos, como, por exemplo, os pronomes demonstrativos que se referem anaforicamente não a um item referencial, mas a um item semântico mencionado anteriormente, como exemplificado por (4), em que o núcleo vazio *aquilo* se refere a *grãozinho de linhaça*.

(4) é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, que até é muito, diz que é muito bom para deitar em vistas quando, quando está inflamado e que no tempo a gente deitava, na nossa casa deitava-se, se tinha alguma coisa dentro aquilo no out[...], a gente deitava um grãozinho daquilo e **aquilo** limpava a vista, tirava tudo para fora. (PT96:Linho:l.6-7)

(4') $(x_i: [(f_i)\ (x_i)_\phi](x_i)_\phi])$

O núcleo vazio pode ser modificado semanticamente, como exemplificado em (5), em que o núcleo Ø é modificado por *amarelo*:

(5) Eu gostei mais do carro vermelho, mas Maria preferiu **o** Ø amarelo.

(5') $(x_i: [(f_i)\ (x_i)_\phi]: [(f_j: amarelo_A\ (f_j))\ (x_i)_\phi])$

Nesse exemplo, não há nenhum item lexical sinalizando a posição do item semântico *carro* na segunda oração, mas há uma posição para ele no Nível Representacional, devido à relação anafórica que se estabelece com o item *carro* presente na oração anterior. Essa relação coesiva será codificada no Nível Morfossintático, assim como quaisquer pronomes.

O núcleo ausente (*absent head*), por seu turno, é constituído por nomes próprios e pronomes pessoais, que são introduzidos no Nível Interpessoal como Subatos Referenciais que não contêm informação lexical.

(6) (R_I: João (R_I))

A ausência do núcleo no Nível Representacional impede qualquer tipo de modificação semântica, ou seja, esse referente só pode ser modificado pragmaticamente, como, por exemplo, pelo modificador *pobre* do Nível Interpessoal: *o* ***pobre*** *João*.

A seguir, apresenta-se brevemente cada um dos níveis e camadas do Componente Gramatical, restringindo-se às propriedades relevantes para a pesquisa aqui empreendida.

3.1 O Nível Interpessoal

O nível mais alto na hierarquia, o Interpessoal, diz respeito aos aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre Falante e Ouvinte (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46). Por *aspectos formais* entende-se que este nível descreve apenas os aspectos interpessoais das unidades linguísticas que são codificados na mensagem, e não quaisquer outros aspectos que não têm expressão na gramática de certa língua.

Há uma estreita e direta relação entre o Componente Conceitual, que contém as intenções e estratégias comunicativas do Falante no momento da interação, e o Nível Interpessoal. O "*input* de energia", que advém do Componente Conceitual, é gerado pragmaticamente como uma série de ações que o Falante promove para atingir certos objetivos. É neste nível, portanto, que são atribuídas as funções pragmáticas e retóricas. As funções pragmáticas referem-se ao modo como o Falante elabora sua mensagem tendo em mente as expectativas sobre as informações pragmáticas do Ouvinte; já as funções retóricas dizem respeito à organização do discurso pelo Falante e às propriedades formais que o auxiliam na tentativa de influenciar o Ouvinte a aceitar seus propósitos comunicativos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46).

No Nível Interpessoal, podem-se reconhecer as seguintes unidades:

(7) $(D_1{:}[(M_1){:}\ [(A_1{:}[(F_1)(P_1)s\ (P_2)_A\ (C_1{:}[(T_1)_{[\phi]}...(T_{1+N})_{[\phi]}\ (R_1)_{[\phi]}...(R_{1+N})_{[\phi]}]\ (C_1)_{[\phi]})]\ (A_1)...(A_{1+N})_{[\phi]}]\ (M_1)]\ (D_1))$

A camada do Discurso (D)[20] foi recentemente proposta por Stassi-Sé (2012, p. 175) para abarcar as relações estabelecidas entre as orações adverbiais "independentes" ou "desgarradas". A autora defende que essas construções consistem em Movimentos que estão em relação de *subordinação discursiva* com um ou mais Movimentos, ou seja, a oração estabelece uma dependência pragmática com relação a trechos discursivos, contribuindo, portanto, para a construção da rede temática do texto e para a coesão e coerência textuais. Ademais, a autora propõe uma tipologia de funções interacionais (Transição, Adendo, Salvaguarda e Resgate) que podem ser atribuídas aos Movimentos, defendendo que essas funções são de dois tipos:

> (i) Aquelas que estão voltadas para o plano do conteúdo, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo.
> (ii) Aquelas que estão mais voltadas ao plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do Ouvinte. (STASSI-SÉ, 2012, p. 167)

A adoção dessa perspectiva permite descrever orações que não estabelecem relações de dependência morfossintática, mas que, interacionalmente, são dependentes de outros trechos informativos na construção temática do discurso, tal como em (8).

(8) inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares porque, *como sabemos*, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

(8') (D: [(M: inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares (M)) (M : - sabemos, eh - (M)$_{\text{Resgate}}$) (M: eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher (M))$_{\text{Transição}}$] (D))

[20]Stassi-Sé (2013) propõe uma camada acima do Movimento, a do Discurso, para dar conta de descrever as relações existentes entre Movimentos. A tais relações a autora denomina funções interacionais.

Nessa ocorrência, o papel da conjunção *como* não é estabelecer uma relação de dependência comparativa entre duas orações, e sim instruir o Ouvinte a retomar de sua memória episódica informações que já estão contextualmente disponíveis. Não é possível recuperar essa informação apenas pela oração imediatamente anterior. Como se pode perceber, é necessário acessar informação compartilhada culturalmente pelos interlocutores. É justamente o fato de ser uma informação dada contextualmente que permite sua referência anafórica por meio da oração.

O Movimento (M), por sua vez, pode ser composto por um ou mais Atos Discursivos (A), relacionados em termos de equipolência ou dependência. O Ato Discursivo tem posições obrigatórias para a Ilocução (F) e para o Falante (P_1), mas também pode conter o Ouvinte (P_2) e o Conteúdo Comunicado (C), que é composto por um ou mais Subatos de Atribuição (T) e de Referência (R). Todas as camadas do Nível Interpessoal podem ser restringidas por modificadores e especificadas por operadores específicos.

O Movimento (M), maior unidade de análise gramatical, é definida, com base em Kroon (1995, p. 66, apud HENGEVELD; MACKENZE, 2008, p. 50), como uma contribuição autônoma para a interação. Tal efeito perlocucionário o diferencia do Ato Discursivo. Enquanto o Ato pode provocar um *backchannel* (uma resposta que encoraja o Falante a prosseguir), apenas um Movimento pode provocar uma reação do Ouvinte (uma resposta a uma pergunta, uma objeção a um argumento etc.). O trecho em (9), extraído do inquérito "Criar filhos", exemplifica a dinâmica de mudança de Movimentos, que, nesse caso, é equivalente à troca de turnos entre os interlocutores.

(9) A: [então, que é que o senhor acha dos jovens, por exemplo] (Movimento A1)
B: [acha de quê?] (Movimento B1)
A: [de hoje em dia? dos jovens... de hoje em dia. a cabeça deles, como é que vai ser tudo isso... com o pensamento que, que eles têm? o futuro dessa geração...] (Movimento A2)
B: [é outra pergunta, também, meia, não é, para gente entender a mente de um jovem hoje em dia, está meio bravo.] (Movimento B2)

Nesse trecho, cada turno representa um Movimento no discurso. O locutor A pretende levar o locutor B a discorrer sobre os jovens brasileiros na atualidade e a diferença entre as gerações. No entanto, após a pergunta (Movimento A1), o interlocutor responde com outra pergunta, que constitui uma reação à pergunta de A1 (Movimento B1) e suscita uma resposta do interlocutor. Após ouvir a reelaboração da pergunta (Movimento A2), o locutor B ainda não responde, mas realiza uma avaliação sobre o conteúdo da questão (Movimento B2). Cada

Movimento é sinalizado por um contorno entoacional próprio, que indica término apenas no final do Movimento.

O Ato Discursivo, por sua vez, é definido, com base em Kroon (1995, p. 65, *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 60, tradução nossa), como "as menores unidades identificáveis do comportamento comunicativo"[21]. Não há uma correspondência entre o Ato e quaisquer unidades linguísticas, já que até mesmo fragmentos oracionais podem constituir um Ato. Mas pode haver correspondência do Ato com a Frase Entonacional no Nível Fonológico. No trecho a seguir, também extraído do inquérito "Criar filhos", observe-se como um Movimento pode ser constituído por um único Ato ou por vários:

(10) A: [mas você se considera assim realmente de outra geração, bem...]$_{Ato}$
B: [não,] $_{Ato}$ [eu não me considero de outra ge[...], ge[...], geração, não!] $_{Ato}$ [eu sou de uma geração que não é tão antiga,] $_{Ato}$ [não é,] $_{Ato}$ [sou de cinquenta e um.] $_{Ato}$ [mas, sabe,] $_{Ato}$ [eh, eu] $_{Ato}$ [se chegar perto do meu pai] $_{Ato}$ [e chamar "aí, ó pai! você..."] $_{Ato}$ [já é motivo dele me olhar de, me[...], meio atravessado.] $_{Ato}$

Em (10), há um Movimento inicial, composto por apenas um Ato Discursivo, que constitui uma pergunta. O interlocutor responde à pergunta com outro Movimento, que é composto por vários Atos Discursivos. Observe-se que um Ato pode ser constituído de apenas uma palavra como *não* em (10).

A Ilocução é a unidade responsável pelas propriedades formais e lexicais relacionadas ao uso conversacional convencionalizado do Ato, de acordo com certas intenções comunicativas do Falante, tais como *afirmar, ordenar, questionar, advertir* etc., que são mapeadas em Ilocuções na forma de *vocativos, modo imperativo, modo declarativo*, dentre outros, sem haver uma correspondência direta entre uma intenção comunicativa e uma determinada Ilocução.

Os Participantes, (P1) e (P2), são funções desempenhadas alternativamente durante a interação entre o Falante e o Ouvinte. Sempre há, pelo menos, um Participante no Ato Discursivo, desempenhando a função de Falante, mesmo em Ilocuções abstratas, sem predicado ilocucionário lexical.

A camada do Nível Interpessoal responsável por mapear as unidades semânticas é o Conteúdo Comunicado que contém a totalidade informacional do que o Falante evoca em sua comunicação, com base na imagem do mundo exterior sobre a qual deseja se expressar. As

[21]Cf. o original: "(...) the smallest identificable units of comunicative behavior".

informações evocadas podem ser total ou parcialmente novas para o Ouvinte, o que se relaciona à atribuição de funções pragmáticas, que ocorre nessa camada.

O Conteúdo Comunicado tem como partes constitutivas hierarquicamente mais baixas o Subato de Atribuição (T) e o Subato de Referência (R). Ambos apresentam uma natureza acional, pois se relacionam ao modo como o Falante produz sua mensagem com o objetivo de influenciar o Ouvinte.

O Subato de Atribuição (T) é a tentativa do Falante de atribuir uma categoria semântica, por meio da evocação de uma propriedade, como, por exemplo, os Subatos Atributivos expressos, no Nível Representacional, pelos predicados "considerar", "chegar" e "chamar" em (10).

O Subato de Referência (R), por sua vez, é a evocação de uma entidade, resultando na construção ou na identificação de um referente pelo Ouvinte. Se o referente já está disponível e deve ser identificado, diz-se que é identificável para o Ouvinte. Se o referente não está presente contextualmente e deve ser inserido no modelo mental do Ouvinte, diz-se que é não identificável para o Ouvinte. De modo semelhante, distingue-se entre referência específica e não-específica tendo como ponto de partida o Falante. Referentes identificáveis para o Falante são específicos; referentes não identificáveis são não específicos. Tome-se, por exemplo, os Subatos Referenciais expressos, no Nível Representacional, pelos sintagmas *uma geração* e *ele* em (10). O primeiro é específico para o Falante e não-identificável para o ouvinte, já que é conhecido apenas pelo Falante; já o segundo é específico para o Falante e identificável para o Ouvinte, já que está presente no contexto discursivo (*meu pai*).

3.1.1 O empacotamento da informação

No modelo teórico aqui adotado, os enunciados são construídos a partir de um jogo de pressuposições entre as informações pragmáticas dos interlocutores. O exemplo mais óbvio disso são sentenças semanticamente equivalentes, que apresentam disposições específicas de constituintes e, consequentemente, diferentes padrões prosódicos, como, por exemplo, *O carro Maria vendeu* e *Maria vendeu o carro*. A relação distintiva entre essas duas sentenças diz respeito às intenções comunicativas do Falante, e não ao sentido da mensagem em si mesmo, que se mantém em ambos os enunciados. Desse modo, apenas o primeiro enunciado é válido para uma questão como *Cadê o carro?*, enquanto o segundo é uma possível resposta para a questão *O que Maria fez?* As diferentes perguntas representam aqui diferentes contextos em que se exige a escolha de determinados modos de se elaborar a mensagem a ser

transmitida. Constata-se, portanto, que a informação é um conjunto organizado de enunciados e essa organização pode ser descrita de acordo com certos princípios que regulam a ordenação dos constituintes em um enunciado.

A ideia de se organizar a informação de diferentes formas origina-se no domínio filosófico, com a rejeição dos filósofos Brentano e Marty à visão dicotômica sujeito/predicado de Aristóteles sobre o julgamento humano (SASSE, 1987, p. 511-512). Já no século XIX, os filósofos Brentano e Marty propõem a existência de dois tipos de julgamento humano, a saber, o categorial (julgamento duplo), que se identifica com a díade aristotélica sujeito/predicado e que consiste em nomear uma entidade e se fazer uma afirmação sobre ela (por exemplo, *John [entidade] is intelligent [afirmação])*; e o tético (julgamento único), que apenas expressa um evento, um estado ou uma situação, como, por exemplo, as expressões impessoais (*it is raining [afirmação]*), que prototipicamente não apresentam sujeito (cf. SASSE, 1987, p. 512).

Esses postulados filosóficos tiveram vários reflexos nos estudos linguísticos, como o estudo de Kuroda (1972) sobre as partículas *ga* e *wa* do japonês. Para o autor, essas partículas se relacionam, respectivamente, ao julgamento tético e ao julgamento categorial. Além desse estudo, que não obteve muita relevância na época em que se desenvolveu, destaca-se o estudo de Kuno (1972), que relacionou as diferentes estruturas sintáticas do enunciado ao conceito de informação nova (não-previsível) e informação velha (previsível). Uma das contribuições desse autor foi ter cunhado o termo “descrição neutra”. Nesse tipo de construção, que aparece depois de construções como *Oh, look!, What happened then?* ou *What do you suppose I saw?*, toda a sentença apresenta informação nova, não previsível, isto é, informação não pressuposta pragmaticamente.

Argumentando contra a proposta de relacionar a distinção tético/categorial à *estrutura informacional*, Sasse (1987) defende que essa distinção deve ser considerada a partir da *perspectiva comunicativa*, definida por ele como dois pontos de vistas diferentes a partir dos quais se pode considerar um Estado-de-Coisas. Isso significa que a forma dada à mensagem pelo Falante é reflexo de seus propósitos pragmáticos e estilísticos. Segundo Sasse (1987, p. 529), a diferença entre construções téticas e categoriais diz respeito às pressuposições do Falante sobre a expectativa do Ouvinte a respeito da informação veiculada, ou seja, se o Ouvinte espera ou não informação sobre certa entidade (não necessariamente dada (con)textualmente). Para discutir essa diferença, considerem-se, em (11) e (12), os enunciados fornecidos pelo autor. A primeira é uma resposta à pergunta *Que diabos é esse cheiro?*, pronunciada por alguém que chega a casa e sente um cheiro forte. Já a segunda é uma

resposta dada a um olhar inquisidor de alguém que se senta para jantar e vê que, no prato, há um *hamburger* ao invés do frango assado esperado.

(11) Das BRAThendl ist angebrannt.
'A galinha queimou'

(12) Das BRAThendl ist ANgebrannt.
'A galinha queimou'

Enquanto, na sentença tética (11), o Falante pressupõe que o Ouvinte não espera ouvir uma afirmação sobre o frango assado, na construção categorial (12), o Falante pressupõe (pela fisionomia do Ouvinte) que ele já esperava ter para o jantar frango assado. É exatamente isso que provoca o acento único no sujeito em (11), indicando a fusão comunicativa do indivíduo ao evento, e o duplo acento em (12), indicando a separação comunicativa entre um indivíduo e um evento. O contraste entre as duas sentenças permite perceber que a escolha do Falante sobre como apresentar a informação depende das pressuposições que faz sobre a *expectativa do Ouvinte*, isto é, se este espera ou não informação sobre o frango assado é fundamental para a escolha de uma construção tética ou categorial, o que, segundo o autor, também é marcado prosodicamente, por meio do acento único ou duplo.

Considerar a distinção tético-categorial a partir do ponto de vista da *estrutura da informaçã*o ou da *perspectiva comunicativa*, conforme proposto, respectivamente, por Kuno (1972) e Sasse (1987), reflete posições divergentes (mas não excludentes) dos autores. Numa Gramática com orientação discursivo-funcional, como a GDF, há um lugar específico para as ideias defendidas pelos autores. Primeiramente, se se considera a distinção tético-categorial como motivada pelo estatuto dado e novo da informação, pode-se afirmar que a diferença crucial entre os dois tipos de perspectiva está alocada no Componente Contextual. Por outro lado, ao se relacionar essa distinção com o jogo de pressuposições sobre as expectativas do ouvinte, estabelece-se outro lugar para essa distinção na Gramática: o Componente Conceitual. De fato, esses dois componentes são de extrema relevância na distinção entre os diferentes modos de se elaborarem as sentenças, mas, segundo a GDF, é no Nível Interpessoal que se dará a formulação dos diferentes moldes de conteúdo, portanto é nesse nível que serão estudados os moldes de conteúdo na oração relativa.

3.1.2 Interface entre o Contexto e a Gramática

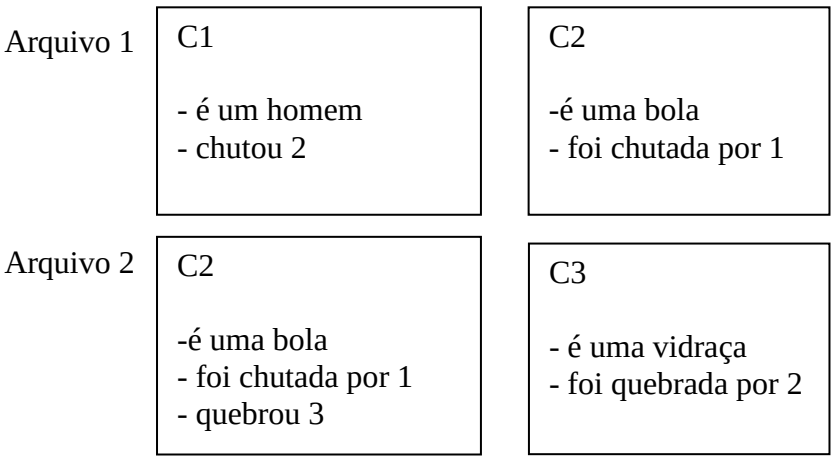
A concepção de Contexto da GDF se assemelha à noção de "conjunto contextual" de Stalnaker (1978, apud REINHART, 1981, p. 78). Durante a interação, os falantes proferem uma série de proposições, correspondentes às suas pressuposições, que ficam armazenadas no conjunto contextual compartilhado por ambos os falantes. O papel do discurso é ir regularmente adicionando as afirmações proferidas ao conjunto contextual de maneira organizada e classificatória. Reinhart (1981, p. 79-80) descreve esse processamento discursivo em termos metafóricos como um sistema de organização de um catálogo temático de biblioteca. As proposições, aceitas como verdadeiras pelo Ouvinte, são estocadas no conjunto contextual, por meio de interpretações do Sintagma Nominal, como um subconjunto de proposições e entradas específicas. Essas entradas são os tópicos sentenciais a que os interlocutores acrescentam proposições, que representam, por sua vez, o conhecimento que se têm sobre tais entradas. A autora também elabora o conceito de tópico discursivo como uma reorganização dos tópicos sentenciais (entradas) em entradas mais globais. Percebe-se, portanto, que há uma forte relação entre o processo dinâmico e temporal de estocagem e acesso das proposições no contexto e a noção de tópico.

A GDF lança um novo olhar sobre essa organização do Contexto por meio da proposta que será descrita nesta seção. Como um construto analítico (CONNOLY, 2007), em que o analista decide quais informações contextuais são relevantes para a produção e a interpretação de um dado discurso, a GDF restringe as informações contextuais no modelo de Gramática apenas àquelas que têm efeito sistemático na gramática da língua.

A GDF propõe que a estocagem de informações se dê por meio de um processo dinâmico de empilhamento de unidades no Contexto, que se desenvolve de modo semelhante à *File Change Semantics*, conforme proposta da semântica discursiva formal. Dentro dessa perspectiva, Heim (1983, p. 226) desenvolve o conceito de arquivo (*file*) para dar conta da relação entre a língua e o mundo, interpretando metaforicamente o papel do ouvinte na interação com a tarefa de um arquivista. É como se cada ouvinte possuísse um conjunto de arquivos que vão sendo preenchidos pelas informações proferidas nos enunciados, como se verifica no exemplo hipotético (13).

(13) Um homem chutou uma bola. Ela quebrou uma vidraça.

Ao ouvir as sentenças em (13), o interlocutor primeiramente insere, no arquivo, dois cartões (C1 e C2) em que serão inseridas entradas com as informações dos enunciados. A seguir, insere mais uma entrada em C2 e introduz um novo cartão C3.



Para a autora, os referentes discursivos indefinidos exigem a inserção de um novo cartão no arquivo, enquanto os referentes discursivos definidos exigem a atualização informacional de um cartão já existente. Essas exigências são vistas em termos de *instruções* ao ouvinte. Considerando os pressupostos da autora e de Jacobs (2001), Smit (2007) afirma que o empacotamento da informação abrange duas dimensões: endereçamento, que diz respeito à organização temática das proposições em entradas nos endereços, e atualização, que se refere ao procedimento de adicionar uma nova entrada no endereço ou instanciar posições vazias em uma entrada pré-existente (SMIT, 2007, p. 95). Segundo o autor, o Ouvinte tem à sua disposição três tipos de instruções: (i) *GOTO*, que especifica em qual endereço deve ser arquivada a proposição; (ii) *Assess*, que o instrui a acessar determinada informação; e (iii) *Update*, que identifica qual parte da informação constitui informação nova, que deve ser acrescentada ao seu conhecimento pragmático.

A proposta de Heim (1983) baseia-se essencialmente em uma interpretação semântica, e engloba apenas as entidades representacionais da GDF. A inovação da GDF está, portanto, em organizar as informações contextuais de acordo com os níveis e camadas já existentes no Componente Gramatical, possibilitando que informações pragmáticas, morfossintáticas e fonológicas também sejam estocadas no Contexto e possam ser acessadas ao longo do discurso. Dessa forma, o Contexto funciona como um espelho da Gramática, refletindo sua organização hierárquica e modular por meio de Estratos, isto é, por meio de “lugares” específicos para cada tipo de informação. Assim, há um estrato equivalente a cada um dos níveis no Contexto (Estrato Interpessoal, Estrato Representacional, Estrato Morfossintático,

Estrato Fonológico). Todos os Estratos dispõem de Informação Discursiva, mas apenas os dois primeiros têm também Informação Situacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014), conforme exposto no Quadro 1.

Estrato Interpessoal	(i) Fonte situacional: participantes, tempo e lugar da enunciação; (ii) Fonte discursiva: Atos que foram executados no discurso anterior
Estrato Representacional	(i) Fonte situacional: entidades percebidas, tais como indivíduos, eventos, propriedades; (ii) Fonte discursiva: entidades que têm sido denotadas no discurso anterior;
Estrato Morfossintático	Fonte discursiva: unidades morfossintáticas que foram produzidas no discurso anterior
Estrato Fonológico	Fonte discursiva: unidades fonológicas que foram produzidas no discurso anterior

Quadro 1 – Distribuição de Estratos no Componente Contextual

A Informação Situacional relaciona-se com as circunstâncias interacionais correntes: (i) indicação (do número e da natureza) dos participantes da situação discursiva e de suas propriedades (sexo, relações sociais, etc.); (ii) aspectos do local da interação (como pontos de referência); (iii) indicação do tempo de ocorrência do evento discursivo (informação dada e nova, distinção entre Tempo Absoluto e Relativo, noções de empilhamento e rebaixamento de informação).

A Informação Discursiva, por sua vez, constitui um empilhamento das informações formuladas e codificadas na Gramática. A Informação Discursiva no Estrato Interpessoal, por exemplo, recupera todos os Atos Discursivos produzidos no Nível Interpessoal. Os Atos mais recentes são posicionados no topo da pilha (*highest on the stack*)[22] e os Atos mais antigos estão nas posições mais baixas da pilha e decaem gradualmente, imitando as limitações da memória episódica. Cada novo Ato Discursivo será movido para o topo da pilha e empurrará os Atos produzidos anteriormente a uma posição abaixo.

O mesmo processo se dá em todos os Estratos na constituição da Informação Discursiva dentro do Contexto. Esse preenchimento dinâmico do Componente Contextual faz com que, devido às limitações de nossa memória, algumas informações desapareçam ao longo do discurso, enquanto outras se tornem mais proeminentes, refletindo o processamento dinâmico da Gramática e o preenchimento do Contexto. Para mediar essas complexas relações entre os Componentes, entra em jogo o Contextualizador, responsável por receber o *input* dos

[22]O termo *stack* é usado por Hengeveld e Mackenzie (2014) no sentido de uma pilha à qual os elementos são adicionados no topo (*top*).

estratos contextuais e distribuir as informações para os níveis gramaticais. Observe-se como o discurso responde ao empilhamento de Indivíduos dentro do Estrato Representacional do Contexto, no trecho a seguir extraído do inquérito “Jornalismo”:

(14)	no	caso	específico	da	**ANI**	**que**	é	aquele	que	**eu**	conheço	a	**ANI**
					x1	x1				x2			x1
										x1			x2

tem	um contrato	**com a United Press Int.**		**que**	é	**uma grande agência americana**		
		x3		x3		x3		
		x1		x1		x1		
		x2		x2		x2		

e	que	tem	**os seus correspondentes** (...)	
			x4	
			x3	
			x1	
			x2?	

O primeiro Indivíduo inserido na pilha, *ANI* (x1), cai uma posição após a inserção do Indivíduo *eu* (x2) e volta à posição do topo quando retomado em *a ANI tem um contrato*. Os indivíduos x1 e x2 caem uma posição na pilha após a inserção do Indivíduo x3 no topo. A disposição dos Indivíduos se mantém a mesma nas orações seguintes até a inserção do Indivíduo x4, que empurra todos eles uma posição para baixo e pode inclusive levar o Indivíduo *eu* no final da pilha a cair no esquecimento.

A intersecção do Componente Gramatical com o Contextual possibilita o tratamento de fenômenos que só podem ser entendidos em termos de uma teoria da interação, e não apenas da gramática. A estocagem da informação no Contexto permite que se faça referência anafórica a qualquer elemento nas sentenças precedentes e seguintes (HENGEVELD; MACKENZIE, 2014). Sendo assim, na relativização, o Contextualizador recebe a informação contextual do Estrato Representacional (Conteúdo Proposicional, Episódio, Estado-de-Coisas etc. inserido no Contexto pelo núcleo nominal) e mobiliza o uso do pronome relativo como uma estratégia coesiva que participa do encadeamento tópico do texto. Atente-se para o fato de que, como verificado em (14), o pronome relativo tem a função de se referir ao Indivíduo imediatamente anterior, evitando a repetição do termo. É uma estratégia coesiva que retoma o Indivíduo estocado por último no Componente Contextual e mantém, dessa forma, a mesma disposição desse Indivíduo dentro do Estrato Representacional.

3.1.3 Funções pragmáticas e moldes de conteúdo

As funções pragmáticas, segundo Dik (1997a, p. 311), referem-se ao modo como os constituintes se relacionam ao cenário comunicativo em que estão situados, e este cenário é entendido como a estimativa que o Falante tem sobre a informação pragmática (conjunto completo de conhecimentos, crenças, sentimentos e pré-conceitos) do Ouvinte no momento da interação. O objetivo do Falante é realizar alguma modificação na informação pragmática do Ouvinte; para isso, efetua suas expressões linguísticas de acordo com sua estimativa (que pode ser correta ou não) sobre a informação pragmática do Ouvinte, partindo da informação que ele acredita estar presente na mente do Ouvinte (informação dada) e acrescentando a informação que ele acredita não estar presente (informação nova).

É reconhecida na literatura a forte correlação entre o estatuto informacional (dado e novo) das entidades e a atribuição de funções pragmáticas, verificada principalmente como uma equivalência entre tópico e informação dada, por um lado, e foco e informação nova, por outro. Entretanto, a GDF especifica lugares distintos para cada um deles: enquanto a questão do estatuto informacional resolve-se no Componente Contextual (conforme descrito na seção anterior), a atribuição de funções pragmáticas encontra-se no Nível Interpessoal, como será descrito a seguir. Isso quer dizer que nem sempre a informação dada é Tópico, mas, em contrapartida, o Tópico deve necessariamente ser informação dada contextualmente.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 88) consideram que as funções pragmáticas são atribuídas, especificamente, a Subatos dentro do Conteúdo Comunicado, o que difere da tradição linguística, cujo ponto de vista é o de que se atribui o Tópico a entidades/termos e o Foco a entidades/termos ou predicados (DIK, 1997a; HANNAY, 1991; MACKENZIE; KEIZER, 1990). Sendo assim, a designação de funções pragmáticas se encontra no nível mais alto da gramática, o Interpessoal. Os núcleos dos Conteúdos Comunicados são constituídos por combinações específicas de funções pragmáticas, denominadas “modos de mensagem” (HANNAY, 1991) ou “moldes de conteúdo” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Antes de tratar dos moldes de conteúdo, definem-se as funções pragmáticas Foco, Tópico e Contraste, designadas apenas quando a língua dispõe de mecanismos linguísticos específicos para marcá-las.

Em oposição à função pragmática Fundo (*Background*), que dificilmente é codificada nas línguas, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 89) identificam a função Foco como uma estratégia do Falante de seleção de informação nova com relação ao conteúdo discursivo, que

pode ocorrer tanto para (i) preencher uma lacuna informacional do Ouvinte, como para (ii) corrigir informação equivocada que o Ouvinte possui.

O Foco pode ser designado a um Subato Referencial, a um Subato Atributivo, a vários Subatos ou a todo o Conteúdo Comunicado (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 89, tradução nossa), como, respectivamente, representado nos seguintes exemplos adaptados dos autores:

(15) Eu vi *um herói*.[23] (C_I: [(T_I) (R_I) (R_J)$_{Foc}$] (C_I))

(16) O vento *está soprando*.[24] (C_I: [(T_I)$_{Foc}$ (R_I)] (C_I))

(17) *Pedro* comprou *um livro* para Maria.[25] (C_I: [(T_I) (R_I)$_{Foc}$ (R_J)$_{Foc}$ (R_K)] (C_I))

(18) *Chegou o trem*[26]. (C_I: [(T_I) (R_I)]$_{Foc}$ (C_I))

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que normalmente cada sentença apresenta apenas uma informação mais importante (focal), mas admitem a possibilidade de haver mais de um Foco por Conteúdo Comunicado, o que ocorre principalmente nas línguas que marcam Foco por dois mecanismos específicos, isto é, a entoação e o uso de formas especiais, tais como palavras-*qu* e palavras negativas. Dik (1997a, p. 327) aponta os seguintes tipos de tratamento especial para o constituinte focal:

(i) Proeminência prosódica: acento enfático no (em parte do) constituinte focalizado;

(ii) Ordem especial dos constituintes: posições especiais na ordem linear da oração para o constituinte foco;

(iii) Marcadores especiais de foco: partículas que destacam o constituinte foco do restante da oração;

(iv) Construções especiais de foco: construções que definem um constituinte como tendo a função foco.

Defende-se aqui, seguindo o mesmo posicionamento de Hannay (1991), de Cornish (2004) e de Pezatti (2014), que o Tópico Novo de Dik (1997a, p. 315-316) consiste, na

[23]Cf. o original: “I saw a heron”.
[24]Cf. o original: “The wind is blowing”.
[25]Cf. o original: “Peter had bought a book for Mary”.
[26]Cf. o original: “A train arrived”.

realidade, na função pragmática Foco. Para Hannay (1991, p. 136), o Tópico Novo é uma subcategoria do Foco, porque tem a função de introduzir uma entidade nova no discurso, que é tomada como ponto de partida para a mensagem. Já Cornish (2004, p.131) acentua que, de fato, os constituintes com essa função pragmática, partindo de princípios cognitivo-discursivos, funcionam mais apropriadamente como Foco. Outro argumento para se entender o Tópico Novo como Foco é que, em português, são marcados da mesma forma, como apontado por Pezatti (2014): Subatos com função pragmática Foco são codificados na posição final. É justamente essa a posição do Tópico Novo de Dik, diferentemente dos outros tipos de Tópico, que aparecem na posição inicial.

O Tópico é definido por Hengeveld e Mackenzie (2008) em contraposição à função Comentário, raramente marcada nas línguas do mundo. Quando relevante, isto é, quando formalmente marcado, o Tópico é designado a um Subato com a função especial de assinalar como o Conteúdo Comunicado relaciona-se ao registro construído gradualmente no Componente Contextual (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 92). A função Tópico relaciona-se ao Componente Contextual no tocante a informações dadas não apenas discursiva, mas também situacionalmente, como demonstrado anteriormente.

É importante observar também que é a necessidade de a informação tópica estar relacionada ao Componente Contextual que possibilita a existência de mais de um Subato por Conteúdo Comunicado, o que leva a um posicionamento distinto do de certos autores com relação à quantidade de Tópicos presentes em um único Conteúdo Comunicado. Enquanto Dik (1978, p. 144, apud HANNAY, 1983, p. 209) e Moya-Guijarro (2006, p. 210) defendem a existência de apenas um Tópico por sentença, a GDF postula a existência de mais de um Tópico por Conteúdo Comunicado, como em (19), em que há dois tópicos, o modificador de Lugar *em casa* e o Indivíduo *eu*.

(19) bem, *em casa eu* não tenho meios. (Ang97:JovemGaspar)

Na interação, o Falante atribui as funções pragmáticas Tópico e Foco aos Subatos com o objetivo de atingir seus propósitos comunicativos. Dentro do Ato, a combinação dessas funções pragmáticas, como já dito, é denominada na GDF “moldes de conteúdo”.

O conceito de empacotamento da mensagem foi primordialmente desenvolvido, dentro da perspectiva da Gramática Funcional, por Hannay (1991). O autor relaciona topicalidade/focalidade com a natureza do elemento em posição inicial (Tópico, Foco, *Stager* ou expletivo) e encontra cinco moldes de mensagem: Tudo-Novo, Tópico, Reação, Neutro e

Apresentativo. Dentro do arcabouço teórico da GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 101) postulam três moldes de conteúdo: o tético, o categorial e o apresentativo[27], que, segundo eles, são suficientes para a descrição do modo como a informação é empacotada pelo Falante. Como afirmado anteriormente, a escolha dos moldes relaciona-se à atribuição das funções pragmáticas Tópico e Foco aos Subatos (SA) dentro do Conteúdo Comunicado, conforme representado em (20).

(20) (a) Tético $[(SA)^{N}]^{FOC}$
(b) Categorial $[(SA)^{TOP}\ (SA)^{N}\ (SA)^{FOC}]$
(c) Apresentativo $[(SA)^{N}\ (SA)^{TOPFOC}]$

Vallduví e Engdahl (1996, p. 466) afirmam que a estrutura tética não tem Tópico, apenas Comentário, e o acento nuclear incide sobre o sujeito, diferentemente da estrutura categorial, com Tópico, em que o acento incide sobre o predicado. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), no molde de conteúdo tético, todo o Conteúdo Comunicado recebe a função pragmática Foco. Isso significa que tudo o que o Falante deseja evocar na comunicação com seu interlocutor é selecionado como uma informação nova em relação ao conteúdo discursivo. Não há nenhum Subato com a função Tópico e, se houver mais de um Subato, todos são focais. Já nos moldes de conteúdo categorial e apresentativo, é o Subato Referencial ou Atributivo que veicula a função pragmática.

O molde de conteúdo categorial pode ser orientado para o Tópico ou para o Foco, a depender da língua. Segundo Pezatti (2014, p. 96), o português é uma língua orientada para o Tópico. O trecho em (21) exemplifica as construções tética e categorial em português:

(21) eu sozinho em casa, *começou a relampejar***,** *a trovejar***,** e pouco tempo depois choveu**.** e... em nossa casa havia, eh, uma de alvenaria, uma casa de alvenaria e outra uma palhota. eh, *e eu preferi ficar, eh, na palhota*. mas não dentro da palhota (Moç86:Chuva:l.33-35)

Os Subatos Atributivos representados por *começou a*, *relampejar*, e *a trovejar* em (21) formam uma construção tética, em que a informação é apresentada como um todo, ou seja, todos os Subatos são focais, pois a informação é considerada pelo Falante como essencial para ser acrescentada à informação pragmática do Ouvinte. O Ato *eu preferi ficar na palhota*, por sua vez, é categorial, pois apresenta um Subato Referencial Tópico *eu*, a partir do qual o

[27]Hengeveld e Mackenzie (2008) defendem que as construções apresentativas são um tipo específico de molde de conteúdo, diferentemente da tradição filosófica e de Sasse (1987), que as consideram um subtipo das construções téticas.

Falante formula seu comentário. Além de *eu* indicar o próprio Falante e estar disponível no Contexto Situacional, já foi referido anteriormente no discurso e, portanto, consiste em conhecimento compartilhado pelos interlocutores no momento da interação.

Nas construções categoriais, nem sempre o Tópico está presente no Ato Discursivo; mesmo assim, nas orações em que tradicionalmente se diz que o *sujeito* está *oculto*, permanece a estrutura categorial da informação. Segundo Smit (2007, p. 114), o referente Tópico, nesses casos, não é codificado novamente, porque ele é suficientemente identificável pelos interlocutores. Adotamos aqui o argumento do autor de que diferentes línguas codificam essas construções com *Tópico Zero* de maneira diferente das construções téticas. Considere-se o trecho a seguir:

(22) A: hum, hum. e portanto ***as pessoas*** *tiveram tempo de... fugir*, levar as suas coi[...]
B: ant[...], a[...], os, ***as pessoas*** *não queriam fugir*
A: hum, hum.
B: bem, é que já é d[...], é muito difícil também porque já, como já se trata duma zona fértil, lá criaram... todo o processo de socialização, têm lá e... *não queriam mesmo*, mas depois que... começaram a acontecer os estragos, como... as casas que foram destruídas, o fontanário que abastecia a população, os terrenos cultiváveis que foram, em grande parte, dizimados pelas la[...], pela lava aliás, já... ***eles*** *acharam por bem que o melhor destino era partir mesmo para as zonas menos afectada***.**
A: e *agora recomeçam uma vida nova nessas zonas*, ou como?
B: não. *já regressaram para Chã das Caldeiras, neste momento*. (CV95:IlhaFogo:l.120-9)

Todas as orações destacadas têm o mesmo Tópico, codificado como um sintagma nominal *as pessoas*, como pronome pessoal *eles* ou elíptico (Tópico Zero). Todas essas construções são categoriais porque apresentam uma informação como Tópico (Subato que se toma como referência para a afirmação seguinte) e um Comentário. Nas construções *não queriam mesmo, agora recomeçam uma nova vida* e *já regressaram para Chã das Caldeiras, neste momento*, o Subato sobre o qual se fala neste momento da interação já está presente no Contexto e é expresso com um Tópico Zero.

Em (23), há três construções apresentativas (marcadas em itálico), cuja função é fazer surgir novos referentes no discurso (*uma casa tipo colonial*, *uma sala muito grande* e *uma porta bem grande de ferro*).

(23) uma fazenda é, fica em Friburgo, vinte minutos depois de Friburgo, portanto no município de Friburgo. a fazenda é bem grande, *tem uma casa tipo colonial*. a casa é toda cercada por um varandão com, com... cerquinha de madeira e depois então *dentro tem uma sala muito grande***,** com duas portas em que se abrem duas alas, que são duas alas de quartos diferentes, cada ala com o seu banheiro... servindo. *depois tem uma porta bem grande de ferro que separa da copa.* (Bra80:Fazenda :linhas 1 até 6)

Nessas construções, os Subatos Referenciais trazem um referente que o Falante deseja que o Ouvinte acrescente à sua informação pragmática, ou seja, esses referentes são específicos para o Falante e não identificáveis para o Ouvinte. Esse tipo de construção apresenta apenas uma unidade semântica e uma cópula (*ter*), como suporte do tempo verbal.

Seguindo Pezatti (2014), propomos que os Subatos *uma casa tipo colonial*, *uma sala muito grande* e *uma porta bem grande de ferro* apresentam apenas a função pragmática Foco, pois veiculam uma informação nova, até então não disponível no contexto. Somente se os interlocutores continuarem se referindo a essa entidade, ela será considerada um Tópico. Neste trabalho, portanto, assumimos a posição de que Tópicos Novos (como definidos por DIK, 1997a, p. 315-317) são, na realidade, Subatos com função Foco. Não assumimos que o Subato tenha a função Tópico também, como o fazem Hengeveld e Mackenzie (2008), porque a função desse tipo de construção é bem específica no discurso. Não se parte, em sua formulação, de informação contextualmente disponível. Ao contrário, o objetivo do Falante é exatamente acrescentar um referente novo no Discurso, que ele pode ou não retomar como Tópico nos próximos Atos. É justamente isso que ocorre na oração seguinte à primeira construção apresentativa na ocorrência em (23). A entidade *uma casa tipo colonial*, já introduzida no discurso, é retomada como o Tópico *a casa* na oração seguinte e serve como ponto de partida para a informação *é toda cercada por um varandão com cerquinha de madeira*.

No decorrer deste estudo, opta-se por denominar os moldes de conteúdo como Ato tético, categorial e apresentativo, porque o fenômeno de empacotamento da informação diz respeito à combinação de funções pragmáticas atribuídas a Subatos e ao Conteúdo Comunicado que pertencem a uma camada superior, o Ato.

Em síntese, o Nível Interpessoal lida com os aspectos pragmáticos que estão refletidos formalmente na gramática da língua, fornecendo o *input* para os outros três níveis da Gramática: o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. É no Nível Interpessoal que se encontra a unidade básica de análise da GDF, o Ato Discursivo, definindo-se o caráter discursivo e funcional do modelo. Além disso, é aqui que se atribuem as funções pragmáticas aos Subatos, formando-se os moldes de conteúdo disponíveis ao Falante na elaboração do discurso.

3.2 O Nível Representacional

O Nível Representacional lida com os aspectos semânticos das unidades linguísticas, que são descritas em termos da natureza *designativa*. Difere-se das unidades interpessoais, que têm uma natureza *evocativa* e funcionam internamente à situação discursiva. Essa diferença pode ser verificada por meio de dois critérios: imposição de condições semânticas de verdade e discurso relatado. Nos exemplos (24b) e (25b) a seguir, percebe-se a impossibilidade de aplicação desses critérios a unidades interpessoais:

(24) A: Eu insisto que Sheila está doente.
B: (a) Isso não é verdade. (Ela não está)
(b) *Isso não é verdade. (Você não insiste)[28] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 128, tradução nossa)

(25) (a) Francamente, Sheila está doente.[29]
(b) * Pedro me contou que francamente Sheila está doente.[30] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 129, tradução nossa)

Em (24), o verbo performativo *insistir* indica o valor ilocucionário do enunciado, e não a descrição do que o Indivíduo está fazendo, por isso não se submete a condições semânticas de verdade, como comprovado em (24b). Já (25b) mostra que o modificador interpessoal *francamente*, em (25a), não pode ser relatado por discurso direto, porque funciona internamente à situação discursiva, ou seja, não estabelece uma relação com o mundo externo.

Sendo assim, entende-se por *semântica,* no Nível Representacional, apenas os sentidos das unidades lexicais e complexas, desvinculados do modo como são usados na comunicação. Com base numa distinção entre categorias semânticas, o Nível Representacional está organizado de acordo com a seguinte estrutura:

(26) $(p_1:[(ep_1:[(e_1:[(f_1: [(f_2)^n (x_1)_\phi ... (x_{1+n})_\phi] (f_1)) ... (f_{1+n}) (e_1)_\phi]) ... (e_{1+n})_{[\phi]}] (ep_1)) ... (ep_{1+n})_{[\phi]}] (p_1))$

A camada representacional mais alta é o Conteúdo Proposicional, que é um construto mental sobre conjuntos de Estados-de-Coisas. A seguir, vem o Episódio, que é constituído por um conjunto tematicamente coerente de Estados-de-Coisas. A categoria semântica do Estado-

[28]Cf. o original: "A: I insist that Sheila is ill.//B: a. That's not true./b. *That's not true."
[29]Cf. o original: "Frankly, Sheila is ill."
[30]Cf. o original: "Peter told me that frankly Sheila is ill."

de-Coisas é constituída por uma Propriedade Configuracional que seleciona uma combinação de unidades semânticas sem relação hierárquica entre si, podendo inclusive selecionar uma Propriedade Lexical. Dada a estrutura geral em camadas, reproduzida em (1'), adequada também para a representação das unidades desse nível, cada categoria semântica também pode ser acompanhada por modificadores (σ) e operadores (π) de cada uma das camadas representacionais.

(1') $(\pi v_1: [h\ (v_1)_\phi]: [\sigma\ (v_1)_\phi])$

As várias categorias semânticas distinguem-se com base na categoria ontológica que elas designam. Nesse sentido, há categorias semânticas que constituem camadas hierarquicamente organizadas, Conteúdo Proposicional, Episódio e Estado-de-Coisas, que nessa ordem são superiores às camadas equipolentes: Indivíduo, Propriedade, Localização, Tempo, Razão, Maneira e Quantidade. A relevância das categorias semânticas de Tempo, Localização, Razão, Modo, Quantidade e Lugar deve-se ao fato de terem reflexos no sistema morfológico de línguas específicas, o que se comprova pela existência de classes lexicais e de padrões de nominalização para essas categorias em certas línguas.

Os conceitos de Conteúdo Proposicional, Estado-de-Coisas e Indivíduo na GDF são retomados de Lyons (1977, p. 442-447, apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 131) nos seguintes termos:

(i) o Conteúdo Proposicional é uma entidade de terceira ordem, porque se trata de um construto mental do Falante. Sendo assim, não pode ser localizado nem no tempo nem no espaço, mas pode ser avaliado em termos de sua verdade, tal como *ideia, crença, esperança* etc.

(ii) o Estado-de-Coisas é uma entidade de segunda ordem, porque pode ser localizado no tempo e no espaço e pode ser avaliado em termos de sua realidade, como exemplificado por *reunião, discussão, decisão* etc.

(iii) o Indivíduo é uma entidade de primeira ordem porque pode ser avaliado em termos de sua existência, tal como *mesa, cadeira, homem* etc.

A camada do Episódio corresponde a um ou mais Estados-de-Coisas tematicamente coerentes que apresentam unidade ou continuidade de Tempo, Localização e Indivíduos.

A camada mais baixa do Nível Representacional é a Propriedade, que não pode ser caracterizada em termos de espaço e tempo e não tem existência independente. Essa unidade é avaliada em termos de sua aplicabilidade a outras entidades e à situação descrita, tal como

verde, *recente* e *inegável*, que são propriedades aplicáveis, respectivamente, a entidades de primeira, segunda e terceira ordem: *mesa verde*, *decisão recente* e *ideia inegável*.

Em síntese, o Nível Representacional refere-se aos aspectos semânticos da língua, isto é, aos sentidos das unidades lexicais e complexas, independentemente do modo como são mobilizadas interacionalmente. Nesse nível, a organização das unidades semânticas também responde ao modelo descendente da Gramática, indo da camada mais alta, o Conteúdo Proposicional, à camada mais baixa, a Propriedade.

3.3 O Nível Morfossintático

Os dois níveis discutidos anteriormente são responsáveis pelo processo de formulação das unidades pragmáticas e semânticas, o que significa transpor as intenções conceituais vindas do Componente Conceitual em formas linguísticas específicas para cada língua. Os níveis Morfossintático e Fonológico, por seu turno, são responsáveis pela tarefa de codificação dessas formas linguísticas. Ao receber o duplo *input* advindo dos níveis Interpessoal e Representacional, o Nível Morfossintático irá convertê-lo em uma representação estrutural única, que, no Nível Fonológico, será transformada em um construto fonológico, a ser, finalmente, enviada como *input* para o Articulador (ou Componente de Saída).

Por motivos de transparência e de facilidade da interpretação da estrutura linguística, há três princípios que dirigem a relação entre o *input* dos níveis da formulação e o Nível Morfossintático, contribuindo para um maior paralelismo entre as estruturas: iconicidade, integridade de domínio e estabilidade funcional. Esses princípios refletem certa homologia existente nas línguas entre função e forma, a despeito da relação arbitrária que também se verifica.

O princípio de iconicidade refere-se a uma correspondência entre a ordenação das experiências no mundo físico e mental e o sequenciamento das camadas mais altas (Movimentos, Atos, Conteúdos Proposicionais e Episódios) dos níveis da formulação. Em outras palavras, essas unidades linguísticas são introduzidas no discurso no mesmo sequenciamento em que são expressas durante a interação, como exemplificado em (27).

(27) [e ali eu meto o facão assim por dentro,]$_{A1}$ [boto um, pego um paio]$_{A2}$ [e coloco assim por dentro,]$_{A3}$ [do outro lado eu boto um pedaço de toucinho fumeiro]$_{A4}$ (Bra80:Macarronada:l.30-33)

Aqui há uma sequência de Atos Discursivos, cronologicamente ordenados, o que reflete numa mesma sequência de Estados-de-Coisas no Nível Representacional e numa sequência de orações coordenadas no Nível Morfossintático.

Outro princípio que rege a relação entre o *input* da operação de formulação e a codificação morfossintática é o de integridade de domínio. Esse princípio determina que haja uma preferência por colocar conjuntamente, no Nível Morfossintático, as unidades linguísticas que, nos níveis Interpessoal e Representacional, também aparecem juntas, tais como modificadores e seus núcleos ou funções e operadores, que devem aparecer conjuntamente às unidades morfossintáticas a que se aplicam. Por exemplo, em (27), anteriormente citado, o modificador *fumeiro* aparece justaposto ao núcleo *toucinho*.

O último princípio, o de estabilidade funcional, determina que os constituintes que têm a mesma especificação semântica ou pragmática, sejam posicionados preferencialmente na mesma posição, em relação às outras categorias. Isso quer dizer que há uma ordenação preferencial para cada tipo de constituinte, como, por exemplo, os constituintes focais que, em português, são posicionados no final da oração (PEZATTI, 2014).

A organização interna do Nível Morfossintático, conforme proposto por Stassi-Sé (2012), inicia-se com a camada hierarquicamente mais alta, a do Texto, composta por pelo menos uma Expressão Linguística, conforme o esquema a seguir:

(28) (Te_1: [(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2): [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))\{_\} (Cl_2)\{_\}] (Cl_1))](Le_1)](Te_1))

A camada do Texto (Te) foi proposta recentemente para o Nível Morfossintático por Stassi-Sé (2012, p. 178), em seu estudo sobre as orações subordinadas ‘independentes’, na tentativa de postular uma camada mais alta, que abarcasse as relações de subordinação entre Expressões Linguísticas. A Expressão Linguística (Le) pode ser constituída de apenas uma unidade ou pode ser uma combinação de Sintagmas (Xw, Xp) e/ou Orações (Cl). Essa combinação pode ser de vários tipos, a depender do grau de dependência entre as unidades. A oração é composta por Palavras, Sintagmas ou Orações. Já o Sintagma pode consistir num conjunto unitário ou diverso de Palavras, Sintagmas e Orações. Em todos esses agrupamentos, quando uma camada recruta outra idêntica ou hierarquicamente superior, diz-se que essa composição se dá por recursividade. Os núcleos do Sintagma e da Palavra são sempre elementos lexicais.

Há vários tipos de Sintagma, que se correlacionam com as classes de lexemas do Nível Representacional: Sintagma Verbal (Vp), Sintagma Nominal (Np), Sintagma Adjetival (Adjp), Sintagma Adverbial (Advp) e Sintagma Adposicional (Adp). O Vp corresponde ao Sintagma que tem uma Palavra Verbal como núcleo, diferentemente da tradição que o considera uma combinação de verbo mais objeto. Os Sintagmas Np, Adjp e Advp podem, com a inserção de uma cópula no Nível Morfossintático, constituir um predicado.

A camada mais baixa desse nível é a Palavra, que constitui uma configuração sequenciada de Morfemas, Palavras e Orações e se distingue da classe dos lexemas, que operam semanticamente. Certas Palavras, representativas de operadores e funções dos níveis Interpessoal e Representacional, não têm correspondência no léxico, portanto, são introduzidas no Nível Morfossintático como expletivos ou elementos suporte. Há uma distinção relevante, então, entre Palavra Lexical e Palavra Gramatical, como sintetizada no Quadro 2.

Palavras Lexicais	**Exemplos**	**Palavras Gramaticais**	**Exemplos**
verbo	*exterminar*	auxiliar verbal	*ter, ser*
substantivo	*ferradura*	pronome	*eu, o, que*
adjetivo	*maravilhoso*	pró-adjetivo	*tal*
advérbio	*elevadamente*	pró-advérbio	*lá, então*
adposição	*sob*	adposição gramatical	*de, em*
conjunção	*enquanto*	conjunção gramatical	*que, porque*
partícula	*ei, oi*	partícula gramatical	*só, até*

Quadro 2 - Correspondência entre Palavras Gramaticais e Palavras Lexicais. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 401)

É neste nível também que se define a dinâmica de ordenação dos constituintes. A GDF propõe um enfoque dinâmico para a ordenação dos constituintes na oração, que consiste em dois passos tomados pelo Codificador Morfossintático: o primeiro é a colocação de constituintes hierarquicamente mais altos; e o segundo é a colocação de constituintes numa relação configuracional (predicado e argumentos) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; HENGEVELD, 2013).

Os moldes de predicação são construídos dinamicamente a partir de três posições absolutas, a saber, a posição inicial, a posição medial e a posição final (respectivamente, P^I, P^2, P^M, P^F), que (após preenchidas) permitem posições relativas a cada uma delas. Dessa forma, P^I pode se expandir à direita e P^F à esquerda, enquanto P^M se expande em ambas as direções. Devido a essa dinâmica, Connoly (2012, p. 458) acentua que todos os moldes de

ordenação são “elásticos”. Os elementos extraoracionais têm posições especiais ($P^{PRÉ}$ e $P^{PÓS}$) e estão alocados na Expressão Linguística, como na figura 6 (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 312):

Expressão Linguística	P^{PRE}	P^{CENTRO}	P^{POS}
Oração		P^{I} P^{M} P^{F}	

Figura 6 – Moldes de ordenação na GDF

Dentro da oração, as posições P^{I} e P^{F}, diferentemente de P^{M}, são “psicologicamente salientes” e preferidas por constituintes mais altos na hierarquia ou por constituintes com funções pragmáticas (nesse caso, formando os moldes de conteúdo).

A figura a seguir ilustra o mecanismo de ordenação dos constituintes que se relacionam hierarquicamente, isto é, a partir da ideia de escopo.

Nível Interpessoal	M → A → C → R → T
Nível Representacional	p → ep → e → f^{c} → f^{l}

Figura 7 - Ordenação hierárquica dos constituintes

Segundo essas hierarquias, os elementos de escopo mais alto dentro de um mesmo nível (Interpessoal ou Representacional) têm prioridade em relação aos de escopo mais baixo. Além disso, os elementos do Nível Interpessoal são posicionados antes dos elementos do Nível Representacional. A partir disso, subentende-se que as posições de modificadores e operadores refletem iconicamente as relações de escopo entre eles.

Esse esquema obedece à seguinte prioridade de ordenação dos elementos: primeiramente, funções, modificadores e operadores de Movimentos nas posições oracionais apropriadas, e, por último, operadores e modificadores de Propriedades Configuracionais. As funções sempre são expressas antes dos operadores e modificadores por serem externas às unidades que modificam; entretanto, os autores não explicitam se há uma prioridade de ordenação entre os operadores e modificadores.

Para ilustração, considere-se (29), em que primeiramente é colocado o modificador de Tempo Absoluto da camada do Episódio na posição periférica P^{F}, para, somente depois, ser

posicionado o operador de Locação da camada do Estado-de-Coisas, em uma posição relativa a P^F (P^{F-1}).

(29) eu tenho, eu tenho uma prima *que viveu aqui nessa altura*, que era, o marido era militar - mas português, claro (PT97-BaseMilitar:l.125)

P^I	P^M		P^{F-1}	P^F
que	viveu		aqui $\sigma_{\pi Loc(e)}$	nessa altura $_{\sigma TAbs(ep)}$

Apenas após a ordenação dos constituintes hierárquicos, inicia-se a ordenação dos constituintes configuracionais. A ordenação dos elementos configuracionais (predicado e argumentos), diferentemente da ordenação dos constituintes não-argumentais, baseia-se em considerações de alinhamento que obedecem a propriedades pragmáticas, semânticas e/ou morfossintáticas dos constituintes, configurando-se de modo equipolente (CONNOLLY, 2012, p. 460), tal como (30):

(30) e tenho a máxima certeza de que também os médicos de facto, se dão, claro, estão aí de acordo com o próprio governo *que concede essa licença*, não sei quantos. (Moç97:Maternidade:l.21)

P^I	P^M	P^{M+1}
que	concede	essa licença

Em (30), o verbo e seu complemento estão posicionados no domínio de P^M, porque não têm precedência de colocação com relação um ao outro, ou seja, são equipolentes. Entretanto, o pronome relativo, mesmo sendo um constituinte configuracional, sempre está posicionado em P^I, devido a motivações pragmáticas, que serão discutidas no capítulo 5.

Para explicar como as unidades interpessoais e representacionais configuracionais mapeiam as unidades morfossintáticas, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 317) distinguem três tipos básicos de alinhamento:

(i) Alinhamento interpessoal: a organização morfossintática reflete a organização do Nível Interpessoal em termos de funções pragmáticas (Tópico, Foco, etc.) dos Subatos, e /ou em termos de sua referência (definitude, especificidade etc.);

(ii) Alinhamento representacional: a organização morfossintática reflete a organização do Nível Representacional em termos de funções semânticas (Ativo, Inativo etc.) das categorias semânticas, ou em termos de sua designação (animacidade, pessoa etc.);

(iii) Alinhamento morfossintático: a organização morfossintática não é um reflexo direto da organização dos níveis Interpessoal e/ou Representacional, mas exibe sua própria

organização em termos das funções sintáticas (Sujeito, Objeto) de constituintes morfossintáticos, e/ou em termos de complexidade/peso (Palavra, Sintagma etc.). Com relação à complexidade, tanto constituintes mais pesados (tais como as orações subordinadas) como mais leves (tais como os clíticos) podem assumir posições especiais dentro da Oração.

Quando os constituintes configuracionais recebem função pragmática, devem ser posicionados antes dos outros (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 334), como se verifica com o constituinte *à mulher africana* em (31).

(31) A: em que o que se constata é que há uma, há uma pouca preocupação acerca da distinção do gé[...], ah, entre os géneros, portanto, masculino feminino
B: hum.
A: *em que à mulher africana cabe grande, um grande quinhão de responsabilidade*. (GB95:MulherAfricana:l.11)

P^{I}	P^{I+1}	P^{M}	P^{M+1}
em que$_{Top}$	à mulher africana$_{Top}$	cabe	um grande quinhão de responsabilidade

É justamente o fato de o argumento *à mulher africana* receber função pragmática Tópico em (31) que justifica seu posicionamento no domínio de P^{I}, antes dos constituintes configuracionais *cabe* e *um grande quinhão de responsabilidade*, que são posicionados no domínio de P^{M}.

Em suma, o Nível Morfossintático recebe informações semânticas e pragmáticas e as converte em uma representação morfossintática a ser enviada para o próximo nível, o Fonológico. No estabelecimento da relação entre o *input* interpessoal e representacional e o Nível Morfossintático, entram em jogo três princípios estreitamente relacionados com a questão da ordenação: iconicidade, estabilidade funcional e integridade de domínio. Também organizado de maneira descendente, esse nível começa com a camada Texto e vai em direção à sua camada mais baixa, a Palavra. É neste nível que se defina a ordenação dos constituintes hierárquicos e configuracionais.

3.4 O Nível Fonológico

Nesta seção, apresenta-se o Nível Fonológico, que recebe *input* tanto do Nível Morfossintático, como diretamente dos níveis Interpessoal e Representacional. O Nível Fonológico contém também seus próprios primitivos, que serão aplicados ao Articulador: (i) padrões prosódicos que se aplicam a cada camada de análise, como a divisão de Enunciados

em Frases Entoacionais e destas em Frases Fonológicas; (ii) um inventário de sequências segmentais representativo de configurações particulares de morfemas e preenchedores de lugar (*placeholders*) introduzidos em outros níveis; (iii) operadores terciários, como os que indicam subida e descida da Frase Fonológica.

A estrutura hierárquica fonológica é mapeada pela estrutura morfossintática, às vezes, com preferência por relações unívocas do tipo que se estabelece entre o Sintagma Morfossintático e a Frase Fonológica, e entre a Palavra Morfossintática e a Palavra Fonológica.

A GDF baseia-se essencialmente na Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986) para delimitação das camadas dentro do Nível Fonológico. Tendo em vista especialmente a prioridade dos aspectos pragmáticos na determinação do funcionamento dos outros três níveis da gramática na GDF, devem-se entender as motivações por trás da escolha de um modelo teórico gerativista, em que a gramática é reflexo essencialmente (mas não exclusivamente) da estrutura sintática da língua.

O primeiro ponto de aproximação das duas teorias diz respeito à preocupação com uma *formalização rigorosa*. No modelo gerativo, os constituintes prosódicos são definidos principalmente a partir de constituintes da morfologia e da sintaxe (sem haver necessariamente uma relação unívoca entre eles), mas também por certas informações contidas no componente semântico. Já o modelo funcionalista preocupa-se com a formalização de todos os aspectos da gramática (interpessoais, representacionais, morfossintáticos e fonológicos). O segundo ponto de contato é que, em ambas as teorias, a interface entre o componente prosódico e os outros componentes da gramática ocorre por meio de um conjunto de *regras de mapeamento*, "uma vez que as regras que definem os vários constituintes prosódicos fazem uso de diferentes tipos de noções gramaticais para cada nível da hierarquia.[31]" (NESPOR; VOGEL, 1986, p. 5).

A preocupação da Fonologia Prosódica em estruturar de maneira hierárquica as unidades prosódicas coincide com a mesma preocupação da GDF em formalizar o Nível Fonológico em camadas hierarquicamente organizadas, daí Hengeveld e Mackenzie (2008) terem adotado as seguintes unidades propostas por Nespor e Vogel (1986): Enunciado, Frase Entoacional, Frase Fonológica, Palavra Fonológica, Pé e Sílaba. Sendo assim, a estrutura do Nível Fonológico, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 428), é a seguinte:

[31]Cf. o original: "(…) since the rules that define the various prosodic constituents make use of different types of grammatical notions for each level of the hierarchy".

(32) (U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1: [(F_1: [(S ^{N})] (F_1))] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))

O Enunciado (U) consiste de uma ou mais Frases Entoacionais (IP), que, por sua vez, é composta de uma ou mais Frases Fonológicas (PP), que é constituída de uma ou mais Palavras Fonológicas (PW), e assim sucessivamente.

Diferentemente de Nespor e Vogel (1986), a GDF propõe uma correlação *default* entre as camadas do Nível Fonológico e as dos outros níveis. Enquanto o Enunciado relaciona-se com o Movimento no Nível Interpessoal, a Frase Entoacional relaciona-se ou com Atos Discursivos dentro de um Movimento ou com Estados-de-Coisas dentro de um Episódio, e a Frase Fonológica relaciona-se com Subatos dentro do Conteúdo Comunicado. As camadas relevantes para o presente trabalho são o Enunciado, a Frase Entoacional e a Frase Fonológica. A seguir, discute-se cada uma delas.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 430), o Enunciado (U) corresponde à maior extensão do discurso e é de difícil operacionalização. É delimitado por pausa "mais substancial" do que a pausa usada para delimitação de Frases Entoacionais. Também pode ser demarcado por distinções de altura (*pitch*) que englobam um conjunto único de Frases Entoacionais. Os autores apontam a possibilidade de o Enunciado corresponder a *paratones* (palavra derivada de parágrafo):

> *Paratones* são definidos para o inglês por Thompson (1994: 65-6) como 'unidades estruturais do discurso falado relacionadas ao tópico que são caracterizadas fonologicamente pelo *pitch* relativamente alto na primeira sílaba proeminente e por *pitch* extra baixo na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significante'[32]. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 430)

Essas variações de altura relativamente proeminentes parecem ser comprováveis translinguisticamente, entretanto não são facilmente identificáveis e aderimos à opinião de Venditti (2005, p. 191, apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 430) de que sua identificação depende também da combinação de fatores acústicos e estilísticos, que marcam o término da Frase Entoacional. Tais fatores podem ser o abaixamento da frequência

[32]Cf. o original: " Paratones are defined for English by Thompson (1994: 65-6) a 'topic-related structural units of spoken discourse which are characterized phonologically by relatively high pitch on the first prominent syllable and by extra low pitch on the final tonic syllable, commonly followed by a significant pause'."

fundamental, o alongamento segmental, *creaky voice*, pausas longas, contornos estilizados etc.

Os Enunciados são compostos por uma ou mais Frases Entoacionais, em que cada uma contém um núcleo, ou seja, um movimento de altura localizado em uma ou mais sílabas e é separada de outras Frases Entoacionais por pausas menos longas que as usadas nos Enunciados. Além da pausa, pode haver também (ou apenas) um movimento entoacional terminal ou outras indicações rítmicas e duracionais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 432). Segundo os autores, parece haver translinguisticamente uma tendência em se associar as ilocuções declarativas a um movimento entoacional descendente (f) e as ilocuções interrogativas a um movimento global de subida (r).

A Frase Fonológica se caracteriza por conter uma sílaba acentuada mais fortemente que as outras. Uma das Frases Fonológicas (normalmente a última) dentro da Frase Entoacional representa um movimento de altura na sílaba mais acentuada, denominada sílaba nuclear, em que incide o movimento global de subida ou de descida dentro da Frase Entoacional.

Esse nível caracteriza-se por ser "digital", já que contém representações em fonemas que se baseiam em oposições binárias. A representação gerada aqui serve de *input* para o Articulador, que é responsável por questões como frequência do formante, intensidade, duração e características espectrais. Para estabelecer a relação entre essas informações do Articulador e os aspectos prosódicos no Nível Fonológico, partiremos da análise e da interpretação dos dados gerados pelo programa computacional PRAAT. Isso justifica a opção por partir também dos postulados teóricos da Fonologia Entoacional (LADD, 1998), que nos dará as ferramentas para estabelecer tal relação.

Ladd (1998) postula que a estrutura tonal do enunciado é linear e pode ser descrita em termos de eventos tonais e transições. As transições constituem contornos de altura que não são fonologicamente especificados e apenas servem para marcar a transição de um evento a outro. Já os eventos tonais principais relacionam-se, especialmente, a tons de altura (*pitch accents)* e tons de fronteira (*edge tones*). O tom de altura é uma variação de altura em algum ponto da linha de base (*baseline*), que pode envolver um tom local máximo ou mínimo que se associa às sílabas proeminentes acentuadas no enunciado. Apesar dessa associação, deve-se distinguir entre tom de altura e acento (*stress)*. O acento é uma propriedade lexical abstrata da própria sílaba, independente da organização fonológica do enunciado, e pode se relacionar à força maior de articulação (aumento de intensidade, duração e tendência espectral mais superficial). Dessa forma, o padrão entoacional do enunciado é dado em termos de uma linha

de acentos de altura e de tons de fronteira, que são descritos em termos de tons de nível primário Alto (H) e Baixo (L), que se referem ao nível de altura na realização fonética.

Como consequência, define-se a AM como uma teoria das relações de proeminência em um enunciado, que entende a frequência fundamental (F0) como a manifestação de uma estrutura não hierárquica em que elementos de um tom são associados com elementos de um texto, refletindo as relações de proeminência presentes no texto. Portanto, a noção de *alinhamento* (associação do tom à sílaba) é fundamental para se compreender como se dá a relação entre eventos no contorno da F0 e os eventos na linha segmental. Determinada sílaba pode ser metricamente mais forte ou proeminente sem necessariamente ter um acento de altura, já que não há uma relação unívoca entre acento de altura e proeminência. O acento de altura é um elemento do contorno entoacional, e não a representação acústica do acento.

Ladd (1998, p. 79) afirma que os acentos de altura consistem em um único tom H ou L ou em combinações de tons H e L. Um acento de altura bitonal é unido por um sinal de +. O acento de altura tem um tom principal que é marcado com um asterisco H* ou L*e pode ter um tom iniciante e/ou seguinte. Dada esta notação, o inglês apresenta sete tipos de acentos de altura, a saber, H*, L*, L+H*, L*+H, H+L*, H*+L e H*+H (esta última configuração entoacional foi retirada em análises posteriores).

Os tons de fronteira (alongamento ascendente ou descendente da última vogal acentuada) são indicados (LADD, 1998, p. 80) como H% ou L% e constituem tons únicos associados com o final de uma Frase Entoacional. O tom H% indica uma elevação final, enquanto L% indica a ausência de elevação final.

Este trabalho também tem como foco a análise da variação da altura (*pitch range*), que é entendida ou como relativa à voz do falante, no enfoque normalizante, ou como relativa a outras partes do enunciado, no enfoque inicializante. Segundo Ladd (1998, p. 253), o enfoque inicializante tenta fornecer "características invariantes de todos os tons em termos do que precedeu no enunciado" [33], ou seja, delimita-se um ponto inicial para cada enunciado a partir do qual serão determinados os outros tons sucessivos. Adotamos a mesma posição do autor ao rejeitar esse enfoque por ser incapaz de descrever os enunciados com apenas um tom ou com tons idênticos e adotamos o enfoque normalizante para a análise da variação da altura, definido da seguinte forma pelo autor:

[33]Cf. o original: "[...] the manifestation of an overarching structure in which elements of a tune are associated with elements of a text in ways that reflect the prominence relations in the text."

> Um modelo normalizante retifica a noção de ‘gama de variação do *pitch’* em termos de alguns pontos de referência específicos do falante, tais como valores da F0 mais baixos e mais altos. Tal modelo tenta abstrair as diferenças entre os falantes, os efeitos paralinguísticos e assim por diante, e expressa as caracterizações invariantes de tons em termos da gama de variação idealizada do falante que resulta desse processo de produzir fontes de variação[34]. (LADD, 1998, p. 256, tradução nossa)

Dessa forma, os tons H e L são definidos não a partir da altura de tons precedentes, mas a partir dessa variação idealizada de determinado falante, ou seja, um tom H é realizado no topo da gama de variação do falante e um tom L no seu pico. A abstração prescrita pelo enfoque normalizante é fundamental para a descrição da variação da altura, já que esta está sujeita a diversas variações de sentido derivadas de fatores extrínsecos que devem ser apropriadamente minimizados para não se comprometer a análise.

Por fim, levando-se em conta os quatro níveis da GDF aqui apresentados e suas respectivas camadas, cabe destacar os aspectos primordiais da teoria para o desenvolvimento desta pesquisa. O aspecto mais relevante do Nível Interpessoal são as funções pragmáticas de Foco e Tópico, que são responsáveis por diferentes perspectivas que a oração pode assumir, ou seja, a atribuição das funções pragmáticas são fundamentais para a elaboração dos diferentes moldes de conteúdo do Ato Discursivo. Também se destaca neste nível a camada do Ato Discursivo, que é relevante para a distinção entre relativas restritivas e apositivas. Quanto ao Nível Representacional, sua importância se encontra na delimitação da oração relativa restritiva, que, como será visto, é formulada semanticamente, diferentemente da apositiva.

A relevância do Nível Morfossintático se encontra na equivalência morfossintática entre a relativa restritiva e a apositiva, já que ambas apresentam o mesmo padrão, em que um Sintagma recruta, recursivamente, uma Oração, formando uma estrutura mais complexa. É nesse nível também que iremos localizar o estatuto morfológico do relator e a ordenação dos constituintes oracionais.

Os aspectos prosódicos que se destacam aqui são a entoação e a tessitura, já que são primordiais para a distinção entre os diferentes tipos de relativas, sendo assim o Nível Fonológico tem sua relevância especialmente na diferente codificação verificada entre

[34]Cf. o original: “A normalising model reifies the notion of ‘pitch range’ in terms of some speaker-specific reference points, such as upper and lower F_0 values. Such a model attempts to abstract away from differences between speakers, paralinguistic effects, and so on, and express the invariant characterisations of tones in terms of the idealised speaker range that results from this process of factoring out sources of variation.”

restritiva e apositiva e na proposição de um terceiro tipo de relativa, denominado aqui relativa interativa, como será discutido no capítulo 5.

Por fim, será dada atenção especial a dois componentes com os quais o Componente Gramatical dialoga: os Componentes Contextual e de Saída. Os conceitos de informação dada e nova, definidos contextualmente, são fundamentais para a conceitualização das funções pragmáticas, em especial, no tocante à função coesiva do pronome relativo, já que este retoma informações já disponíveis contextualmente. Além disso, dado que o Componente de Saída recebe as representações fonológicas relevantes para a codificação da oração relativa, será a interpretação dos eventos tonais das sentenças, por meio do programa computacional PRAAT, que nos permitirá determinar a relação entre este Componente e o Nível Fonológico, traçando padrões entoacionais específicos para cada tipo de relativa. Para tanto, o tema aqui investigado será vislumbrado também pelo prisma da Fonologia Entoacional (LADD, 1998).

Após se fazer uma breve exposição sobre alguns estudos da oração relativa e de se apresentarem os pressupostos do modelo teórico da GDF, apresentam-se, no próximo capítulo, a metodologia e o córpus para a análise da oração relativa.

4 CÓRPUS E METODOLOGIA

A escolha do córpus deve-se ao objetivo de descrever exaustivamente a língua falada nos diversos países que têm o português como língua oficial. Dessa forma, pretende-se contribuir com os trabalhos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), que desenvolveu, nos últimos anos, sob a coordenação da prof.ª Erotilde Goreti Pezatti, o projeto "Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional". Além disso, como se realiza uma interface com o ensino do português, que raramente se apoia em textos orais autênticos, a escolha de um córpus de usos autênticos disponível em áudio é relevante para a reflexão sobre os aspectos prosódicos da oração relativa, o que permite a elaboração de novas propostas para o ensino da oração relativa também no âmbito fonológico.

Dessa forma, utiliza-se, na tarefa de descrição das orações relativas, o material extraído do córpus do Projeto *Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais*, produzido entre os anos de 1970 e 2001, coordenado por Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, tendo como responsável pelo desenvolvimento João Malaca Casteleiro. Também participaram os pesquisadores Maria Lúcia Garcia Marques, José Bettercourt Gonçalves e Rita Veloso. O projeto foi coordenado pelo CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – e teve como parceiras duas universidades francesas - a Universidade de Toulouse-le-Mirail e Provence-Aix-Marseille I. O córpus é constituído de 86 gravações e foi recolhido junto a falantes sociolinguisticamente diversificados que têm o português como língua materna ou como segunda língua. Não se trata de um córpus equilibrado, o que não compromete a análise, já que não se pretende realizar uma análise contrastiva entre as variedades. As amostras são representativas das variedades portuguesas faladas em Portugal, Brasil, Macau, Goa, Timor-Leste e nos países africanos cuja língua oficial é o português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

O córpus está disponível *online* no site *http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php* e em CD rom. Cada documento tem três arquivos, sendo um sonoro, outro textual e um terceiro de alinhamento texto-som, realizado pelo programa *língua.exe*. Em arquivo sonoro de quase nove horas de duração e arquivo gráfico de 91.966 palavras, encontram-se dados reais de variedades do português falado, recolhidos em situações autênticas de interação. Os textos

apresentam grau variado de formalidade, indo desde conversas informais entre amigos e familiares até situações mais formais, tais como reproduções radiofônicas.

Na transcrição dos dados, usa-se a ortografia convencional do português europeu, inclusive para contrações e truncamentos; sendo assim, as formas “falá” e “né”, por exemplo, são transcritas como “falar” e “não é”. Sinais de pontuação e diacríticos foram usados com os mesmos valores com que são usados na escrita e também nos seguintes casos:

a) Vírgula: destaca sequências de discurso que foram reformuladas, havendo ou não pausa entre as sequências (como em (1)), ou enquadra expressões fáticas ou marcas de hesitação (como em (2)):

(1) claro que **essas, essa** situação prejudica imediatamente as situações, **a, a, a, os** locais para onde são levados (Ang97:GuerraAmbiente)

(2) portanto, sempre que há uma movimentação excessiva de pessoas de um lado para outro, claro que sempre, isso sempre t[...], são, **eh**, transformadas em problemas ambientais (Ang97:GuerraAmbiente)

b) Reticências: assinalam uma pausa no discurso quando não há reformulação da estrutura:

(3) a própria população do Huambo, que se concentrou devido à guerra, aos, aos problemas da guerra e ao desequilíbrio**...** políticos e militares

c) Aspas simples: assinalam palavras inexistentes em português ou provenientes de outra língua:

(4) esse moleque até uns dois anos, pô! bota dinheiro nisso que, dinheiro e susto, convulsões, uma em cima da outra, e não sei o quê e **‘pereré’** (Bra80:CriarFilhos)

d) Aspas duplas: assinalam títulos de obras, como o nome da música anglo-saxônica em (5):

(5) eu acompanho aquela, uma “**Unchained Melody”**, não é, que você deu (Bra93:FestaEstudante)

O símbolo [...] pode indicar que há cortes na gravação, quando centrado em linha separada, ou pode assinalar palavras truncadas (que não foram totalmente pronunciadas, que

não são totalmente compreensíveis ou sequências incompreensíveis), como em (2), reproduzido novamente a seguir.

(2') portanto, sempre que há uma movimentação excessiva de pessoas de um lado para outro, claro que sempre, isso sempre **t[...],** são, eh, transformadas em problemas ambientais (Ang97:GuerraAmbiente)

Conforme discutido no capítulo introdutório, algumas questões suscitadas por diversos estudos sobre a oração relativa ainda não estão suficientemente esclarecidas e, portanto, são norteadoras deste estudo:

(i) Em que nível (pragmático, semântico, morfossintático) se define a relação de dependência (se houver) entre a oração principal e a oração relativa?

(ii) Em quais casos o prefaciador da oração relativa mantém sua dupla função: referência anafórica e transpositor de oração subordinada?

(iii) Quais características prosódicas são importantes na codificação dos diferentes tipos de oração relativa?

Partindo-se dessas questões norteadoras, este trabalho tem como objetivo principal investigar a oração relativa, determinando suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, considerando especialmente o domínio mais amplo de estudos sobre articulação entre orações, o domínio discursivo. Como objetivos específicos, pretende-se:

I. Determinar o estatuto morfossintático do prefaciador da oração relativa.

II. Investigar a ordenação dos constituintes na oração relativa, determinando os moldes de conteúdo em que a oração relativa é formulada e com que objetivos são escolhidos pelo Falante.

III. Verificar se há diferenças prosódicas distintivas da tipologia de relativas, derivadas da presença/ausência de pausas ou de alterações da tessitura e da velocidade.

IV. Verificar (i) se há tons de fronteira entre o sintagma nominal e cada tipo de oração relativa, o que permite verificar se a oração relativa forma ou não uma Frase Entoacional ou um Enunciado independente, ou seja, se ela apresenta um contorno entoacional independente do sintagma nominal; (ii) se há eventos tonais que sinalizam uma mudança na variação de altura da oração relativa, indicando uma mudança de tessitura na codificação fonológica da oração relativa.

V. Propor algumas contribuições para o ensino da oração relativa e do pronome relativo.

Considerando-se esses objetivos, parte-se das seguintes hipóteses:

I. A oração relativa pode funcionar na organização de trechos discursivos, constituindo-se como um Movimento, uma vez que pode consistir em uma contribuição autônoma para a interação.

II. O estatuto morfossintático do item que encabeça a oração relativa é o de pronome, devido ao seu papel coesivo anafórico.

III. A oração relativa, apesar de apresentar um constituinte obrigatoriamente na posição inicial (o pronome relativo), mantém todos os outros constituintes hierárquicos e configuracionais em suas respectivas posições, de maneira semelhante à ordenação da oração independente, isto é, os constituintes hierárquicos têm orientação centrífuga, iniciando-se com a colocação dos constituintes com função pragmática e de níveis e camadas mais altas nas posições periféricas da oração em direção ao centro, enquanto a colocação dos constituintes configuracionais inicia-se com o posicionamento do predicado na posição medial, para, a seguir, iniciar-se a colocação dos constituintes argumentais à direita e à esquerda do predicado.

IV. A oração relativa apositiva é codificada diferentemente da oração relativa restritiva no Nível Fonológico.

Este estudo realiza uma análise qualitativa dos dados baseada em alguns critérios que perpassam todos os níveis e camadas de análise linguística, seguindo a disposição hierárquica e modular da GDF, conforme segue.

I. Camada. No Nível Interpessoal, são consideradas as camadas: (i) Movimento, que consiste em um ou mais Atos Discursivos e contribui para o prosseguimento do Discurso, na medida em que exige uma reação ou consiste em si mesmo em uma reação ao Movimento precedente; e (ii) Ato Discursivo, que se define como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, constituído pelos interlocutores, pela Ilocução e pelo Conteúdo Comunicado. No Nível Representacional, são observadas as camadas: (iii) Episódio, que consiste em um ou mais Estados-de-Coisas, tematicamente coerentes, com unidade temporal, espacial e de Indivíduos; e (iv) Estado-de-Coisas, que são entidades que podem ser localizadas no tempo relativo e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade. No Nível Morfossintático, são consideradas as seguintes camadas: (v) Expressão Linguística, que consiste em um ou mais Sintagmas e/ou Orações; e (vi) Oração, composta por Palavras, Sintagmas e/ou outras Orações. Já no Nível Fonológico, serão consideradas as camadas: (vii) Enunciado, que consiste na maior extensão discursiva e é demarcado prosodicamente por

pausas circunstanciais e por variações entoacionais; (viii) Frase Entoacional, que corresponde a um único contorno entoacional; e (ix) Frase Fonológica, que se caracteriza por conter uma sílaba acentuada mais fortemente que as outras.

II. Funções: definidas como (i) interacionais, que dizem respeito às relações entre unidades discursivas que atuam na organização e no monitoramento do discurso, com base nas expectativas do Falante sobre as informações pragmáticas do Ouvinte; (ii) retóricas, que se referem às propriedades formais que influenciam o Ouvinte a aceitar os propósitos comunicativos do Falante, para atingir suas estratégias comunicativas; e (iii) pragmáticas, que se referem à atribuição das funções Tópico e Foco aos constituintes, formando moldes de conteúdo específicos, que refletem as escolhas do Falante com base em seus objetivos comunicativos.

III. Operadores e Modificadores dos Níveis Interpessoal e Representacional: identificam-se todos os elementos não-configuracionais das diferentes camadas dos níveis da formulação, para, a seguir, determinar sua dinâmica de ordenação.

IV. Ordenação dos constituintes da oração relativa: os padrões da ordem dos constituintes dentro da oração relativa são determinados a partir das três posições disponíveis para o português, P^I, P^M e P^F, e de suas posições relativas, de acordo com os princípios de alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático.

V. Aspectos prosódicos: verifica-se a estrutura tonal do enunciado, a partir da caracterização de seus eventos tonais (tons de altura e tons de fronteira), considerando-se o alinhamento entre texto e som.

Primeiramente, procedeu-se à leitura atenta dos inquéritos, identificando-se 1.119 ocorrências de oração relativa desenvolvida, sendo 72 (6,4%) de relativas cortadoras e 8 (0,7%) de relativas copiadoras. Essas últimas não constituíram a amostra devido aos motivos já referidos no capítulo 2. A seguir, as ocorrências foram analisadas de acordo com os critérios de análise arrolados anteriormente.

Na análise dos aspectos prosódicos, primeiramente, realiza-se a oitiva de todas as ocorrências de orações relativas do córpus, procurando verificar se há diferenças prosódicas entre elas, considerando-se a presença de três aspectos prosódicos: pausa, velocidade e

tessitura. Parte-se aqui da proposta de Tenani (1995) para construções parentéticas, com as quais as relativas apositivas se assemelham. Para a autora, o parêntese, além de ser marcado por pausas, apresenta como configuração prosódica padrão: velocidade rápida e tessitura baixa. Além disso, a autora acentua que a inserção parentética apresenta um movimento descendente da altura na última sílaba tônica dos parênteses formando um "grupo entonacional" (TENANI, 1995, p. 112).

A seguir, utilizando o programa *Nero Wave*, recorta-se, no arquivo sonoro, apenas o trecho correspondente à oração relativa e à oração principal ou núcleo nominal a que se relaciona. Por meio do programa computacional PRAAT[35], desenvolvido por Paul Boersma e David Weenik, do Instituto de Ciências Fonéticas da Universidade de Amsterdã, realiza-se a análise estatística da frequência fundamental (F_0) dos arquivos de som, interpretando os eventos tonais de cada sentença e relacionando-os à linha segmental; e efetua-se a interpretação e análise dos dados, para visualização dos resultados encontrados na análise de oitiva inicial.

No próximo capítulo, apresentam-se os resultados da descrição e da análise dos dados.

[35]Programa disponível para download em: http://www.fon.hum.uva.nl/praat/

5 A ORAÇÃO RELATIVA NO PORTUGUÊS

O percurso adotado na exposição da descrição e análise dos dados é o seguinte: parte-se, na seção 5.1, do estudo dos aspectos semânticos da relativa restritiva, que é consensualmente aceito nos estudos sobre o tema, para, a seguir, na seção 5.2, tratar da relativa apositiva, que constitui um Ato Discursivo[36]. Na seção 5.3, propõe-se a existência de uma terceira oração relativa, denominada relativa interativa, até agora não mencionada por nenhum estudo sobre relativização. Na seção 5.4, o foco da discussão serão os moldes de conteúdo da oração relativa. A seção 5.5 destina-se à problematização da natureza do item que encabeça a oração relativa. Por fim, expõe-se a análise referente à codificação da oração relativa em termos morfossintáticos, na seção 5.6, e fonológicos, na seção 5.7.

5.1 A oração relativa restritiva

O primeiro argumento para se comprovar que a oração relativa restritiva se define no Nível Representacional é o fato de ela contribuir para o significado do núcleo nominal. Tal contribuição diz respeito à limitação, restrição, especificação de um referente dentre um conjunto de referentes possíveis (CRISTOFARO, 2003; DIK, 1997a; KEENAN, COMRIE, 1977), conforme atesta (1).

(1) o artigo quarenta e dois, eh, preconiza, por exemplo, que as faltas *que sejam dadas por causa, eh, eh, dessa situação,* eh, possam, eh, eh, ser consideradas justificadas. (Moç97:Maternidade:l.75)

Nessa ocorrência, o núcleo nominal *faltas* consiste no domínio de relativização, nos termos de Keenan e Comrie (1977, p. 64), dentro do qual o referente deve ser determinado. A função da oração relativa restritiva é justamente especificar o referente correto, que corresponde, no caso, apenas às faltas que sejam dadas devido à situação descrita anteriormente no diálogo. A esse referente, o Ouvinte deve acrescentar a informação *possam ser justificadas*.

[36]Consulte-se também o trabalho pioneiro sobre a descrição da oração relativa, a partir de uma perspectiva discursivo-funcional, desenvolvido por Camacho (2012, 2013).

No córpus, há a ocorrência frequente de mais de um modificador, seja simples ou complexo, especificando o núcleo nominal, o que está relacionado às intenções do Falante, que fornece a quantidade de informações que acredita ser suficiente para que o Ouvinte identifique adequadamente o referente (DIK, 1997b). Observem-se as ocorrências (2) e (3):

(2) A: têm... a sua própria, eu tenho, eu tenho uma prima que viveu aqui nessa altura, que era, o marido era militar - mas português, claro -
B: português.
A: e ela era professora primária, e viveram aqui muitos anos, em Beja.
B: ah, então foi ali no bairro alemão.
A: foi, foi.
B: sim. acho que as casas que são muito boas.
A: são. ela tinha uma boa casa.
B: acho que a construção, e tudo que é, prontos, que era muito boa mesmo.
A: [...]
B: eu não cheguei ali a entrar, mas, agora, há uma senhora *que eu conheço, que está na escola superior agrária, que mora ali*, portanto, o marido é tropa
A: hum, hum.
B: ali agora na base, e ela, eh, d[...], comenta isso. diz que as casas são muito boas.
A: hum, hum.
B uma boa construção. (PT97-BaseMilitar:l.136)

(3) A: e comiam. e se era para estar a, a dividir aos, aos pratinhos e, essa gamela era colocada ao centro da, da mesa.
B: e comiam todos dali?
A: e a[...], não!
B: não.
A: eh, tem a, a, há uma colher matriz, porque o prato é prato matriz.
B: sim, sim.
A: e há uma colher de panela *que também é matriz*. (CV95:ColherPanela:l.20)

Em (2), há três orações relativas contribuindo para a construção do referente *senhora*. O papel da oração relativa é atribuir informações descritivas suficientes sobre a nova entidade, com base na estimativa do Falante sobre a informação pragmática do Ouvinte, para que ele possa identificar o referente pretendido dentre um conjunto infinito de referentes potenciais para o termo *senhora*. O objetivo das duas primeiras orações relativas é apresentar um novo referente, mas a terceira oração relativa (*que mora ali*), além de ter esse papel, também serve para conferir autoridade ao discurso dessa senhora, já que, se ela mora no bairro alemão, conhece bem as casas ali construídas e pode dizer, com certeza, que são boas construções, diferentemente do Falante que não está qualificado para fazer essa afirmação porque nunca entrou lá. Por outro lado, em (3), o Falante acrescenta somente a informação *também ser matriz* ao referente novo *colher de panela* porque acredita que essa informação é suficiente para o Ouvinte identificar o referente, pois, como antes havia se falado sobre um

prato matriz, o objetivo do Falante é sinalizar ao Ouvinte que havia também uma colher matriz. Isso significa que o Falante não acrescenta nem mais nem menos informação descritiva do que aquela que acredita ser suficiente para o Ouvinte identificar o referente pretendido dentre outros possíveis.

A relativa restritiva funciona como um modificador do núcleo nominal, estabelecendo entre o núcleo nominal e a oração uma relação semântica de especificação. É justamente essa função que leva vários gramáticos a defenderem que a omissão da oração relativa prejudica o sentido da sentença. Ao omiti-la, e se não houver outras expressões delimitadoras, torna-se impossível para o Ouvinte identificar o referente adequadamente.

Com relação às especificidades do núcleo nominal, a relativa restritiva pode fazer três tipos de combinações: o núcleo nominal é [+específico, +identificável], [+específico, -identificável] ou [-específico, -identificável], como nas respectivas ocorrências a seguir:

(4) e em terceiro lugar, **a pensão** *que ficará a pagar aquele dos progenitores* que não fica com os menores à sua guarda e cuidados. (PT89:LeiCotidiano:l.36-7)

(5) lembro-me que em mil novecentos e oitenta tive **um primo** *que estava a tirar o curso por correspondência de desenho e pintura, Alberto Torrão,* (Moç83:CantarPintar:l.29)

(6) e estão cada vez mais afastadas de um problema, que pode ser colectivo e, e também individual, não é, eh, **um problema qualquer** *que surja*, não é, eh, as pessoas aí, eh, não estão, não estão, eh, preparadas para se defenderem colectivamente, por exemplo (PT95:GrandesCidades:l.125)

A análise dos dados demonstra que, no Nível Representacional, há uma preferência da relativa restritiva por modificar a categoria semântica Indivíduo, como em (2), (3) e (5). Tal categoria designa uma entidade que ocupa uma porção espacial específica, o que significa que dois Indivíduos jamais ocupam o mesmo lugar. Entretanto, outras categorias semânticas (Conteúdo Proposicional, Estado-de-Coisas, Modo, Tempo, Lugar e Razão) podem preencher o núcleo nominal de uma oração relativa restritiva, como descrito a seguir.

Em (7), o núcleo *hipótese* é um Conteúdo Proposicional, pois representa um construto mental do Falante, que não pode ser localizado nem no tempo nem no espaço, podendo ser avaliado apenas em termos de sua verdade.

(7) pois! no meu caso, que estou no jornal, claro, aí está! surgiu agora a hipótese de entrevistar os, os Extreme, mas isso é uma **hipótese** *que surge... de cinco em cinco anos*, se é que surgir! (PT96:MeioPequeno:l.83-4)

Já em (8) o núcleo nominal *facto* representa um Estado-de-Coisas, entidade que pode ser localizada no tempo e no espaço e avaliada em termos de sua realidade.

(8) é que, quando ia a sair, em vez de utilizar o caminho que dava saída, portanto, de casa, eh, quis cortar. portanto, então viu que eu que estava ali, sentado, mas adormecido. eh, é um **facto** *que eu nunca mais esqueci na minha vida* (Moç86:Chuva l.58)

O núcleo nominal *mês*, em (9), identifica-se com a categoria Tempo; o núcleo *sítio*, em (10), com Lugar; o núcleo *forma*, em (11), com Maneira; o núcleo *porção*, em (12), com Quantidade; e o núcleo *razões*, em (13), com Razão.

(9) em primeiro lugar, temos que ter em conta que uma mãe, desde o primeiro m[...], dia da sua gravidez, até o último mês que é o nono **mês** *em que a senhora tem lá o seu bebé*, terá sofrido tantos, tantos gastos a nível... físico (Moç97:Maternidade:l.18)

(10) sempre faz-se um, um controle para que o gado não, não, não, não estrague, portanto, eh, as machambas que existam em redor do, do, lá do **sítio** *onde for a, a pastagem.* (Moç86:MeniniceMachamba:l.35)

(11) eh, portanto, eh, eu, da **forma** *em que eu vivi*, não é, já estando num, num, portanto, num órgão assim de informação, eu poderei comentar a minha vida a muitos daqueles que também vive a me[...], a mesma situação. (Ang97:JovemGaspar:l.81)

(12) mas o meu pai nunca fazia assim grandes **porção** de centeio *que chegasse a debulhar* para fazer centeio para mandar moer. (PT94-AmassarCozer:l.144)

(13) não por **razões** eleitorais *que nunca estiveram no meu espírito* (PT90:PoderesCE:l.57)

Outra propriedade singular da relativa restritiva é a possibilidade de poder modificar um núcleo vazio, como nas amostras a seguir.

(14) B: eh pá, eu tenho várias histórias, tenho várias histórias de caça. concretamente agora dessa, não estou a ver exactamente qual é que a história...
A: histórias de caçadores.
B: ai tu estás a referir, eh, há **umas** *Ø que são brincadeiras*, há outras que são, que são...
A: reais!
B: que são verdade. eu não sei exactamente se tu queres uma dessas de...
A: que tu foste buscar o pato dentro de água, a nadar.
B: ah! já sei! já sei! essa já sei qual é que é. (PT97:BoaPontaria:l.4)

(15) A: isto é o tal problema: é que, em Portugal, recorrendo ao centro de saúde, o médico, ainda o doente está a entrar, olha para a ficha do doente, já está a escrever, a passar a receita, sem sequer auscultar o doente. eu tive bast[...], fui bastantes vezes ao médico sem sequer ser auscultado. eu entrava, eu dizia "senhor doutor

B: tinha...
A: queixo-me disto, daquilo", e ele começava a escrever, a passar medicamentos. quer dizer, é impossível. como é que um médico olha para um doente e sabe aquilo que ele tem? é quase impossível.
B: pois é. ainda bem que você conseguiu esse conhecimento no Hospital de Santa Maria.
A: foi muito bom, foi muito bom. fui muito bem recebido, visto por especialistas, indivíduos com, com um nível muito grande
B: hum.
A: todos eles professores doutores, eh, chegaram a estar em volta de mim seis médicos, e tinham um anfiteatro, portanto aquilo foi feito num anfiteatro, os exames que me fizeram ao coração, prova de esforço, etc., tinham os alunos todos que estão a estudar Medicina na Universidade Nova estiveram a assistir àquele exame.
B: ah! porque você era um caso... bicudo, não é,
A: sim, porque era, era um caso esquisito
B: esquisito.
A: que eles também não achavam muita razão para aquilo, e então, também tive uma crise, mesmo dentro do hospital tive uma crise dessas do ritmo cardíaco me acelerar. aproveitaram, tinham os alunos na altura, foram chamar o professor que estava a dar aula, e eles vieram todos para ali.
B: pois. exacto.
A: viram aquelas coisas todas. depois ficaram com aqueles exames para eles estudarem tudo. acabaram por chegar à conclusão que era mesmo o sistema nervoso.
B: nenhum tratamento. vim completamente sem nada.
A: ai que giro.
B: antes pelo contrário, tiraram-me **aquele** *Ø que eu estava a tomar*. (PT97:MalDesconhecido:l.94)

Nessas ocorrências, o núcleo nominal não está expresso por um lexema. Trata-se de uma elipse que recupera, por meio de uma relação anafórica, os lexemas *histórias* e *medicamento*, respectivamente, em (14) e (15). Enquanto o núcleo vazio em (15) retoma anaforicamente um referente da categoria semântica Indivíduo, observe-se que, em (14), o referente *histórias* é um Episódio, pois é um conjunto tematicamente coerente de Estados-de-Coisas que contém continuidade de Indivíduo, Tempo e Espaço.

Os operadores gramaticais, como artigos e pronomes demonstrativos e indefinidos, que se referem anaforicamente ao lexema correferente ao núcleo vazio, permanecem em suas posições, como se comprova nas ocorrências anteriores com o artigo *umas* e os pronomes *aquele*, *esses* e *outros*.

Morfossintaticamente, os núcleos vazios podem ser preenchidos por expletivos gramaticais (pronomes demonstrativos ou indefinidos) e também pelo expletivo lexical *coisa*[37]. O expletivo é usado para remediar a ausência de certos elementos interpessoais ou

[37]A ideia de que *coisa* é um *dummy* respalda-se na análise de Keizer (no prelo) para o item *thingummy* do inglês na frase “And the trouble is with not moving that thingummy builds up and then you get this very bad cough down your chest” (Tradução: E o problema é que, quando você não se movimenta/faz exercícios, essa coisa cresce e então você terá uma tosse bem ruim no peito).

representacionais que são necessários para a boa formação de um sintagma (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 391). Dessa forma, a ausência de um elemento no lugar do núcleo nominal da relativa leva à inserção de um expletivo no Nível Morfossintático. Segundo Keizer (no prelo), a motivação para o uso de um expletivo pode ser o desconhecimento do Falante do item lexical apropriado ou a opção por usar um item menos informativo. Em (16-18), há ocorrências de núcleos vazios preenchidos por expletivos gramaticais (*algo, tudo* e *isso*) no Nível Morfossintático.

(16) exactamente, foi o que, ah, morreu decapitado na, na revolução francesa. e, é, f[...], é Lavoisier que vai descobrir que **esse algo** *que está no ar* é o oxigênio. (PT89:PaiMedicina:l.31)

(17) um já conheço assim, é uma coisa que faz parte da, da minha herança, da minha vida, de **tudo** *que eu gosto*. (Bra80:ArteUrbana:l.83)

(18) bom, **isso** *que me está aí a dizer* faz pensar que olha para... a relação do casal como uma coisa muito racional, muito programada, logo à partida. (PT96-MaridoIdeal:l.76)

Em (16), o Falante opta pelo expletivo *algo* para criar uma expectativa no Ouvinte para algo que ainda vai ser dito (*oxigênio*). Em (17), percebe-se que a escolha do expletivo *tudo* deve-se ao fato de o Falante optar por um item menos informativo que finaliza a enumeração (*minha herança, minha vida*) com uma expressão totalizadora que remete à existência de outros itens. Em (18), a escolha pelo expletivo *isso* também se deve ao fato de o Falante optar por um item menos informativo; nesse caso, tal item tem a função de recuperar o conjunto de informações referido anteriormente no discurso.

Na ocorrência a seguir, o expletivo lexical *coisa* é correferente a *fogão a lenha* (e não a um item referencial). Isso quer dizer que se trata de relações entre unidades, especificamente, Propriedades, no nível Representacional.

(19) a cozinha - logo em seguida vem a cozinha - também muito grande, **uma coisa maravilhosa** *que aqui na cidade não se v*ê, que é fogão a lenha. (Bra80:Fazenda:l.9-10)

A palavra *coisa* pode ser usada para se referir, anafórica ou cataforicamente, a entidades de diversas categorias semânticas, como se comprova pela análise das ocorrências em (20)-(23), em que o expletivo lexical *coisa* refere-se, respectivamente, a um Lugar (*o liceu*), a Indivíduos (*máscara, creme* etc. referidos anteriormente no discurso), a uma Propriedade (*ligação*) e ao próprio Episódio.

(20) mas, o liceu é **a coisa mais gratificante** *que apanhei aqui* no [...]. acho que não hesitaria em... voltar a dar aulas, se eu... tiver oportunidade acho que... faz-me falta. não sei se as condições actuais serão as mesmas.. (To-Pr96:SerProfessor:l.66)

(21) A: e é, é sobretudo uma clientela feminina, isso nem é preciso perguntar?!
B: sim. não, sim, nós temos uma gama também para, para homem. eh, e já tivemos essa gama, portanto muito mais completa. mas, de qualquer das maneiras, temos uma gama, pronto, de creme hidratante para a pele, uma opção after-shave, eh, águas-de-colónia, after-shaves, mousses de barbear também, temos, embora, claro, que os produtos abundem, mais, em quantidade para, para a mulher, não é,
A: hum, hum. eh, na sua opinião, os, os homens não necessitam de usar produtos de beleza, como é que...?
B: bem, eu acho que sim. todos os homens, o, a, a pele é igual. precisamente. eu os ho[...], acho que os homens devem-se tratar. o que é, é que não está muito nos hábitos dos nossos... homens portugueses, não é,
A: hum, hum.
B: porque em França, quando eu entrei na firma, havia uma linha bastante completa de homem, onde tinham um peeling, que é um esfoliante para limpar a pele em profundidade, para retirar as células mortas, eh, pronto, pontinhos negros e depois uma máscara. e de facto era óptima. é, é, era ópti[...], eram óptimos esses produtos. só que não tinham aquela venda, pronto

[...]

A: e o próprio homem não sentirá que perde a sua virilidade?
B: não. isso acho que não tem razão de ser. acho que não. então porque é que há-de perder? pelo contrário, se ele se, se vai usar **coisas** *que ele possa se sentir melhor*, muito ma[...], enfim, eu acho que não. (PT96:BomSensoRosto:l.64)

(22) A: e tem que ser mesmo assim porque acho que hoje em dia tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente
B: hum, hum.
A: e a ligação das duas coisas, sei lá, é **uma coisa** *que vem depois*. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto. (PT96-MaridoIdeal:l.10)

(23) o pai trabalha, a mãe trabalha, os filhos ficam abandonados, não é, eles lá já se habituam a preparar os seus alimentos, etc., etc., **tudo coisas** *que no meu tempo nunca acontecia*, não é, (PT95-JuventudeOntemHoje:l.19)

Em (23), o núcleo vazio *coisas* remete anaforicamente a um conjunto de Estados-de-Coisas (*o pai trabalhar, a mãe trabalhar, os filhos ficarem abandonados, os filhos prepararem sua alimentação*) com unidade de Tempo, Lugar e Indivíduos; pode-se afirmar, portanto, que se refere a uma porção textual anterior que constitui um Episódio.

Não há consenso entre os pesquisadores (CAMACHO, inédito; NEVES, 2011b) quanto a algumas construções com núcleo vazio que são encabeçadas pelas construções *o que/que* e que vêm normalmente delimitadas por pausas, como nos trechos a seguir.

(24) A: portanto, digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater...
B: ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem, nem ser nada de...
A: hum, hum.-> de bom, mas, para não, para não se[...], precisamente para não serem apelidados de jovens do campo, então...
B: e...
A: imitam os outros
B: hum, hum.
A: *o que também não é bom* (PT96:MeioPequeno:l.53)

(25) ah, poderemos adiantar mais alguma coisa que ajude o nosso telespectador a resolver o assunto, uma vez que pelos vistos, eh, ignora totalmente - *o que é compreensível* - ignora totalmente estas situações. (PT89:LeiCotidiano:l.27)

(26) A: acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada...
B: sei.
A: assim, sabe, no meio, uma coisa assim...
B: ham, ham.
A: tacar ladrilho nas casas Ø *que não têm nada a ver*. [38] (Bra80:ArteUrbana:l.99)

No tocante às ocorrências em (24)-(26), tem-se encontrado posicionamentos diferentes. Camacho (inédito) considera que toda a estrutura destacada em itálico é uma oração relativa apositiva introduzida por *o que* e defende que a relativa introduz um comentário avaliativo sobre o núcleo nominal. Neves (2011b), por sua vez, defende que *o* é o núcleo da relativa restritiva e funciona como um Aposto que retoma as informações citadas anteriormente. Isso quer dizer que a dúvida está em se delimitar o que está estabelecendo a retomada das informações anteriores. Em (24), a estrutura *o que também não é bom* está se referindo a toda uma porção textual anterior, que engloba as informações de que *os jovens do campo imitam os da cidade*. Já em (25), a construção *o que é compreensível* refere-se ao fato de o telespectador ignorar as situações referidas pelo Falante. Em (26), a estrutura *que não tem nada a ver* diz respeito à ação de as pessoas tacarem ladrilho nas casas. Não se pode negar que a função dessas construções é fazer um comentário avaliativo sobre as informações veiculadas, demonstrando o posicionamento do Falante. É nesse sentido que Decat (2004, 2010) atribui funções textuais-discursivas a essas construções, cujo objetivo é focalizar a informação segundo os propósitos comunicativos do Falante. Segundo a autora, essas estratégias são motivadas pragmaticamente e trazem informações proeminentes.

[38]Em (24), a falante está rindo enquanto pronuncia a sentença "tacar ladrilho nas casas que não tem nada a ver", por isso realiza uma pausa depois de *ladrilho*. Há uma pausa breve antes da oração relativa, que é pronunciada com tessitura mais baixa.

Da perspectiva da GDF, no entanto, a interpretação dada a essas construções é determinada tendo como base a organização hierárquica do modelo gramatical. Postula-se, portanto, que essas estruturas são idênticas àquelas discutidas anteriormente em (14)-(23). Ou seja, a partícula *o* em (24) e (25) e a elipse em (26), que estabelecem uma relação anafórica com o trecho anterior, consistem em núcleos vazios que retomam informação citada anteriormente, daí essa posição assemelhar-se aos estudos que lhe atribuem um caráter apositivo. Assim como qualquer outro núcleo vazio tem como função retomar informações citadas anteriormente e disponíveis contextualmente, seja de quaisquer camadas representacionais forem. Nessas construções, no entanto, o item *o* e a elipse são interpretados como núcleos vazios que retomam especificamente um Estado-de-Coisas. Em (24), a construção *o que não é bom* faz uma avaliação negativa do conteúdo do Estado-de-Coisas *imitar os jovens da cidade*. Em (25), a construção *o que é compreensível* justifica a informação do Estado-de-Coisas *ignorar essas situações*. Por fim, em (26), é o Estado-de-Coisas *tacar ladrilho nas casas* que é avaliado como algo que não tem nada a ver, ou seja, que não é interessante.

Entendemos que a escolha das construções *o que também não é bom*, *o que é compreensível* e *que não têm nada a ver* se dá no Nível Interpessoal, em que funciona como um Movimento com função interacional. No Nível Representacional, essas construções consistem em um Conteúdo Proposicional, formado pelo núcleo vazio [*o* em (24) e (25) e a elipse Ø em (26)] e por um Estado-de-Coisas [a oração relativa restritiva]. Isso significa que não é a oração relativa que funciona interacionalmente (ou, nos termos de Decat, que atribui funções textuais-discursivas), e sim a construção completa. A oração relativa, nas ocorrências, é restritiva, pois tem a função de delimitar semanticamente o núcleo nominal vazio.

5.2 A oração relativa apositiva

A relativa apositiva, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 57), é formulada pragmaticamente como um Ato Discursivo em relação de dependência com outro Ato Discursivo (a oração principal). O estatuto de Ato da relativa apositiva comprova-se por ter ilocução independente da oração principal, conforme se verifica em (27a), uma reelaboração da ocorrência em (27):

(27) conheci grandes treinadores, Roberto Kell, *que foi o famoso treinador dos violinos do Sporting* (PT97:DesportoDinheiro:l.22)

(27a) Você conhece Roberto Kell, que foi um famoso treinador dos violinos do Sporting?

Percebe-se que apenas o conteúdo da oração *Você conhece Roberto Kell* é questionado em (27a), ou seja, a pergunta incide sobre o fato de o interlocutor conhecer o indivíduo (*Roberto Kell*), enquanto o conteúdo da oração relativa continua sendo veiculado como um Ato com Ilocução Declarativa, isto é, não se questiona o fato de o indivíduo ser um famoso treinador dos violinos do Sporting.

Outro argumento a favor do estatuto de Ato é o fato de a informação veiculada pela relativa apositiva constituir informação pragmaticamente assertiva, nos termos de Cristofaro (2003). Para a autora, uma asserção corresponde àquilo que o Falante deseja comunicar, ou quer que o Ouvinte saiba ou tome como certo ao enunciar a sentença. Nos termos da GDF, a asserção corresponde ao Conteúdo Comunicado veiculado pelo Ato Discursivo; portanto, por meio dos testes de identificação da assertividade da oração propostos pela autora, também se pode comprovar o estatuto da relativa apositiva. Em primeiro lugar, há a possibilidade de mudança de força ilocucionária por meio de *tag questions*:

(27b) Você conhece Roberto Kell, que foi um famoso treinador dos violinos do Sporting, não conhece?

(27c) Você conhece Roberto Kell, que foi um famoso treinador dos violinos do Sporting, não foi?

Percebe-se que tanto a informação veiculada na oração principal como na oração relativa podem ser questionadas por meio das *tag questions* (realizando-se as mudanças prosódicas necessárias), o que lhes garante o estatuto de Atos Discursivos distintos.

Além disso, o Ato apresenta informação não pressuposta, mas asseverada pelo Falante no momento da comunicação, como se pode observar em (27d), em que a informação da oração principal *conhecer Roberto Kell* é asseverada, mas a informação da relativa apositiva *ser um famoso treinador dos violinos do Sporting* não está pressuposta.

(27d) É verdade que conheci Roberto Kell, que foi um famoso treinador dos violinos do Sporting.

O estatuto de Ato Discursivo da relativa apositiva também é afirmado pela presença de elementos próprios dessa camada, como se verifica na ocorrência (28), que permite o acréscimo do modificador *além disso*:

(28) e contra a informação. no caso específico da ANI, que é aquele que eu conheço, a ANI tem um contrato com a United Press International, que é uma grande agência americana e *que [**além disso**] tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo*. (PT73Jornalismo:l.11)

É possível ainda a presença de modificador da camada do Conteúdo Comunicado, como o reportativo *diz que* na ocorrência em (29).

(29) é uma lia[...], tratam de linhaça, que é a semente, *que até é muito, **diz que** é muito bom para deitar em vistas* quando, quando está inflamado (PT96:Linho:l.5-6)

Outro argumento que reforça a formulação pragmática da relativa apositiva são as especificidades de seu núcleo nominal no Nível Interpessoal. Apesar de tanto na relativa restritiva quanto na relativa apositiva o núcleo nominal representar um Subato Referencial, correferencial ao pronome relativo na oração relativa, apenas na relativa apositiva o Subato Referencial é prototipicamente [+] específico para o Falante e [+] identificável para o Ouvinte. O conceito de identificabilidade refere-se à (não) existência do referente no modelo mental do Ouvinte. O conceito de especificidade diz respeito ao fato de o referente ser ou não identificável para o Falante. É justamente por essa especificidade do núcleo que a apositiva tem geralmente como núcleo nomes definidos (30), nomes próprios (31) ou pronomes pessoais (32).

(30) **a inflação,** *que antes era de cinquenta por cento ao mês* e agora é de trinta e cinco por cento ao ano faz uma diferença brutal nas actividades culturais do país. (Bra95:PlanoReal:l.62)

(31) eu acho que para o trabalhador, a realidade continua a mesma. e na realidade cultural isso fica... muito mais difícil. porque, particularmente **no Estado de São Paulo**, hoje, *onde a gente vinha com alguns projectos... de cultura*, de popularização da cultura, e isso tudo foi, ah, foi derrubado, foi uma derrocada muito grande. (Bra95:PlanoReal:l.6)

(32) mas tipo qua[...], a Fabiana que mora comigo, mi[...], minha colega de república lá em Bauru, eu troco muito mais roupa com **ela** *que é minha amiga* do que com a minha própria irmã, (Bra95:MuitoIguaisDiferentes:l.103)

A expressão do núcleo nominal, geralmente como [+ específico] e [+ identificável], relaciona-se à própria função da relativa apositiva, que é apenas acrescentar uma informação de fundo (*background*) sobre um referente já conhecido pelos interlocutores e disponível contextualmente.

No entanto, o núcleo nominal da relativa apositiva também pode excepcionalmente ser [+específico] e [-identificável], quando a oração principal é formulada como um Ato apresentativo, como em (33), em que o Ato é constituído pela cópula *haver* e pelo Subato Referencial (*uma fórmula de avaliação final do décimo segundo ano*) com função pragmática de Foco, que contém o Indivíduo a ser inserido no discurso.

(33) há uma, uma, uma... fórmula de avaliação final do décimo segundo ano, *que neste momento não tenho presente* (PT95:VidaEstudante:l.106)

Tomando-se por parâmetro o núcleo nominal, reconhece-se também outra característica intrínseca à relativa apositiva: a possibilidade de referir-se a um núcleo ausente, o que não é possível com a relativa restritiva. A modificação de núcleos ausentes, como nomes próprios (ocorrência 31) e pronomes pessoais (ocorrência 32), ocorre necessariamente no Nível Interpessoal, porque, se o núcleo não contém informação lexical, não pode ser modificado semanticamente, apenas pragmaticamente por modificadores do Nível Interpessoal, como *pobre* em *pobre João.* Não seria possível, por exemplo, a sentença **O João pobre chegou à escola*, a não ser num contexto em que haja mais de um João, e esse constituinte não tenha um referente único.

A contribuição da relativa apositiva para a construção do discurso não se define em termos semânticos, e sim pragmáticos, já que desempenha a função retórica Aposição de acrescentar informação de fundo sobre o Subato Referencial (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 58). A informação de fundo sustenta a argumentação e não é necessariamente compartilhada pelos interlocutores. Acrescenta-se a informação da relativa apositiva ao núcleo, pois é uma informação importante para ser acrescentada à informação pragmática do Ouvinte. É equivocado afirmar que a oração relativa apositiva pode ser omitida sem prejuízo do sentido da sentença apenas com base em critérios semânticos, já que o uso da relativa apositiva é determinado em termos pragmáticos, tendo como base os objetivos do Falante na interação e o modo como escolhe tecer sua argumentação. A supressão da informação veiculada pela apositiva, portanto, pode não prejudicar o sentido da sentença; prejudica, entretanto, a força argumentativa do discurso, já que se trata de uma informação relevante para que o Falante atinja seus objetivos na comunicação. Em (34), fica bem claro o papel da função retórica de Aposição na construção do discurso.

(34) A: e o que é que esteve a fazer, nesses três anos?
B: nesses três anos eu tive um problema de saúde, eh, relativo, relacionado com o sistema nervoso central. tive um problema de saúde que eu corri vários médicos no concelho da Covilhã e no distrito de Castelo Branco e fiz um montão de exames a tudo e mais alguma coisa e eles não descobriram absolutamente nada. faziam exames a tudo, estava tudo bem. eu perdia o equilíbrio e a minha, o meu ritmo cardíaco acelerava para a casa dos cento e setenta, parado. recorri várias vezes à urgência do Hospital da Covilhã, *onde me administravam uma injecção intravenosa*, para o coração voltar ao normal. através de uns conhecimentos com uns amigos - um deles já está a terminar o seu curso também em Direito, na universidade em Lisboa - eu consegui - porque ele tinha uma tia no Hospital de Santa Maria que era enfermeira
A: tem de ser assim.
B: consegui ir ao Hospital de Santa Maria, fizeram-me uma carrada de exames, viram realmente que era o sistema nervoso, disseram-me logo "o senhor é um indivíduo nervoso, eh, não lhe acha[...], não lhe encontramos absolutamente mais nada" - fiz desde o coração à cabeça, até ressonância magnética fiz. e então chegaram à conclusão que era do sistema nervoso. eu andava a tomar três valium cincos por dia, o médico disse-me logo se eu andava a ser tratado por um veterinário cá da zona (PT97:MalDesconhecido:l.13)

O interlocutor vem descrevendo vários problemas de saúde e a dificuldade de os médicos identificarem qual era a sua doença. Para intensificar a dramaticidade das situações que vivenciou, relata a ida ao Hospital da Covilhã e o fato de ter inclusive tomado injeções intravenosas. Essa informação veiculada pela relativa apositiva é importante para que o Ouvinte contraste o drama vivido por ele com o fato que é relatado na sequência: ele não tinha nenhuma doença grave, era apenas um indivíduo muito nervoso.

A função retórica de Aposição também fornece informações relevantes para o encadeamento temático do discurso. Em (35), é justamente a relativa apositiva que acrescenta a informação de fundo, conceber uma balança no fim do século dezesseis, ao núcleo *Santoris*, mobilizando a mudança do Tópico em desenvolvimento, que passa a ser a própria balança na oração seguinte (*onde num dos pratos [da balança] tinha uma cadeira*).

(35) ah, ao ler a, a história de tudo isto, ah, é com uma certa pena que vejo por exemplo o relato de um, um médico italiano, Santoris, *que no fim do século dezesseis concebeu uma balança* onde num dos pratos tinha uma cadeira onde ele passou grande parte de trinta anos, (PT89:PaiMedicina:l.11)

A função retórica Aposição também pode acrescentar informações adicionais que o Falante concebe como relevantes para que o Ouvinte construa uma imagem adequada do referente, sem, no entanto, identificá-lo dentre um conjunto de referentes possíveis, como faz a relativa restritiva. No caso da relativa apositiva, há um referente unitário, como *Prazins*, em (36), ao qual o Falante acrescenta as informações *ser uma casa abastada de Landim* e *ter muitas quintas*, que acredita serem desconhecidas pelo Ouvinte e que deseja acrescentar ao seu modelo mental.

(36) e ele, ao, ao, ao escrever “A Brasileira de Prazins”, *que era uma casa abastada aqui de Landim*, bastante gananciosa, que tinha muitas quintas, e o proprietário, que era um tal senhor Joaquim Araújo, eh, foi ao Brasil (PT97:AmoresCamilo:l.53

Vale a pena destacar também a possibilidade de o Ato Subsidiário, representado pela relativa apositiva, poder interromper o Ato inicial antes de sua finalização, como na ocorrência a seguir:

(37) e Camilo, segundo dizem, *que andava sempre a pedir dinheiro emprestado*, bateu à porta dessa referida quinta (PT97:AmoresCamilo:l.58-9)

Nesse caso, como o Ato Subsidiário interrompe o Ato Nuclear, há a violação do princípio de iconicidade, segundo o qual a ordem em que se introduzem Atos no Nível Interpessoal deve ser equivalente à ordem em que são expressos, o que comprova o forte paralelismo entre os elementos de cada camada nos níveis de representação linguística (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284). Reelaborando a sentença anterior como dois Atos Discursivos ordenados em sequência cronológica e codificados como duas orações coordenadas no nível Morfossintático, temos a sentença em (38), que não viola o princípio de iconicidade.

(38) ‘Camilo andava sempre a pedir dinheiro emprestado e bateu à porta dessa referida quinta.’

A violação do princípio de iconicidade ocorre em apenas quatro ocorrências (0,36% da amostra) e tem o objetivo de salientar a informação veiculada no final do Ato Nuclear (na ocorrência (37), *bateu à porta desta referida quinta*), em detrimento da informação trazida pelo Ato Subsidiário (*andava a pedir dinheiro emprestado*).

Tanto a formulação da relativa apositiva como Ato Discursivo como a atribuição de função retórica conferem à oração um padrão prosódico específico no processo de codificação fonológica, o que será descrito com mais detalhes na seção 5.7.

5.3. A oração relativa interativa

Nesta seção, argumenta-se a favor da existência de um terceiro tipo de relativa, que difere essencialmente dos anteriores, no tocante ao processo de formulação. A análise se baseia no estudo de Stassi-Sé (2012) sobre as orações adverbiais “independentes”.

Observe-se o trecho em (39) do inquérito “Festa de estudante”, em que a ex-professora de inglês questiona a aluna sobre a relação que se estabelece, no âmbito intra e extraescolar, entre professor e aluno.

(39) A: Trattoria acho que é. aí nisso ia passando a Rosires, que é nossa directora, a Eliana, a Maria, não é, que é de inglês, aí a gente chamou todos ele lá dentro, foi maravilhoso. aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é, acabou em pizza como fala o ditado realmente. e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente. então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer, não só com eles em si mas com a família deles, tudo. nós, como eu te falei vira uma família, a escola. então foi gostoso...
B: e assim como é que é o **caso** da Maria *que você estava me contando*? que é...?
C: foi logo no começo assim. ela chegou assim como um general. ela disse assim que a estrela da classe é o professor. não deixa de ter uma razão. só que ela chega com uma certa autoridade, logo no primeiro dia ela não cativou os alunos. ela já chegou assim meia rude e... ela pediu para escrever uma palavra na lousa, toda a gente escreveu logicamente, ninguém nasceu sabendo inglês, a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série mas só na quinta série. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender. eu adoro inglês, adoro. até meu irmão faz, minha cunhada faz, as criança dele faz, já estão falando super dez, canta as músicas, já dá para acompanhar. eu acompanho aquela, uma "Unchained Melody", não é, que você deu. (Bra93:FestaEstudante:l.27)

Primeiramente, não é possível defender que a relativa destacada tenha a mesma função da apositiva. Diferentemente dessa, que acrescenta uma informação acessória, mas relevante para o percurso argumentativo traçado pelo Falante, a relativa destacada em (39) não acrescenta informação relevante para atingir os objetivos comunicativos do Falante.

Tampouco é possível afirmar que a oração relativa *que você estava me contando* tem como função principal especificar o núcleo nominal *caso*, porque este já está disponível no Componente Contextual[39]. Isso não quer dizer que a construção deixe de especificar o núcleo, uma vez que, em seu processo de formulação semântica, permanece o papel de modificador. Em (39), o núcleo *caso* primeiramente é especificado pelo modificador simples *da Maria* e, depois, pelo modificador oracional (a oração relativa), cuja função não é apenas especificar o núcleo, mas também atuar na organização discursiva. Isso significa que a relativa interativa passa a ser definida essencialmente pelo seu papel na interação.

[39]Apesar de não haver nenhuma referência anterior a tal caso, é possível pressupor que as interlocutoras conversaram sobre esse assunto antes do início da gravação e o desejo da entrevistadora é que a informante comente novamente o caso relatado para que seja gravado em áudio.

Os lexemas dessas construções consistem especificamente em pronomes pessoais que se referem aos interlocutores (*eu* ou *você*) e em verbos *dicendi* que têm uma função metalinguística singular, já que remetem ao próprio discurso.

O núcleo desse tipo de construção é normalmente genérico, tais como *negócio, caso, questão,* etc. O Contextualizador, responsável por estabelecer a ligação entre os componentes Contextual e Gramatical, recupera o Movimento presente no Estrato Interpessoal. Em outras palavras, o núcleo não se refere a um Indivíduo específico, e sim a toda uma porção textual expressa anteriormente no discurso, que consiste em um Movimento, como em (40).

(40) A: tem uma certa liberdade ali de brincar, tudo. acho que deveria ter um pouco mais de respeito da parte dos aluno. isso deveria, que eles a[...], eles confundem muito liberdade com, tem uns que é meio selvagem ali, sabe, é o termo certo de usar, porque de vez em quando o que acontece é uma selvajaria, mas é legal sim.
B: então há esse negócio de liberdade, não é?, *que você está falando*...
A: hum, hum. tem que dar liberdade mas ao mesmo tempo tem o respeito. isso daí tem que partir dos próprios alunos, não é,
B: que nem o negócio de ter que chegar na hora, senão a porta está fechada, o que é que você acha disso?
A: eu acho isso daí muito bom porque senão vira bagunça, a gente assim... fica chateado quando acontece com a gente. fala "poxa! eu trabalhei até agora, saí um pouquinho mais atrasado, chego aqui está fechado." mas tem que ter isso daí. a gente tem que ter consciência que tem, senão vira bagunça. (Bra93:FestaEstudante:l.94)

No início desse trecho, a entrevistada insere um novo tema *liberdade de brincar na escola*, mas o aborda a partir do ponto de vista contrário, defendendo a necessidade de haver mais respeito por parte dos alunos que se comportam como selvagens. Após tecer alguns comentários sobre isso, a entrevistadora lança uma nova questão, com a intenção de que a entrevistada retome o tema da liberdade que existe entre alunos e professores. Para isso, constrói dois Movimentos. O primeiro ([então há esse negócio de liberdade]$_{Ato1}$ [não é]$_{Ato2}$) é constituído por dois Atos Discursivos e funciona como um novo lance no discurso, porque exige uma reação do interlocutor (continuar falando sobre o tema que havia sido abandonado). O segundo Movimento (*que você está falando*) tem a função interacional de retomar informações proferidas anteriormente, reavivando-as na memória episódica do interlocutor. Não é possível compreender o papel da relativa, considerando-se apenas o núcleo nominal, é preciso retomar a rede temática do discurso e identificar a que Movimento a oração está se referindo. Além disso, atente-se para a presença do Ato Interativo *não é?*, que aparece antes da oração relativa, delimitando a fronteira entre os Movimentos e abrindo espaço para a tomada de turno, como ocorre em (40), em que a informante retoma o tema que havia sido abandonado.

Há, no córpus, apenas quatro ocorrências de relativas interativas (0,35%) e elas não apresentam nem operadores nem modificadores de Movimento. Mas é possível criar exemplos hipotéticos[40] por meio da inserção de partículas identificadoras dessa camada. Pode-se, por exemplo, inserir um operador Sumário, que modifica a camada do Movimento, comprovando-se o estatuto da oração relativa:

(40') [então há esse negócio de liberdade]$_{A1}$, [não é]$_{A2}$]$_{M1}$, [[*que, **em resumo,** você está falando*]$_{A3}$]$_{M2}$

A discussão até aqui demonstrou que a relativa interativa não está focalizando o conteúdo que vem sendo desenvolvido, mas a própria construção do discurso, ou seja, trata-se de uma contribuição para a interação, pois motiva uma reação do interlocutor, consistindo, portanto, em um Movimento.

Sendo formulada como um Movimento, como uma contribuição do Falante para a interação, a relativa interativa pode receber funções interacionais, conforme proposto por Stassi-Sé (2012). O conteúdo retomado pela relativa interativa pode estar distante no discurso, mas está disponível no Componente Contextual como Atos Discursivos proferidos anteriormente. O Falante formula esse tipo de construção para indicar ao Ouvinte que se trata de informação contextualmente dada e que pretende reavivar no momento discursivo atual. O foco conferido aos interlocutores, na relativa interativa, se concretiza ou (i) como um pedido para que o Ouvinte retome o tema em questão; nesse caso, usa-se o pronome pessoal *você* para fazer referência ao Ouvinte e abre-se para um novo turno, tal como ocorre nas ocorrências anteriores; ou (ii) como um pedido para que o Ouvinte continue prestando atenção naquilo que o Falante vem dizendo; nesse caso, usa-se o pronome pessoal *eu* para sinalizar que se pretende continuar com o turno, falando sobre um Tópico que está sendo abordado e ao qual ainda pretende acrescentar novas informações, tal como em (41).

(41) A: mas olhe, desculpe voltar a incomodá-la por causa da, do tipo de prato...
B: ah!
A: aquilo é
B: por causa do prato.
A: portanto, serviam ali a cachupa, era?
B: portanto, a cachupa, servia para cachupa e não só.
A: e não só.

[40]Esse exemplo foi apresentado a vinte informantes e todos consideraram uma construção natural na língua portuguesa.

B: mas normalmente os trabalhadores, os lavradores das terras ou as, os trabalhadores necessariamente.
A: hum, hum.
B: davam o dia de trabalho e...
A: comiam.
B: e comiam. e se era para estar a, a dividir aos, aos pratinhos e, essa gamela era colocada ao centro da, da mesa.
A: e comiam todos dali?
B: e a[...], não!
A: não.
B: eh, tem a, a, há uma colher matriz, porque o prato é prato matriz.
A: sim, sim.
B: e há uma colher de panela que também é matriz. quer dizer que essa, eh, que é matriz, quer dizer, a c[...], a colher de panela.
A: hum, hum. percebi.
B: tam[...], ah, apanhava-se, servia-se então para os, para os pratos pequenos, aliás, eu tenho um prato pequeno.
A: e eram também...
B: ó, ó Zizi dá-me aí o prato pequeno, faz favor, olha...
A: e[...], eram, todos os pratos pequenos eram assim, não era louça, era tudo madeira?
B: não, era pratos que eu já venho mostrar. mas o mais interessante, de toda esta festa, esta questão, *que eu vou contando*, ah! também servia para quando, enfim, eh, se matava porcos...
A: hum, hum.
B: salgar, e era muito bom, porque... esse líquido sa[...], essa água... salgada que... (CV95:ColherPanela:l.29)

Neste inquérito, o entrevistado fala sobre as funções de um prato específico de madeira, que servia para os trabalhadores comerem, para se salgar o porco e também para receber o bebê durante o parto, como é dito num trecho anterior ao reproduzido em (41). A relativa interativa *que eu vou contando* refere-se a todo o discurso, que consiste em um conjunto de Movimentos, já proferido pelo Falante desde o início da conversa, e tem como função sinalizar ao interlocutor que vai continuar falando sobre o mesmo tema, ou seja, faz-se referência à própria construção textual.

A função interacional responsável por retomar informações contextualmente disponíveis e ativá-las no discurso corrente é denominada por Stassi-Sé (2012) como função interacional Resgate (cf. seção 3.1). Diferentemente das construções analisadas pela autora, em que a função interacional é materializada no Nível Morfossintático como conjunções, defende-se aqui que o pronome relativo não tem esse estatuto morfossintático. De fato, o pronome relativo continua mantendo sua função coesiva de retomada anafórica do núcleo nominal, conforme discussão apresentada a seguir em 5.5. A oração relativa envolve a coindexação de dois Subatos Referenciais, o pronome relativo e o núcleo nominal. E essa propriedade é comum aos três tipos de relativas encontrados no córpus.

5.4 Moldes de conteúdo na oração relativa

Conforme afirmado anteriormente, moldes de conteúdo são combinações de Subatos com função pragmática de Tópico e Foco, que formam o núcleo do Conteúdo Comunicado. As orações relativas do Nível Interpessoal, ou seja, a interativa e a apositiva, por constituírem Atos Discursivos, apresentam moldes de conteúdo[41], conforme será mostrado a seguir.

As relativas do Nível Interpessoal apresentam pelo menos um Subato Referencial (+específico e +identificável) com função pragmática Tópico, representado pelo pronome relativo. Isso significa que toda oração relativa do Nível Interpessoal apresenta o molde categorial, como exemplificado por (42) e (43).

(42) recorri várias vezes à urgência do Hospital da Covilhã, *onde me administravam uma injecção intravenosa*, para o coração voltar ao normal. (PT97:MalDesconhecido:l.13)

(43) e assim como é que é o caso da Maria *que você estava me contando*? (Bra93:FestaEstudante:l.27)

Em (42), uma relativa apositiva, o pronome relativo *onde* retoma uma entidade disponível contextualmente (*Hospital da Covilhã*), que é tomada como ponto-de-partida para a informação a ser veiculada em sequência, ou seja, é o Tópico da oração. Em (43), uma relativa interativa, o pronome relativo *que* é também um Subato Referencial Tópico que se refere ao núcleo nominal *caso*, que retoma um trecho discursivo anterior.

O pronome relativo é sempre o Tópico da oração, independentemente de sua função sintática (sujeito, objeto direto, objeto indireto ou adjunto adverbial), conforme atestado pelas orações em (44)-(47), respectivamente.

(44) estão aí de acordo com o próprio governo *que concede essa licença*, (Moç97:Maternidade:l.21)
que$_{Top}$ concede essa licença

(45) há a codorniz *que a gente apanha com facilidade* (PT70HomensBichos:l.16)
que$_{Top}$ a gente$_{Top}$ apanha com facilidade

[41]A relativa restritiva, por sua vez, apesar de também conter Subatos, constitui um modificador nominal do Nível Representacional, e não um Ato Discursivo, por isso pertence ao molde de conteúdo da oração principal, como na sentença a seguir, que é formulada no molde categorial: "o liceu é a coisa mais gratificante *que apanhei aqui*" (To-Pr96:SerProfessor:l.66).

(46) então há esse negócio de liberdade, não é, *que você está falando...* (Bra93:FestaEstudante:l.94)
que$_{Top}$ você$_{Top}$ está falando

(47) inclusivamente famílias alargadas *em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares* (GB95:MulherAfricana:l.87-8)
em que$_{Top}$ temos eh, portanto desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares

O córpus utilizado dispõe de poucas ocorrências de relativas no molde apresentativo, de que (48) e (49) são exemplos. Todos os Atos apresentativos são necessariamente relativas apositivas, já que a relativa interativa tem uma função específica no discurso, incompatível com a função de introduzir informação nova.

(48) aconteceu que em mil novecentos e dezessete, a União Soviética, a Rússia, ela tinha uma relação de produção eminentemente feudal, *onde havia os czares e havia os servos.* (Bra87:EconomiaSociedade:l.102-3)
onde$_{Top}$ havia os czares$_{Foco}$

(49) você sabe que nós começamos numa, numa, fase de produção escravista, passamos para uma fase de produção, eh, feudal *onde existia o servo e o escravo* e não se parou por aí. (Bra87:EconomiaSociedade:l.87-8)
onde$_{Top}$ existia o servo e o escravo$_{Foco}$

O Ato apresentativo sempre dispõe de um Subato Tópico (o pronome relativo) que consiste em uma marcação do cenário espacial, que o Falante toma como ponto de partida para inserção de um novo referente no discurso, com função pragmática Foco. Isso significa que o Ato apresentativo sempre tem a estrutura [$(SA)^{N}$ $(R)^{TOP}$ $(R)^{FOC}$]. Nas orações em (48) e (49), a entidade introduzida no discurso (*os czares, os servos, o servo* e *o escravo*) já está disponível no Componente Contextual, por isso é entendida como [+específica, +identificável], traços codificados por meio do artigo definido. O Falante entende que esses referentes são conhecidos pelo Ouvinte; devem, entretanto, ser ativados novamente por não terem sido referidos recentemente.

A partir do momento em que a entidade é apresentada e está disponível no Componente Contextual, pode ou não ser retomada como Tópico nas orações seguintes. Não foram encontradas, no córpus, ocorrências de Atos apresentativos em que a entidade introduzida é retomada como Tópico posteriormente, mas essas construções são facilmente encontradas na internet:

(50) Ganhamos um kit da Tirolez [onde tinha um *Fondue de queijo***]**, *Fondue* todo mundo conhece, então pensamos em fazer coisas diferentes com ele, petiscos para comer com pão no inverno. E porque então não fazer Bruschetas de Fondue**.** Tá achando estranho né? Mas vai por mim, ficam muito boas e sumiram em questão de minutos. Fizemos algumas simples, só um pouco de alho passado na fatia de pão italiano, o *Fondue* espalhado com uma colher e parmesão. (Extraído de: http://www.dignow.org/post/sorteio-kit-de-queijos-tirolez-com-fondue-4094013-37148.html. Acesso em 11 de junho de 2013)

onde$_{Top}$ tinha um Fondue de queijo$_{Foco}$

No trecho acima, após a introdução do Indivíduo *Fondue de queijo* no discurso, ele fica disponível no Estrato Representacional no Componente Contextual, de onde é extraído e reativado no decorrer do discurso: *Fondue todo mundo conhece* e *o Fondue espalhado com uma colher e parmesão*. Por receber a função pragmática Tópico, o termo *Fondue* é codificado na posição inicial da oração. Em outros termos, uma vez introduzida no discurso, a entidade fica disponível no Contexto, permitindo ao Falante retomá-la em Atos categoriais. Observe-se que, nesse Ato apresentativo, o Subato introduzido (*um Fondue de queijo*) é marcado como específico e não-identificável, já que o objetivo do Falante é introduzir, na informação pragmática do Ouvinte, uma entidade não disponível no Componente Contextual.

No Ato apresentativo, o pronome relativo com função pragmática Tópico é posicionado no início da Oração; a cópula suporte (normalmente, os verbos *haver* e *ter*) ocupa a posição medial; e a entidade nova, por ser focal, vai para a posição final.

Após a análise dos aspectos interpessoais e representacionais caracterizadores da oração relativa, na seção 5.5, debruçamo-nos especificamente sobre o estatuto morfossintático do item que encabeça a relativa e, na seção 5.6, sobre a ordenação dos constituintes da oração relativa.

5.5 O estatuto morfossintático do item *que*: uma questão de alinhamento

Estudar a natureza do relator que encabeça a oração relativa não é uma tarefa fácil, já que diversos pesquisadores se empreenderam nessa tarefa, chegando a conclusões divergentes. Em primeiro lugar, observa-se que os estudos sobre relativização em português brasileiro e europeu foram, prioritariamente, desenvolvidos sob a perspectiva da gramática gerativa, resultando em uma tradição de análise que considera a relativização a partir da (in)existência de movimento do constituinte *qu-*. Também é necessário observar que as análises diferem quanto à natureza categorial do relator, a depender das diferentes estratégias

de relativização, aqui divididas, para melhor exposição dos argumentos, em (i) relativa de sujeito e de objeto direto, (ii) copiadora, (iii) cortadora e (iv) relativa padrão (que inclui as preposicionadas e as com pronome relativo diferente de *que*). As análises adeptas da relativização com movimento são influenciadas por Chomsky (1977), que propõe uma correlação entre a formação de relativas e interrogativas na língua inglesa, o que o leva a postular que, em todos os casos de relativização, há movimento do constituinte *wh-* para a posição inicial na oração relativa, o que comprovaria o estatuto de pronome relativo para o item que encabeça a oração relativa.

É consenso, entre os pesquisadores, que as relativas *pied piping* (preposicionadas) e com pronome relativo diferente de *que* derivam de movimento do constituinte *qu-*, porém, ao estudar as relativas de sujeito e de objeto direto e as relativas não-padrão, ora o constituinte *que* é analisado como um pronome relativo autêntico ora como um complementizador/conjunção/marcador de relativização. No segundo capítulo deste estudo, discutimos duas posições divergentes com relação a essa questão, a de Tarallo (1983) e a de Kato (1996). Tarallo (1983), tendo como arcabouço teórico a gramática gerativa, propõe que o português dispõe de dois sistemas de relativização, a saber, um sistema padrão que deriva relativas pelo movimento do constituinte-*qu*, a relativa padrão, e outro sistema que deriva relativas por meio de uma regra de apagamento, as relativas cortadora e copiadora. Para o autor, a relativa padrão é introduzida por pronome relativo e as relativas não-padrão por um complementizador. Kato (1996), por seu turno, partindo também da perspectiva gerativista, defende o tradicional estatuto de pronome relativo para a palavra *que* não só para a relativa padrão, mas também para as relativas não-padrão, e afirma que todos os tipos de relativas são derivados por movimento e que todos deixam uma lacuna na sua posição de origem. Para comprovar isso, a autora propõe que o processo de relativização do português brasileiro é o mesmo em todos os tipos de orações relativas, sendo a diferença entre eles resultado do lugar de extração, que pode ser a posição de tópico, para a relativa não-padrão, e os vários termos de dentro da oração (sujeito, objeto direto, objeto indireto etc.), para a relativa padrão.

Ao retomar essas duas propostas, objetiva-se mostrar aqui que a natureza morfossintática do relator *que*, nas relativas de sujeito e de objeto direto e nas relativas não-padrão, é de fato uma questão que está longe de ser resolvida, mesmo tendo como base um mesmo arcabouço teórico. Além desses autores, diversos outros também divergem quanto à natureza do relator como pronome relativo (BASTOS, 2008; COHEN, 1990; CORRÊA, 1998; KENEDY, 2007; WHEELER, 1982) ou conector (ALEXANDRE, 2000; BAGNO, 2011; CAMACHO, inédito).

Para resolver esse problema, pode-se pensar em, pelo menos, três soluções: (i) reformular a definição de oração relativa, baseando-se exclusivamente no critério semântico *modificação* e abandonando-se o critério formal *existência de um pivô*; (ii) defender a manutenção do estatuto pronominal para *que*; (iii) admitir que essas construções são introduzidas por conjunção e, portanto, deixam de ser orações relativas. Bagno (2011, p. 900), por exemplo, opta, de certa forma, pela última posição. O autor define a relativa como "aquela que tem pronome relativo" e defende que os pronomes relativos estão em processo de extinção em português, dando origem a um conector, o que leva a pensar que a oração relativa esteja em processo de desaparecimento no português brasileiro falado. Camacho (inédito), por seu turno, aproxima-se mais da primeira opção. Apesar de definir a oração relativa a partir da noção de pivô (VRIES, 2002) e de afirmar que a relativa cortadora não registra nenhum correferente e, portanto, não apresenta nenhum constituinte pivô, o autor defende que todas as estratégias se mantêm como estratégias de relativização, devido à sua função de modificação de núcleo nominal. Isso significa que, apesar de sua semelhança formal com as orações completivas, o autor entende que sua função modificadora é mais importante na definição da relativa.

Como é possível perceber, a dificuldade em saber se *que* é conjunção ou pronome relativo deriva do fato de não haver critérios muito claros para distinguir essas duas classes gramaticais. A conjunção é definida essencialmente, independentemente de ser coordenativa ou subordinativa, pelo seu caráter conector cuja função é unir duas orações (BAGNO, 2011, p. 884; NEVES, 2011c, p. 223). Entretanto essa função juntiva pode ser atribuída também a certas preposições, a certos advérbios e aos próprios pronomes relativos. Além disso, não se pode deixar de notar a natureza contínua, e não discreta, das categorias (como constantemente comprovado pelas pesquisas em gramaticalização).

Enfim, parece que a opção por classificar *que* como pronome relativo ou conjunção deriva, em grande parte, de uma opção teórica do analista (afinal, como diria Saussure, é o ponto de vista que cria o objeto), visto que há fortes argumentos a favor de ambas as posições (CAMACHO, comunicação pessoal).

Propõe-se, assim, com base essencialmente no arcabouço teórico da GDF, uma possível resposta sobre a questão da diferença entre pronomes relativos e conjunções.

A posição assumida, neste trabalho, vai ao encontro da proposta de Kato (1996), uma vez que considera a noção de Tópico como fundamental para se defender o estatuto pronominal de *que*, seguindo, entretanto, uma linha argumentativa distinta. Enquanto a autora defende que a oração relativa é sempre encabeçada por um pronome relativo, argumentando

que é a posição de Tópico que é relativizada nas estratégias não-padrão, defende-se aqui que o próprio pronome relativo tem a função pragmática Tópico e preserva a sua função anafórica. Em (51), por exemplo, é possível observar a distinta natureza do elemento em diferentes tipos de orações subordinadas.

(51) (a) Eu acho *que continua sendo superficial o nosso relacionamento*, por ser irmã gêmea eu acredito que nosso relacionamento é superficial. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)

(b) Eu também faço por ela *que eu gosto dela demais*. (Bra80:GostoDela)

(c) Vemos belezas encantadoras, *que nós até nem temos força de resistir*. (PT97:AmoresCamilo)

Em (51a), percebe-se que o conectivo *que* é "completamente desprovido de significado temático ou referencial" (CORRÊA, 1998, p. 42), servindo apenas para unir duas orações. Em (51b), a função de *que* não é apenas unir os dois Estados-de-Coisas, mas também expressar a função semântica Razão da oração subordinada, que contribui para a argumentação que está sendo construída (SPOSITO; NOVAES; PEZATTI, inédito). Já em (51c), em que há uma relativa cortadora, percebe-se claramente que *que* retoma *belezas*, mantendo assim a referência anafórica, o que lhe concede o estatuto de pronome. A função de realizar referência anafórica não se apresenta na conjunção.

Nas relativas cortadoras, diferentemente dos adeptos do estatuto de conjunção para o item *que* que as encabeça, defendemos que a não expressão da preposição na relativa não está relacionada à natureza pronominal do constituinte *que*, uma vez que a preposição é que traz informação sobre a função semântica do nome relativizado. Portanto, a não expressão da preposição não interfere na retomada anafórica do núcleo nominal da oração principal pelo *que*. Assim, em (52), é possível identificar-se a referência de *que*, isto é, o núcleo nominal *sociedade socialista*. Em todas as ocorrências do córpus, é possível verificar essa propriedade coesiva trazida por *que*. Não há dúvida, portanto, de que se trata de um pronome.

(52) A: por exemplo, quando se fala em liberdade...
B: na sociedade socialista *que se falam tanto*
A: hum.
B: *que se apregoam tanto*, como você falou no plano filosófico, não é, é, até aí... (Bra87:EconomiaSociedade:l.56)

A não expressão da preposição nas cortadoras (em (52), a preposição *sobre/de*) é justificada por fatores pragmáticos. Cintra (2005, p. 84), analisando os constituintes circunstanciais do quadro espacial posicionados no início da oração independente, observa

que a não expressão da preposição, em construções como *Olinda ninguém mora,* deve-se à função pragmática Tópico exercida por esse constituinte. De acordo com Dik (1989), a função pragmática mascara a expressão da função semântica, que, por sua vez, prevalece sobre a função sintática, obedecendo assim ao princípio funcional: a pragmática comanda a semântica, e a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe.

Postula-se, neste trabalho, que algo similar ocorre com as relativas cortadoras. Nas relativas preposicionadas, é a preposição que marca a função semântica do constituinte relativizado. A função semântica argumental Locativo[42] é marcada nas ocorrências em (53)-(55), respectivamente, pelas preposições *com*, *a* e *de*.

(53) o direito de visita do outro progenitor *com quem os filhos não ficam*; (PT89:LeiCotidiano:l.35)

(54) num canto da rua *a que pertence aquela irmandade do Espírito Santo* (PT73:CultoTradicional:l.56)

(55) os amanhos da terra vão ser adaptados à zona *donde eles são originários.* (Ang97:GuerraAmbiente:l.26-7)

A preposição *em* marca a função semântica de modificador de Localização, como em (56) e (57). Observe-se que, em (56), a categoria semântica do nome núcleo é Tempo e é retomada pelo pronome relativo.

(56) o nono mês *em que a senhora tem lá o seu bebé* (Moç97:Maternidade:l.18)

(57) no mundo industrial, não é?, *em que se criam diferenças entre as pessoas* (PT95:GrandesCidades:l.128-9)

Alguns pronomes relativos, pela própria natureza, já expressam a função semântica do item relativizado. O pronome *onde* marca função semântica argumental Locativo em (58) e o pronome *cujo* marca função semântica Referência em (59), ao estabelecer uma relação semântica de Referência entre o sintagma *índice de inflação* e o núcleo *orçamento.*

(58) em redor do, do, lá do sítio *onde for a, a pastagem*. (Moç86:MeniniceMachamba:l.35)

(59) fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um orçamento *cujos, cujos índices de inflação são extremamente menores* (Bra95:PlanoReal:l.26-7)

[42]A função semântica Locativo é atribuída a um participante com a categoria semântica Lugar.

No entanto, nas relativas cortadoras, o pronome relativo *que*, ao retomar um referente expresso anteriormente e servir como o ponto de partida para a asserção que o segue, constitui o Tópico da oração relativa, ou seja, tem apenas função pragmática, uma vez que não há a marcação da função semântica por meio da preposição ou dos pronomes relativos que já a trazem implícita (*onde* e *cujo*).

O relativo é um Tópico por *default* devido à sua natureza pronominal, o que se comprova pelo fato de ele não poder ser informacionalmente novo. Para Halliday (1967, p. 206), os pronomes relativos são itens anafóricos de substituição "inerentemente 'dados', uma vez que sua interpretação depende de identificação dentro do texto precedente". Isso significa que o pronome relativo realiza um movimento de volta a uma informação, o que comprova seu caráter anafórico. Considerar o pronome relativo como Tópico da oração assemelha-se, apesar dos diferentes pressupostos teóricos, à proposta de Zuloaga e Toledo (s/d, p. 522-523), que, numa análise da organização informativa do texto, consideram o pronome relativo como o Tema da oração. Halliday (1967), que embasa o trabalho dos autores, define Tema como o ponto de partida para a oração, aquilo sobre o que se está falando *agora*, que não obrigatoriamente coincide com o que se estava falando *antes* (informação dada). Percebe-se claramente uma semelhança entre o conceito de Tópico da GDF e o de Tema de Halliday (1967), o que permite uma aproximação entre a função Tópico do pronome relativo, proposta aqui, e o papel coesivo desempenhado por ele na rede de correferência textual, como proposto pelo teórico do funcionalismo sistêmico.

Observe-se que a oração relativa apositiva é o único tipo que não pode ser expresso por meios diversificados de estratégias de relativização, isto é, não pode ser formulada como cortadora ou copiadora. Não há no córpus nenhuma relativa apositiva sem expressão de preposição (quando exigida pelo verbo da oração relativa), nem com cópia pronominal do núcleo na oração relativa. Não ser codificada como relativa copiadora ou cortadora é uma propriedade morfossintática intrínseca a essas construções.

A posição que se assume neste trabalho é a de considerar *que* como conjunção apenas nas situações em que a oração estabelece uma relação de dependência com o núcleo, o que configura casos de orações completivas, não de relativas. Adota-se, portanto, a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 307-308), para a relação núcleo-argumento e núcleo-modificador no tocante às construções como (60), tradicionalmente consideradas relativas, mas que estão desprovidas da principal característica dessas construções: sua função modificadora.

(60) "ó! tu se cuida, malandro! te cuida que eu vou, eu, eu vou te achar, heim! e a hora *que eu te achar*, fica ruim!" (Bra80:CriarFilhos:l.61)

Partindo de uma perspectiva diferente dos estudos em gramaticalização (LONGHIN-THOMAZI, 2011; PEREIRA e PAIVA, 2004), segundo os quais essas construções relativas são estudadas como casos de mudança linguística que originam locuções conjuntivas, adota-se aqui a perspectiva da GDF, que prevê a possibilidade de as orações relativas funcionarem, numa relação hierárquica, como modificador, ou, numa relação equipolente, como argumento do núcleo nominal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 261).

No excerto acima, a construção *que eu te achar* é complemento do núcleo *hora*, sendo, por isso, indispensável para a manutenção da gramaticalidade da sentença. Adota-se aqui a mesma interpretação de Camacho (inédito): certos sintagmas nominais de tempo genérico (em nosso córpus, *hora, momento, tempo, ano* e *dia*) em conjunto com a oração complemento formam um núcleo configuracional[43], e não um núcleo que é modificado por um constituinte oracional. Tais construções, por não constituírem orações relativas, não são tratadas aqui.

É necessário ainda tecer alguns comentários sobre o estatuto morfossintático de *onde*. Foram encontrados, no córpus, casos desse pronome relativo com sentidos diferentes do locativo, como em (61)-(64), o que já foi amplamente estudado pela literatura linguística (COELHO, 2001; KERSCK, 1996; MARINHO, 2002).

(61) eh, e havia, portanto, mesmo nas universidades portuguesas, no domínio das Ciências Sociais, não direi no domínio da Medicina e da Engenharia, *onde havia um certo desenvolvimento,* mas no domínio das Ciências Sociais um grande atraso, que o próprio regime português criou. (Ang97:EnsinoAngola:l.82-3)

(62) você sabe que nós começamos numa, numa, fase de produção escravista, passamos para uma fase de produção, eh, feudal *onde existia o servo e o escravo* e não se parou por aí. (Bra87:EconomiaSociedade:l.87-8)

(63) aconteceu que em mil novecentos e dezessete, a União Soviética, a Rússia, ela tinha uma relação de produção eminentemente feudal, *onde havia os czares* e havia os servos. (Bra87:EconomiaSociedade:l.102-3)

(64) porque em França, quando eu entrei na firma, havia uma linha bastante completa de homem, *onde tinham um peeling,* que é um esfoliante para limpar a pele em profundidade, para retirar

[43]O núcleo configuracional é composto normalmente por nomes relacionais (que normalmente designam a parte do todo, membros de parentesco, etc.), como definido no capítulo 3.

> as células mortas, eh, pronto, pontinhos negros e depois uma máscara. (PT96:BomSensoRosto:l.14-15)

As sentenças em (61)-(64) são representativas de usos de *onde* diferente do prescrito pela tradição gramatical, que restringe o uso desse pronome apenas à expressão de valor locativo (*o lugar em que, no qual*). Percebe-se, nas ocorrências, que o pronome se refere, respectivamente, aos antecedentes *domínio da Medicina e da Engenharia, fase de produção feudal, relação de produção feudal* e *linha completa de homem*. Nessas ocorrências, o pronome *onde* ainda pode ser substituído por *em que/no qual*, como prescrito pela tradição; não se referem, entretanto, a um lugar físico, e sim a um lugar abstrato, nocional, pertencente ao domínio das ideias, conforme proposto por Kersch (1996).

Diferentemente desse uso, Coelho (2001), Kersck (1996) e Marinho (2002) observam o uso de *onde* na organização discursiva do texto. Nesse caso, assumimos a posição dos autores, que defendem que *onde* deixa de expressar sua função anafórica para se tornar apenas um conectivo. Tais casos não foram encontrados em nosso córpus, mas são amplamente atestados nos estudos citados, como o exemplo a seguir.

(65) O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais, *onde assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe, e depois, atribuem nota ou conceito por subtração*. (MARINHO, 2002, p. 22)

Para Marinho (2002), o antecedente, nesse exemplo, só pode ser inferido do contexto (*texto, redação de aluno*), já que o papel de *onde* é expressar a ideia de consequência, sendo parafraseável por *de modo que assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe.* Apenas nos casos em que *onde* não se refere a um antecedente expresso no texto, a autora defende que se trata de um conector. Essa posição também é assumida aqui, o que leva à proposição de que tais casos não são representativos de orações relativas.

Um uso interessante de *onde* no córpus que não expressa mais nem função anafórica nem juntiva é a que verifica em (66).

(66) e Camilo, segundo dizem, que andava sempre a pedir dinheiro emprestado, bateu à porta dessa referida quinta, a ver se era atendido. essa quinta lá não o atendeu porque duvidava do porte dele, e ele lá não gostou porque sabia dinheiro que, que havia lá com certeza, procurou como historiador saber os motivos da família e *onde lhe disseram* que a fa[...], a fortuna foi adquirida no Brasil e que ele que era um homem bastante adinheirado, mas que era homem para ir ao Porto com umas côdeas de pão no bolso, para chegar a casa só comer à noite para não gastar dos grandes rendimentos que ia buscar das acções que tinha, de rendimentos através do banco... do Brasil. (PT-97: AmoresCamilo)

Nesse caso, *onde* funciona mais apropriadamente como um ‘marcador conversacional’, atuando no plano textual e tendo o papel de dar sequência ao tema em andamento. Essa partícula pode ser retirada, sem prejuízo algum para a construção dos sentidos do texto, já que nem expressa relação semântica entre as orações nem remete a qualquer antecedente expresso anteriormente.

Em síntese, os itens que encabeçam a oração relativa são pronomes relativos com função pragmática Tópico. Quando esses itens não realizam referência anafórica, como nos casos de oração-complemento e em alguns casos específicos de *onde*, são de fato elementos conectivos; e não introduzem, portanto, orações relativas.

Revela-se que, enquanto o pronome relativo é formulado pragmaticamente como um Subato Referencial (R) e semanticamente como uma categoria semântica de qualquer tipo (Conteúdo Proposicional, Episódio, Estado-de-Coisas etc.), a conjunção *que* é codificada diretamente no Nível Morfossintático, não tendo nenhuma informação pragmática ou semântica. Verifica-se, desse modo, que a distinção entre conjunção e pronome relativo ocorre na formulação, já que, morfossintaticamente, são codificados como palavras gramaticais (Gw), normalmente (mas não exclusivamente) com forma idêntica: *que*. A diferença entre conjunção e pronome relativo, portanto, é vista aqui como derivada de diferenças na formulação desses constituintes, tal como resumido no quadro 3.

	Conjunção	Pronome Relativo
Nível Interpessoal	-	R
Nível Representacional	-	p, ep, e, x, t, l, m, r, q, f
Nível Morfossintático	(Gw) – conjunção gramatical	(Gw) - pronome

Quadro 3 - Distinção entre conjunção e pronome relativo

5.6 A ordenação dos constituintes da oração relativa

Tem-se observado, translinguisticamente, que as línguas podem apresentar padrões de ordenação diferentes para a oração independente e para a oração subordinada, como no holandês (cf. capítulo 1). Pretende-se mostrar aqui como a ordenação dos constituintes da oração relativa em português assemelha-se à ordenação da oração independente.

A análise da ordem dos constituintes se baseia nos pressupostos teóricos da GDF, que postula quatro posições absolutas para os constituintes oracionais: a posição inicial (P^I), a

posição especial (P^2), a posição medial (P^M) e a posição final (P^F). Essas posições, que são "elásticas" (CONNOLY, 2012, p. 458), podem expandir-se, depois de ocupadas por um constituinte em posição absoluta.

Como já comprovado por Hengeveld (2012), o português é uma língua que dispõe de apenas três posições absolutas. Não há uma posição especial P^2, porque, ao se inserir um constituinte em P^I, todos os outros constituintes se movem para uma posição à direita, isto é, nenhum constituinte permanece obrigatoriamente em sua posição, conforme se observa nos exemplos hipotéticos a seguir:

(67)	P^I	P^{I+1}			
	Você	não	encontra	essa organização	aqui numa cidade grande

(67')	P^I	P^{I+1}	P^{I+2}		
	Aqui numa cidade grande	você	não	encontra	essa organização

(67'')	P^I	P^{I+1}	P^{I+2}	P^{I+3}	
	Essa organização	aqui numa cidade grande	você	não	encontra

A inserção do modificador *aqui numa cidade grande*, em (67'), leva o constituinte *você* para a posição seguinte (P^{I+1}) e o operador *não* para a posição P^{I+2}. Já em (67''), o constituinte configuracional *essa organização* recebe a função pragmática de Tópico, por isso está posicionado no domínio de P^I, levando todos os outros constituintes deste domínio a avançarem uma posição a mais. Ou seja, novas posições relativas são criadas elasticamente quando novos constituintes são inseridos em P^I e nenhum constituinte se mantém na posição de origem, o que mostra que o português não dispõe de uma posição especial P^2.

Os constituintes hierárquicos são alocados nas margens direita e esquerda em direção ao centro, obedecendo às relações de escopo entre eles, conforme mostra Pezatti (2014) para a oração independente. O domínio de P^F é destinado a constituintes com função pragmática Foco e a modificadores e operadores do Nível Representacional, como modificadores de tempo absoluto, da camada do Episódio; e de tempo relativo, percurso, domínio, causa, locação, modo, assunto, frequência, propósito, realidade, da camada do Estado-de-Coisas; e comitativo, instrumento, modo, intensidade e duração, da Propriedade Configuracional.

Apesar de a GDF não prever a prioridade de ordenação entre operadores e modificadores, a sentença (68), em que há um operador e um modificador de Locação da camada do Estado-de-Coisas, prevê a colocação, inicialmente, do modificador em P^F, para, posteriormente, ser posicionado o operador relativamente a ele (P^{F-1}).

(68) aquela costura *que fica aí ao meio*, chamamos-lhe costura (CV95:ColherPanela:l.72)

P^{I}	P^{M}	P^{F-1}	P^{F}
que $_{Top}$	fica	aí $_{\pi L(e)}$	ao meio $_{\sigma Loc(e)}$

A ocorrência conjunta de modificadores e/ou operadores no domínio de P^{F} não é frequente na oração relativa. Entretanto, quando ocorre, obedece a relações de escopo, como em (69), em que o constituinte da camada do Episódio tem precedência com relação ao da camada do Estado-de-Coisas.

(69) eu tenho uma prima *que viveu aqui nessa altura*, que era, o marido era militar - mas português, claro (PT97-BaseMilitar:l.125)

P^{I}	P^{M}	P^{F-1}	P^{F}
que $_{Top}$	viveu	aqui $_{\pi Loc(e)}$	nessa altura $_{\sigma TAbs(ep)}$

O domínio de P^{I} é destinado a: (i) constituintes com função pragmática Tópico; (ii) modificadores e operadores do Nível Interpessoal; (iii) modificadores e operadores do Conteúdo Proposicional; e (iv) operadores do Nível Representacional, como *já, ainda não, não, ainda, já não, nunca* e *sempre*.

Na relativização de funções semânticas, marcadas por preposição, forma-se um sintagma preposicional (preposição + pronome relativo), que constitui o Tópico da oração[44], isto é, a preposição e o pronome são considerados em conjunto nas posições dentro da Oração, como exemplificado em (70).

(70) inclusivamente famílias alargadas *em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares* (GB95:MulherAfricana:l.87-8)

P^{I}	P^{M}		P^{F}
em que$_{Top}$	temos	eh, portanto	desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares (GB95:MulherAfricana:l.87-8)

O pronome relativo *cujo* é ordenado dentro do Sintagma a que pertence, e não dentro da oração, devido à sua natureza de modificador do núcleo nominal. É o único pronome ordenado dentro de um Sintagma na oração relativa. O Sintagma *cujo juramento* é o Tópico da oração relativa, na sentença em (71).

[44]A ordenação da preposição e do pronome relativo deve ser, então, vista no domínio do Sintagma.

(71) para nós o pai da medicina tem sido Hipócrates, *cujo juramento ainda continua a estar actualizado*. (PT89:PaiMedicina:l.1-2)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}
cujo juramento$_{Top}$	ainda	continua a estar actualizado

Quando há mais de um modificador e/ou operador no domínio de P^{I}, observa-se a precedência de colocação dos constituintes de níveis e camadas mais altas, confirmando-se a hipótese de que os constituintes hierárquicos são posicionados centripetamente, da posição mais à esquerda em direção ao centro da oração.

(72) é um título muito comprido *que eu agora não sei reproduzir, eh, textualmente*. (PT89:CartografiaPortuguesa:l.45)

P^{I}	$^{PI+1}$	P^{I+2}	P^{I+3}	P^{M}	P^{M+1}
que $_{Top}$	eu $_{Top}$	agora $_{Top}$	não $_{\pi Pol(e)}$	sei	reproduzir textualmente

(73) mas havia gente *que mesmo não fazia*. (PT94-AmassarCozer:l.142)

P^{I}	P^{I+1}	P^{I+2}	P^{M}
que $_{Top}$	mesmo $_{\Pi Enfase(T)}$	não $_{\pi Pol(e)}$	fazia

Em (72), o operador de Tempo Absoluto da camada do Episódio (*agora*), por ser Tópico, é posicionado antes do operador de polaridade da camada do Estado-de-Coisas (*não*). Já em (73), o operador de ênfase do Nível Interpessoal (*mesmo*) é posicionado antes do operador de polaridade do Nível Representacional (*não*).

Normalmente não há mais do que dois ou três constituintes posicionados no domínio de P^{I}; entretanto, a oração abaixo, em que há cinco constituintes no domínio de P^{I}, mostra que, quando estão disponíveis vários constituintes em início de oração, obedece-se a uma hierarquia a depender das relações de escopo entre eles. Em (74), por exemplo, posiciona-se primeiramente o pronome relativo em P^{I}, a seguir o modificador de Tempo Absoluto em P^{I+1}, o modificador de Locação em P^{I+2}, o constituinte configuracional *você* com função pragmática Tópico em P^{I+3} e, por fim, o operador de polaridade *não* em P^{I+4}.

(74) essa própria organização *que hoje, aqui numa cidade grande, você não encontra* (Bra93:SurpresasFotografia:l.98-9)

P^{I}	P^{I+1}	P^{I+2}	P^{I+3}	P^{I+4}	P^{M}
que $_{Top}$	hoje $_{\sigma TAbs(ep)Top}$	aqui numa cidade grande $_{\sigma Loc(e)Top}$	você $_{Top}$	não $_{\pi Pol(e)}$	encontra

Nessa ocorrência, observa-se também outra tendência do português, já comprovada por Pezatti (2014), as orações com Tópicos múltiplos. Além do pronome relativo, que sempre é Tópico, também podem desempenhar essa função pragmática o sujeito e os modificadores de Tempo, Frequência e Locação. Todas essas entidades estão disponíveis no Componente Contextual, seja no Contexto Situacional (interlocutores, tempo e espaço) seja no Contexto Discursivo (a entidade *essa própria organização*, na ocorrência em (74)), o que permite a retomada dessas entidades como Tópicos na formulação da oração, ou seja, o Falante escolhe partir de várias informações já disponíveis no Contexto e compartilhadas entre ele e o Ouvinte, para formular seu enunciado.

Em tais bases, podemos agora traçar algumas generalizações sobre a ordenação dos constituintes no domínio de P^{I}. De maneira geral (mas não categórica), podem-se traçar, com base nos dados do córpus, as seguintes preferências dos constituintes no domínio de P^{I}:

1ª Regra categórica: posiciona-se o pronome relativo em P^{I};

2ª Posicionam-se modificadores do Nível Representacional com função pragmática Tópico em P^{I+1};

3ª Posicionam-se constituintes configuracionais com função Tópico em P^{I+1} ou, se houver a etapa 2, em P^{I+2};

4ª Posicionam-se operadores de tempo absoluto (ep), de polaridade (e) ou de locação (e) em P^{I+1} ou, se houver a etapa 2, em $P^{I+2,}$, ou, se houver a etapa 3, em P^{I+3}.

Esse percurso de colocação é hipotético, já que normalmente não há tantos constituintes no domínio de P^{I}. Quando um constituinte está ausente, logo o próximo assume sua posição, o que significa que apenas a posição para pronome relativo é fixa, as outras posições são “elásticas”, mas obedecem à hierarquia de escopo.

Em síntese, constituintes hierárquicos interpessoais e representacionais colocam-se nas posições periféricas da oração relativa, conforme o quadro a seguir, mostrando-se uma preferência de colocação dos modificadores e operadores do Nível Interpessoal e da camada representacional do Conteúdo Proposicional em P^{I}. Por outro lado, os operadores e modificadores do Nível Representacional da camada do Estado-de-Coisas estão prioritariamente posicionados no domínio final da oração, quando desprovidos de função pragmática.

		P^I	P^F
NI	C	Σ Reportativo Σ Ênfase Π Ênfase Π Contraste	
NR	p	σ Evidencial σ Domínio σ Fonte π Modalidade epistêmica dubitativa	
	ep	σ TAbs	σ TAbs
	e	σ tempo σ locação σ frequência σ modo σ causa σ realidade π polaridade	σ Tempo σ Percurso σ Domínio σ Causa σ Locação σ Modo σ Assunto σ Frequência σ Propósito σ Realidade π Locação
	f	σ intensidade π Øt	σ Comitativo σ Instrumento σ Duração

Quadro 4 - Ordenação dos constituintes hierárquicos na oração relativa

Os modificadores de Conteúdo Proposicional preferencialmente são posicionados no domínio de P^I, enquanto os outros modificadores do Nível Representacional são alocados predominantemente no domínio de P^F. Isso mostra que a camada do Conteúdo Proposicional, a mais alta do Nível Representacional, tem estreita proximidade com o Nível Interpessoal.

A tabela também aponta para um comportamento específico dos constituintes da Propriedade Configuracional, já que cada modificador e operador parece ocorrer preferencialmente antes ou depois do predicado, o que se deve ao fato de estarem modificando a própria Propriedade Configuracional.

Esses resultados respondem a uma das perguntas de pesquisa: para onde vão constituintes que, na oração independente, ocupam preferencialmente P^I? Os dados mostram que esses constituintes continuam ocupando o domínio de P^I, mas nunca a posição absoluta, já que esta é sempre ocupada pelo pronome relativo, que é o Tópico.

Diferentemente da ordenação dos constituintes hierárquicos, a ordenação dos constituintes configuracionais inicia-se pelo posicionamento do predicado, que é o núcleo da oração e tem *status* de "pivô" (CONNOLLY, 2012, p. 458), pois a oração pode ser composta apenas pelo predicado, com a expressão dos argumentos sendo marcada morfologicamente. Além disso, alguns argumentos são dependentes do predicado e sua ordenação só ocorre após a colocação do predicado (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 334-335). Isso significa

que a oração relativa será constituída de, pelo menos, duas posições absolutas, P^{I}, para o pronome relativo, e P^{M}, para o predicado.

(75) fiquei ali durante... todo o tempo *que pude*, a assistir àquele espectáculo de água que caía, (Moç86:Chuva l.42)

P^{I}	P^{M}
que $_{Top}$	pude

Outros constituintes configuracionais serão posicionados à direita ou à esquerda de P^{M}, como exemplifica (76), em que o Locativo, representado pelo pronome oblíquo *me*, posiciona-se em P^{M-1} e o Inativo *mais força* em P^{M+1}:

(76) ele foi a pessoa *que me deu mais força* **(**Moç83:CantarPintar:l.30)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}	P^{M+1}
que $_{Top}$	me	deu	mais força

Como já observado, o predicado quando constituído por um sintagma adjetival, adverbial ou nominal, exige a inserção de uma cópula (palavra verbal) no Nível Morfossintático, já que em português as categorias de tempo, modo e aspecto são expressas na palavra verbal. Nesses casos, o predicado assume a posição absoluta P^{M}, enquanto a cópula, por ser apenas um suporte, assume a posição P^{M-1}, conforme exemplificam (77) a (78), respectivamente, predicação de um lugar, construção relacional, construção classificacional e construção de identificação, conforme definidas por Hengeveld e Mackenzie (2008):

(77) e mesmo agora *que sou adulto* (Moç86:Chuva l.60)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}
que $_{Top}$	sou	adulto

(78) mas eu penso que os nossos jovens *que já estão noutra direcção*. (PT96:BomSensoRosto:l.89)

P^{I}	P^{I+1}	P^{M-1}	P^{M}
que $_{Top}$	já $_{\pi Fasal(f)}$	estão	noutra direcção

(79) e esse... - *que é solteiro*, deve ter agora sessenta e oito anos - está no lar dos idosos, (PT97:DesportoDinheiro:l.93)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}
que $_{Top}$	é	solteiro

(80) Roberto Kell, *que foi o famoso treinador dos violinos do Sporting* (PT97:DesportoDinheiro:l.22)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}
que $_{Top}$	foi	o famoso treinador dos violinos do Sporting

Em (77), a oração relativa *que sou adulto* constitui uma predicação de um lugar, em que *adulto* se aplica ao referente de primeira pessoa do singular. Já a relativa *que já estão noutra direção*, em (78), é uma construção relacional, porque o Sintagma preposicionado *noutra direção* é usado atributivamente. A relativa em (79) é uma construção classificacional, pois há um Sintagma atributivo (*solteiro*) que serve para a expressão de membros de uma classe, na qual *esse* se insere. Em (80), por sua vez, a construção é de identificação, porque nem *Roberto Kell* nem *o famoso treinador dos violinos do Sporting* são usados atributivamente.

O predicado pode ter função pragmática Tópico, como em (81), em que *pequena empresária* é o predicado da oração relativa (*sou pequena empresária*), que está sendo retomado pelo pronome relativo com função pragmática Tópico. Nesse caso, o predicado é posicionado em P^{I} e a cópula em P^{M}.

(81) bom, como pequena empresária *que sou* (To-Pr96:Costureira:l.69)

P^{I}	P^{M}
que $_{Top}$	sou

Também pode acontecer de o predicado ter função pragmática Contraste, o que vai levá-lo para P^{F}, ficando a cópula em P^{M}.

(82) mas, n[...], em contrapartida, eh, nesse, nessas situações *em que só estão homens* há um ambiente muito especial que se desenvolve. (PT95:Futebol:l.56)

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}	P^{F}
em que $_{Top}$	só $_{\Pi Contr(R)}$	estão	homens$_{Contraste}$

O predicado também pode desempenhar a função pragmática de Foco, o que faz com que ele vá para a posição final da oração, mais especificamente a posição absoluta P^{F}, que é a posição própria do constituinte Foco em português (PEZATTI, 2014). Quando isso ocorre, os modificadores, se houver, são levados para uma posição relativa a P^{F}.

(83) acha que o homem facilmente pode entrar nas tarefas *que eram, normalmente, d[...], especialidade da mulher*? (PT96-MaridoIdeal:l.25-6)

P^{I}	P^{M}	P^{F-1}	P^{F}
que $_{Top}$	eram	normalmente $_{\sigma Freq(e)}$	especialidade da mulher$_{Foco}$

(84) se tivesse assumido um protagonismo mais activo não poderia, embora com evid[...], com, talvez com um desgaste maior da sua popularidade *que é neste momento enorme*, não poderia ter ajudado a avançar essa reforma do Estado de que, que enfim, que considera tão necessária? (PT90:PoderesCE:l.47)

P^{I}	P^{M}	P^{F-1}	P^{F}
que $_{Top}$	é	neste momento$_{\sigma TAbs(ep)}$	enorme$_{Foco}$

Nessas orações, os constituintes configuracionais *especialidade da mulher* e *enorme* são Subatos com função pragmática Foco por consistirem na informação mais importante no Ato. Essas ocorrências são ilustrativas da preferência de colocação da função antes do modificador (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), isto é, os constituintes com função pragmática Foco são posicionados antes dos modificadores representacionais *normalmente*, em (83), e *neste momento*, em (84). Formalmente essas construções são marcadas pela posição P^{F} e pelos seguintes mecanismos prosódicos: pausa, tessitura mais alta e velocidade mais baixa.

Outros constituintes configuracionais (além do predicado) também podem ser focalizados, como ilustra (85), em que o constituinte *todo o coberto vegetal* também é marcado formalmente pela posição P^{F} e pela variação de tessitura.

(85) agora imagine o que se passa no Rwanda em que são milhões de pessoas que se deslocam e ficam concentradas durante meses no mesma região *em que destroem completamente todo o coberto vegetal*. (Ang97:GuerraAmbiente:l.32)

P^{I}	P^{M}	P^{F-1}	P^{F}
em que $_{Top}$	destroem	completamente $_{\sigma Modo(f)}$	todo o coberto vegetal$_{Foco}$

Em suma, não há distinção entre a ordenação dos constituintes configuracionais na oração independente e na oração relativa: o constituinte configuracional com função Tópico é posicionado no domínio de P^{I}, o constituinte configuracional com função Foco é colocado na posição absoluta P^{F}, o predicado é posicionado em P^{M}, a cópula em P^{M-1}, e constituintes configuracionais sem função pragmática são posicionados à direita de P^{M}.

P^{I}	P^{M-1}	P^{M}	P^{M+n}	P^{F}
Constituintes configuracionais com função Tópico	cópula	predicado	Constituintes configuracionais sem função pragmática	Constituintes configuracionais com função Foco

Quadro 5 - Ordenação dos constituintes configuracionais

5.7 A codificação fonológica da oração relativa

A apresentação dos resultados, nesta seção, divide-se em duas partes. Na primeira, apresenta-se a análise dos elementos prosódicos distintivos da relativa, a saber, tessitura, velocidade e pausa, realizada a partir da oitiva de todas as ocorrências. Na sequência, apresentam-se os gráficos gerados computacionalmente para a análise da entoação dos enunciados.

5.7.1 Análise de oitiva

Verifica-se, a partir da escuta das ocorrências, que a relativa restritiva prototipicamente não é separada do Sintagma Nominal por pausas nem é marcada por variação de tessitura e de velocidade, como exemplificado por (86).

(86) terá sido alguma pessoa *que bebia muito* (Ang97:JovemGaspar:l.93)

Já as relativas do Nível Interpessoal são delimitadas pelas seguintes propriedades prosódicas: tessitura mais baixa, velocidade mais rápida e pausas.

A mudança de tessitura, que tem o papel coesivo de assinalar comentários secundários do falante (CAGLIARI, 1992), é exemplificada em (87), em que há um abaixamento da tessitura do falante em relação ao contexto linguístico em que se insere[45].

(87) e mesmo Namibe |$^{T-}$ *que é um deserto* $^{T-}$|, as populações do su[...], planalto central ao deslocarem-se para ali provocaram dese[...], dese[...], grandes desequilíbrios ecológicos locais, (Ang97:GuerraAmbiente:l.44)

[45]Adaptamos os símbolos usados por Tenani (1995) na transcrição prosódica de nossas ocorrências. A pausa longa é assinalada por (|), a breve por (↑), a ultralonga por (||) e a ultrabreve por (↑↑). A velocidade normal não é marcada e a velocidade rápida é marcada pelo traço (—). A tessitura normal não é marcada, a baixa é sinalizada por ($^{T-}$) e a alta por ($^{T+}$).

As relativas do Nível Interpessoal são predominantemente demarcadas por tessitura baixa, porém é possível encontrar casos em que a delimitação da oração é marcada apenas por outros elementos prosódicos, como em (88), em que há alteração na velocidade da fala e presença de pausas antes e depois da relativa apositiva.

(88) exacto. ou seja, você, ah, | *que ficou pior primeiro da sua doença ao longo daqueles três anos* | por causa de não saber o que é que tinha e cada vez ficava mais nervoso(PT97:MalDesconhecido:l.101-2)

Normalmente, utiliza-se uma pausa longa para identificarem-se os limites da relativa apositiva e da interativa. A pausa normalmente aparece no final da oração, podendo ocorrer também pausas breves. Apesar de a pausa ser um importante elemento prosódico para a delimitação da relativa, não deve ser tomada como uma marca prototípica (como tradicionalmente se faz), porque há certas relativas em que não há pausas delimitativas. Outro motivo para não se tomar a pausa como uma marca prosódica prototípica das relativas apositiva e interativa é que a relativa restritiva também pode vir acompanhada de pausas no início ou no fim. Isso se deve ao fato de a pausa ser usada para segmentar a fala, permitindo ao falante respirar em certos momentos (CAGLIARI, 1992, p. 142); por isso, quando ocorre com uma relativa restritiva, não têm a função de delimitá-la como um trecho parentético, mas apenas dar tempo ao falante para elaboração de seu discurso. Nos trechos a seguir, por exemplo, há pausa antes e após a relativa restritiva.

(89) A: e vão donde até onde? e como? o que é que fazem?
B: ai, vão levar aquela coroa pronto, porque aquilo que se tem é um mordomo, chamam-lhe um mordomo
A: ah, [...]
B: durante o ano, que ele fica responsável durante aquele ano, por que o Espírito Santo fique na casa dele.
A: sim.
B: e, e ele vai recebendo de, de pessoas, voluntariamente | *que queiram dar* | *dinheiro* |
A: sim.
B: e esse dinheiro no fim eles compram bezerros ou queijos
A: hum.(PT73:CultoTradicional:l.8)

(90) A: não, penso que o sal devia ser desinfectante, qualquer...
B: pois. é isso.
A: será?
B: não sei.
A: ah! pode ser que seja.
B: é isso que eu ia perguntar. no bebé mesmo ou, ou na mãe?
A: pode ser que seja. não, no bebé, não, neste prato, que... no prato.
B: no prato?
A: |*que recebia o bebé* |. (CV95:ColherPanela:l.119)

Em (89), o informante ainda está iniciando sua resposta à pergunta feita pelo documentador e, por isso, realiza várias pausas para ganhar tempo de pensar e elaborar seu discurso. Percebe-se que tal pausa não tem função de delimitação da oração relativa, mas de elaboração discursiva. Em (90), por seu turno, a falante realiza uma pausa, ao ser interrompida pelos interlocutores e retoma seu discurso logo a seguir; não se trata, portanto, de uma pausa delimitativa da oração relativa.

As marcas prosódicas, às vezes, delimitam porções discursivas maiores, englobando não apenas a oração relativa, mas vários trechos parentéticos.

(91) e finalmente Hopkins vem pela primeira vez falar de substâncias acessórias dos alimentos, abrindo caminho para, para as vitaminas, | T- *que só vêm a ser descobertas neste século,* T- ↑ T- como eu já vos falei T- |, T- por Funk, T- ↑ T- em mil novecentos e onze. T- | (PT89:PaiMedicina:l.41-2)

A única diferença percebida, na análise de oitiva, entre a relativa apositiva e a interativa foi a diminuição progressiva da altura na segunda, fazendo com que a oração se tornasse, muitas vezes, de difícil audição.

Comprova-se, pela escuta das ocorrências, que as relativas apositiva e interativa são codificadas diferentemente da relativa restritiva no nível Fonológico, uma vez que as primeiras são delimitadas por uma ou mais das seguintes marcas prosódicas: pausa, tessitura e velocidade. A análise demonstra que a tessitura baixa é a marca prosódica prototípica das relativas apositiva e interativa. Assim, foram analisadas ocorrências de cada tipo de relativa, para mostrar a variação dos tons no enunciado, a partir das configurações geradas pelo programa computacional PRAAT.

5.7.2 Análise computacional

Nesta subseção, apresentam-se os gráficos gerados computacionalmente com a representação da variação de tons e a interpretação da relação entre os tons e as sílabas de cada enunciado. Inicialmente são descritos os resultados e a análise referentes à relativa restritiva, para, a seguir, compará-los com aqueles referentes aos outros tipos.

O enunciado “sou de uma geração *que não é tão antiga*” exemplifica uma relativa restritiva que ocorre dentro de um Np em posição final da oração principal. Em seu padrão entoacional, a frequência fundamental (F_0) sobe progressivamente de 75 Hz na palavra *sou* até

218,9 Hz, na sílaba tônica da palavra *geração*. O padrão entoacional atinge seu pico no pronome relativo com 271,1 Hz e decresce progressivamente até 125,8 Hz na sílaba tônica de *antiga*. Isso significa que o núcleo nominal e a oração relativa têm um único contorno entoacional, configurando uma única Frase Entoacional. O enunciado termina com o ato interativo *não é?*, seguido pelo tom de fronteira L%, sinalizando o fim do Enunciado Fonológico.

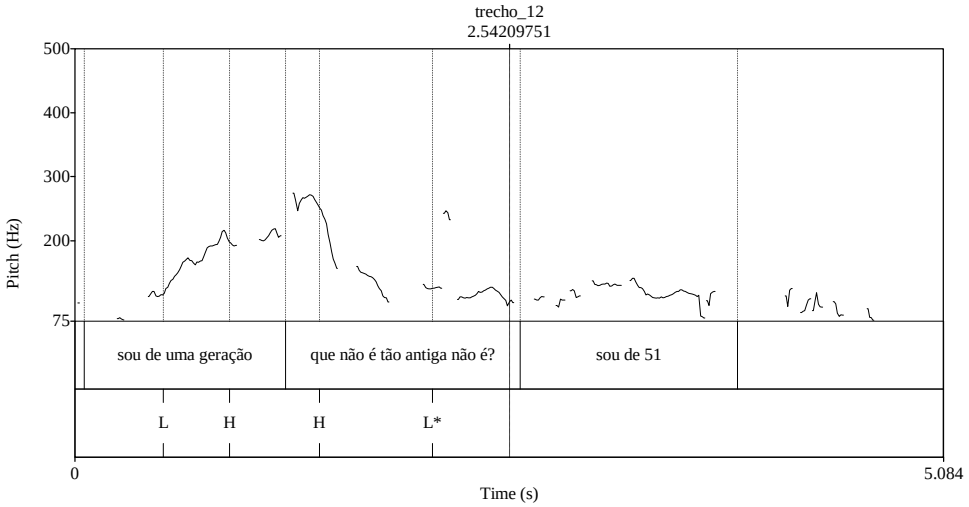


Gráfico 1 – Variação prosódica do enunciado “sou de uma geração *que não é tão antiga*”

A relativa restritiva constitui sozinha uma Frase Entoacional somente quando é a segunda oração em uma relação de coordenação entre orações relativas, como no trecho (92).

(92) A: mas, n[...], em contrapartida, eh, nesse, nessas situações em que só estão homens há um ambiente muito especial *que se desenvolve*.
B: é, muito especial. claro.
A: e *que não precisa de ser equilibrado*, não é, (PT95:Futebol:l.59)

O enunciado “A única coisa *que ele ainda gosta até hoje* é botar cerveja pra mim”, por sua vez, exemplifica uma restritiva que pertence a um Np em posição inicial da oração principal. Percebe-se que o Np e a relativa restritiva são pronunciados num mesmo contorno entoacional. Inicia-se com um tom L* na sílaba tônica de *única* de 75 Hz, que sobe para 252,2 Hz na sílaba pós-tônica, caindo a seguir para 176 Hz no pronome relativo. O contorno entoacional mantém-se estável até o final do Enunciado, que termina com a oração adverbial explicativa.

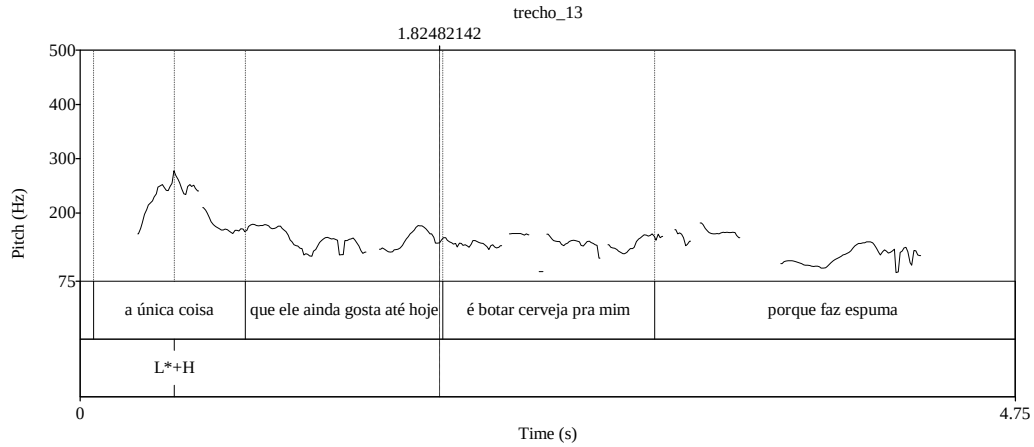


Gráfico 2 – Variação prosódica do enunciado "A única coisa *que ele ainda gosta até hoje* é botar cerveja pra mim porque faz espuma"

Já no enunciado "a Rosires, *que é nossa diretora*", que exemplifica a ocorrência de uma relativa apositiva, há uma elevação de F_0 de 260,3 Hz na sílaba pré-tônica para 409,4Hz na sílaba tônica de *Rosires*, formando o padrão LH*, que marca o final da Frase Entoacional (cf. TENANI, 2002). A variação do padrão entoacional do falante (226 Hz) para 212 Hz na sílaba tônica de *nossa* marca uma variação de tessitura que delimita a Frase Entoacional. No final da oração relativa, além do tom de fronteira L%, há um pico de 417,9 Hz na sílaba tônica de *diretora*, que decresce na sílaba átona em 277,5 Hz, formando um padrão entoacional LH*, delimitando a Frase Entoacional.

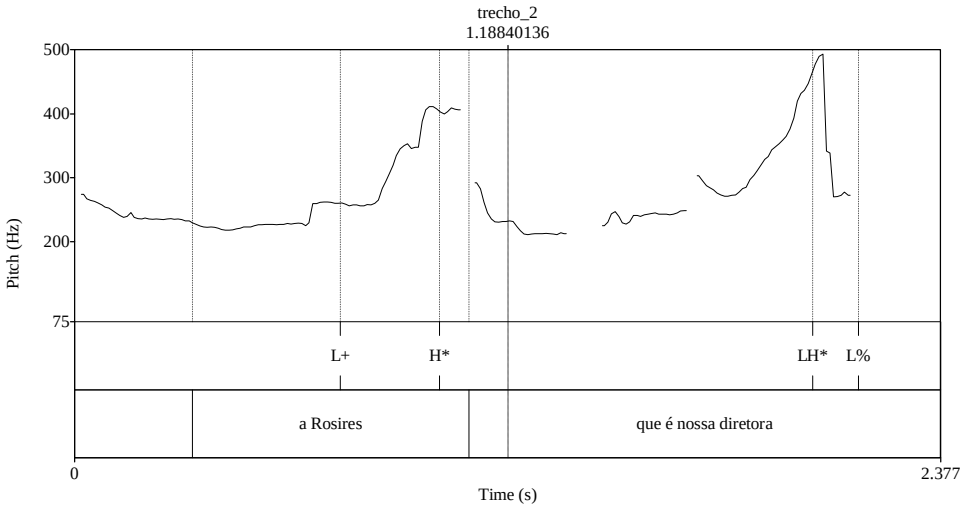


Gráfico 3 – Variação prosódica do enunciado "a Rosires, *que é nossa diretora*"

Ao se comparar o gráfico 3 com os anteriores, percebe-se que a variação em termos de Hertz entre o Np da oração principal e a relativa apositiva é bem maior do que a que se verifica entre o Np da oração principal e a oração relativa restritiva. Como consequência, a

variação tonal no gráfico 3 é interpretada como indicativa de Frase Entoacional, enquanto a variação que ocorre entre o Np da oração principal e a relativa restritiva é interpretada como delimitativa de Frase Fonológica.

No enunciado (“eu troco muito mais roupa com ela *que é minha amiga* do que com a minha própria irmã”), é a mudança de tessitura que demarca a oração relativa como uma Frase Entoacional, já que não há tom de fronteira delimitando-a. No Np da oração principal, há uma subida de 297,3 Hz na sílaba pós-tônica de *muito* para 446,4 Hz em *mais*. Também há uma variação do contorno entoacional, que vai de 281,8 Hz em *com* até 356,2 Hz na sílaba tônica de *ela* e então decai na sílaba pós-tônica. Na oração relativa, há uma queda de F_0 até atingir um vale em 219,9 Hz na sílaba pré-tônica de *amiga*, delimitando uma tessitura mais baixa que o trecho anterior e posterior. Também há um pico de 423,4 Hz na sílaba tônica de *amiga* que cai para 257,7 Hz na sílaba pós-tônica, configurando um contorno entoacional descendente, que delimita a Frase Entoacional. No final da sentença, há um ato interativo, delimitado por tom de fronteira, o que marca o fim do Enunciado Fonológico.

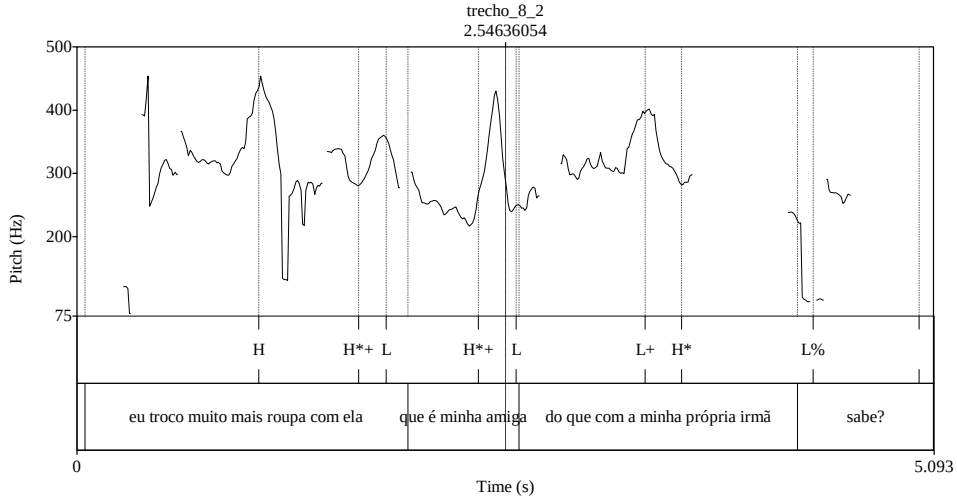


Gráfico 4 – Variação prosódica do enunciado “eu troco muito mais roupa com ela *que é minha amiga* do que com a minha própria irmã”

Observa-se pela análise do contorno entoacional que as orações relativas apositivas constituem de fato uma Frase Entoacional, já que são pronunciadas com tessitura mais baixa que a F_0 padrão do falante. Além disso, ocorre uma subida brusca da altura na última sílaba tônica da oração relativa apositiva, formando o padrão entoacional LH*, que pode ser seguido por tom de fronteira L%.

A análise dos gráficos gerados para a relativa interativa demonstra que esse tipo é também demarcado prosodicamente. O gráfico 5, diferentemente dos anteriores, mostra que

não há um movimento de elevação e queda, demarcando a oração relativa como uma Frase Entoacional. Há, de fato, uma pausa muito acentuada de 1,3 segundos e um achatamento da sílaba tônica de *citei*, que se torna quase imperceptível acusticamente, caindo drasticamente de 204,7 Hz na sílaba pré-tônica de *citei* para 100,3 Hz em sua sílaba tônica. Desse modo, conclui-se que essas marcas prosódicas delimitam um domínio prosódico maior, que é o do Enunciado Fonológico.

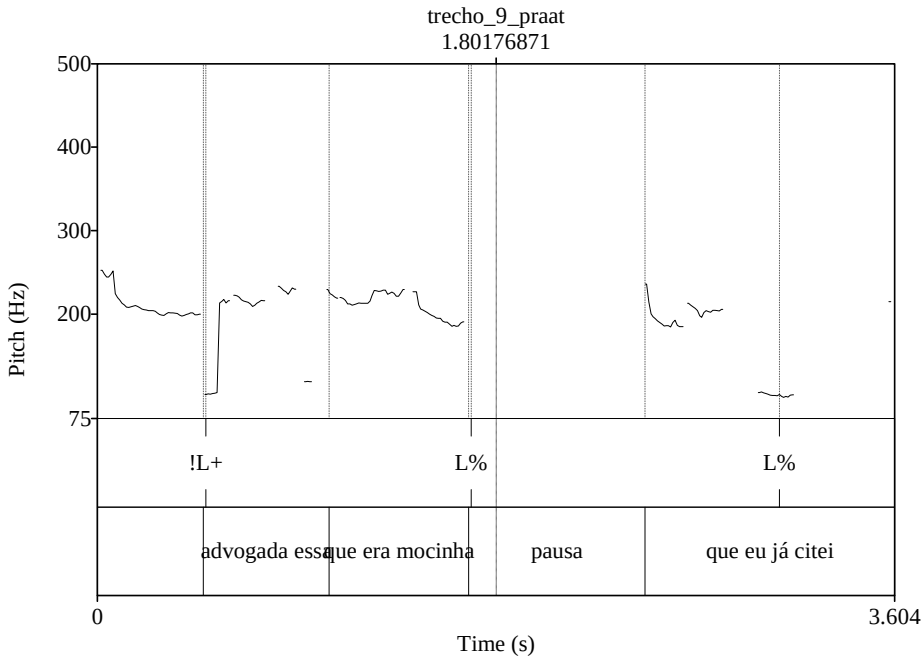


Gráfico 5 – Variação prosódica do enunciado “uma advogada essa que era mocinha, *que eu já citei*”

O gráfico gerado para a relativa interativa mostra que não há uma variação nos limites da oração formando um pico. O que se observa é a ausência de quaisquer variações entoacionais, o que configura um achatamento prosódico.

A variação prosódica verificada nas relativas do Nível Interpessoal deve-se à codificação das funções desempenhadas no discurso, seja a função interacional Resgate, no caso da relativa interativa, seja a função retórica Aposição, no caso da relativa apositiva. A variação prosódica marca para o Falante a relação coesiva que deve ser estabelecida com o(s) trecho(s) anterior(es) e orienta a interpretação correta do enunciado.

5.8 Conclusões

O tema em estudo aqui se define em termos morfossintáticos como uma relação de *subordinação* entre um núcleo nominal e uma oração subordinada. Entretanto, a partir do ponto de vista aqui adotado, que mapeia também unidades pragmáticas e semânticas em seu modelo de gramática, é possível pensar também em uma relação de dependência nos níveis Interpessoal e Representacional, independentemente da relação estabelecida sintaticamente. Isso quer dizer que o conceito de subordinação, quando considerado a partir do critério de *dependência*, pode ser visto também em termos de dependência semântica entre unidades do Nível Representacional, ou de dependência pragmática entre unidades do Nível Interpessoal[46].

A partir dessa perspectiva, a análise do córpus lusófono aponta para a existência de três tipos de relativas, cada qual definida em uma camada da GDF, refletindo diferenças fundamentais nos processos de formulação e codificação da oração relativa: restritiva, apositiva e interativa. A relativa restritiva define-se como um modificador de núcleo nominal, cujo papel é delimitar um referente específico dentre um conjunto de referentes possíveis. Há relação de *dependência semântica* entre o núcleo e o modificador (a relativa restritiva), como representado em (93). Já a relativa apositiva consiste em um Ato Discursivo Subsidiário em relação de *dependência pragmática* com outro Ato e com função retórica Aposição, que acrescenta informação adicional ao núcleo do Ato Nuclear, como representado em (94).

(93) é uma realidade *que surge* (Moç83:CantarPintar:l.13)

(e_i [uma realidade]: (e_j) [uma realidade surge] (e_j) (e_i))

(94) a irmã Danuta, *que é uma madre,* fez os primeiros socorros (Ang97:MeninosdeRuas:l.91-2)

(M_i: (A_i : [a irmã Danuta fez os primeiros socorros] (A_i)) (A_j: [a irmã Danuta é uma madre] (A_j)$_{Aposição}$ (M_i))

Às tradicionais relativas restritiva e apositiva, postula-se um terceiro tipo, denominado relativa interativa, que é formulado no Nível Interpessoal como um Movimento em relação de *dependência pragmática* com outro Movimento dentro da camada do Discurso. Essas construções não participam do desenvolvimento temático, e sim do monitoramento da interação, o que se comprova pela presença de pronomes pessoais, referentes aos participantes da interação, e de verbos *dicendi*, referentes ao próprio discurso. A relativa interativa é

[46]Cf. a proposta de Stassi-Sé (2012) para o conceito de dependência pragmática.

marcada pela função interacional Resgate, cujo papel é retomar informações já inseridas no Componente Contextual, reavivando-as na memória do Ouvinte, conforme especificado em (95).

(95) (D_i: (M_i: [e assim como é que é o caso da Maria] (M_i)) (M_2: [você estava me contando o caso da Maria]$_{Resgate}$ (M_2)) (D_i))

Mais uma diferença na formulação dos três tipos é que apenas as relativas do Nível Interpessoal podem ser formuladas como moldes de conteúdo. Devido à presença do pronome relativo com função pragmática Tópico, a oração relativa apositiva e interativa é prototipicamente formulada como um Ato categorial, isto é, parte-se de uma informação tópica e faz-se um comentário sobre ela. Também é possível a formulação da relativa apositiva como Ato apresentativo, quando o Falante pretende introduzir um referente novo na informação pragmática do Ouvinte. A análise atesta, portanto, a impossibilidade de a relativa ser construída no molde tético, o que se deve ao fato de conter fundamentalmente pelo menos um Subato Referencial (+específico e +identificável) com função pragmática Tópico, que é representado pelo pronome relativo na posição P^I.

Os conceitos de núcleo ausente e vazio também levam à constatação de uma distinção entre as relativas. O núcleo ausente, representado normalmente por nomes próprios e pronomes pessoais, é modificado exclusivamente por uma relativa apositiva no Nível Interpessoal. O núcleo vazio, por sua vez, só pode ser modificado semanticamente por uma relativa restritiva no Nível Representacional.

Este capítulo problematiza a definição corrente de oração relativa, que é definida tanto pelo papel coesivo anafórico desempenhado pelo pronome relativo que a encabeça como pela função modificadora que desempenha com relação ao núcleo nominal. Ao se admitir que o prefaciador da relativa é conjunção, deve-se decidir se apenas a função modificadora é suficiente para definir a relativa, ou se deve admitir que essas construções deixam de ser relativas. A discussão apresentada em 5.5, partindo da organização hierárquica da GDF, leva à conclusão de que a oração relativa é de fato encabeçada por pronome relativo. Nas relativas cortadoras, diferentemente dos adeptos do estatuto de conjunção para o item *que* que as encabeça, defendemos que a não expressão da preposição na relativa não está relacionada à natureza pronominal do constituinte *que*, uma vez que a preposição traz apenas informação sobre a função semântica do nome relativizado. Na cortadora, o pronome relativo *que*, ao retomar um referente expresso anteriormente e servir como o ponto de partida para a asserção que o segue, constitui o Tópico da oração relativa, ou seja, tem apenas função pragmática,

uma vez que não há a marcação da função semântica por meio da preposição ou dos pronomes *onde* e *cujo*. A não expressão da preposição nas cortadoras deve-se, portanto, à prevalência da função pragmática Tópico sobre a função semântica, veiculada pela preposição.

Em termos morfossintáticos, as relativas interativa, apositiva e restritiva assemelham-se às orações completivas nominais por consistirem em um constituinte do Sintagma Nominal. A diferença entre a relativa e a completiva é que, enquanto esta é um argumento exigido pelo nome, aquela é um modificador e, portanto, é opcional. Há uma relação de dependência morfossintática entre o nome e a relativa que consiste em uma relação de *subordinação*[47]. No Nível Morfossintático, as orações relativas têm o seguinte molde:

(96) Cl_i: [(Np_i: [(Gw^i) (Nw^i) ($^{dep}AdjCl_j$ [...] ($^{dep}AdjCl_j$) (Np_i)] [...]] Cl_i) (baseado em HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284)

Em termos fonológicos, a análise do contorno entoacional comprova a especificidade prosódica de cada tipo de oração relativa, conforme as configurações em (97)-(99). Enquanto a oração relativa restritiva não constitui sozinha uma Frase Entoacional, a oração relativa apositiva é de fato uma Frase Entoacional, já que é pronunciada com tessitura mais baixa que a frequência fundamental padrão do falante, com subida brusca da altura na última sílaba da oração relativa apositiva, seguida por tom de fronteira L%, delimitando a Frase Entoacional. Já a relativa interativa, pronunciada com pausas longas e com achatamento acústico, delimita-se como um Enunciado Fonológico.

(97) (U_i [(IP_i: [(PP_i: é uma realidade (PP_i))] [(**PP_j: que surge (PP_j)**)] (IP_i)] (U_i)

(98) (U_i [(IP_i: a irmã Danuta (IP_i)] [(**IP_j: que é uma madre (IP_j)**)] [(IP_k: fez os primeiros socorros (IP_k)] (U_i)

(99) [(U_i: e assim como é que é o caso da Maria (U_i)) (**U_j: que você estava me contando (U_j)**)]

Todas as propriedades dos três tipos de relativas apresentadas neste estudo revelam que o modelo gramatical da GDF, com sua estrutura em níveis e camadas, organizados

[47]Conferir o trabalho de Oliveira (2001), em que, partindo da perspectiva da gramaticalização, se propõe um *continuum* de integração semântico-sintática entre a relativa apositiva e a restritiva, em que a primeira se encontra no pólo (-) integrada e a segunda no pólo (+) integrada.

descendente e hierarquicamente, é eficaz na descrição da formulação e da codificação da oração relativa, levando a uma compreensão de seu funcionamento a partir de suas especificidades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas. Há, portanto, duas contribuições fundamentais para os estudos sobre esse tema: a existência de uma oração relativa no nível discursivo e a relevância dos aspectos prosódicos para a compreensão da diferença entre os três tipos de relativas existentes no português.

A partir das análises e dos resultados apresentados aqui, realiza-se, no capítulo 6, uma interface entre a descrição linguística e o ensino, apresentando algumas propostas tanto para o trabalho com a oração relativa em sala de aula como para a produção de materiais didáticos.

6 CONTRIBUIÇÕES DA DESCRIÇÃO PARA O ENSINO DA ORAÇÃO RELATIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Este capítulo se destina a fazer algumas propostas para o ensino da oração relativa no Ensino Fundamental II, considerando os resultados da análise descritiva apresentada no capítulo 5. Para tanto, deve-se observar como tal ensino tem sido proposto, o que será feito tendo como base as propostas de ensino da oração relativa nos livros didáticos[48] (doravante LD) de língua portuguesa aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2014), listados a seguir.

1. *Jornadas.port-Língua Portuguesa* (DELMANTO; MATOS; CARVALHO, 2012)
2. *Tecendo Linguaguens* (OLIVEIRA *et al*.; 2012)
3. *Para viver juntos: português* (MARCHETTI *et al*; 2012)
4. *Coleção Perspectiva:* Língua Portuguesa (DISCINO; TEIXEIRA; 2012)
5. *Português nos dias de hoje* (FARACO; MOURA, 2012)
6. *Português Linguagens* (MAGALHÃES; CEREJA, 2012)
7. *A aventura da linguagem* (TRAVAGLIA; FERNANDES; ROCHA, 2012)
8. *Português*: uma língua brasileira (HORTA; MENNA; PROENÇA, 2012)
9. *Singular & Plural* (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012)
10. *Vontade de saber português* (TAVARES; BRUGNEROTTO, 2012)
11. *Projeto Teláris* (BORGATTO; BERTIN; MARCHEZI, 2012)
12. *Universos* (RAMOS; TAKEUKI, 2012)

A escolha de LD para a compreensão do ensino da oração relativa na escola deve-se ao fato de serem, senão as únicas, as principais fontes de estudo e atualização para muitos

[48]Destacamos aqui que compreendemos a complexidade da elaboração dos livros didáticos e as diversas coerções sofridas por seus autores (exigências da editora, direitos autorais dos textos utilizados, diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, exigências do próprio mercado, imposições do edital, etc.); discuti-las, entretanto, não é a proposta deste estudo, que busca especificamente apontar algumas contribuições para o ensino com base no produto final, o próprio livro didático, já que é ele que chega à sala de aula e vai influenciar (e muitas vezes determinar) o trabalho do professor. Além disso, acreditamos que os autores de livros didáticos, apesar das repressões sofridas, já realizam (ou poderiam realizar) algumas mudanças no modo tradicional de ensino de gramática. Se, de um lado, há o produtor do livro, do outro, há o receptor. Deve ficar claro que também não é nosso objetivo discutir a utilização dos livros didáticos ou verificar o modo como se dá o ensino em sala de aula. Nosso objetivo é apenas usar os resultados descritivos para repensar as propostas de ensino de oração relativa, tomando por base os LD.

docentes e de serem geralmente os materiais mais utilizados na sala de aula para o ensino do português. Estudos têm sido feitos sobre a relevância para o professor da utilização do LD em sala de aula, seja por ser um saber validado, seja por motivos de economia de tempo para preparar a aula, seja para auxiliar o aluno em seus estudos (CORACINI, 2011). Desde a implantação do PNLD em 19 de agosto de 1985 pelo Ministério da Educação por meio do Decreto-Lei nº 91.542, o LD passa a ser um material de ensino legitimado pelo governo e prescrito pelo próprio momento histórico-social atual. Assim, o fato é que, só no ano passado (2014), 103.229.007 livros foram distribuídos para os alunos de Ensino Fundamental, conforme dados do *site* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação[49].

Devido à importância dos livros didáticos no ensino de língua materna, pode-se afirmar que esse material também contribui para a criação de uma *tradição de ensino de gramática* que focaliza principalmente o ensino prescritivo e descritivo das unidades linguísticas, já denunciada e criticada por alguns pesquisadores (TRAVAGLIA, 2009, 2011; NEVES, 2011a). Enquanto o ensino prescritivo focaliza a norma padrão e se preocupa com a correção gramatical, o ensino descritivo pretende desvendar o funcionamento da língua (TRAVAGLIA, 2009). Segundo o autor, há uma grande preocupação no ensino com atividades de identificação e classificação das unidades linguísticas, além de, muitas vezes, ser possível questionar-se a qualidade das descrições apresentadas. Para Neves (2011a, p. 116), a visão de gramática que se apresenta no ensino é a de um "mapa taxonômico de categorias", desvinculadas do seu funcionamento na interação, ou seja, independentes das funções e sentidos que desempenham no discurso.

O quadro apontado por Travaglia (2009) e Neves (2011a) justifica a nossa proposta de interface com o ensino, uma vez que, segundo os autores, as descobertas dos estudos linguísticos devem alimentar as discussões sobre ensino de gramática, em prol de uma mudança na postura tradicional que esse tema vem recebendo na escola. Deve-se atentar, no entanto, para o perigo em se aplicarem teorias linguísticas diretamente (e sem reflexão) ao ensino, o que pode levar os professores ao fracasso e à descrença quanto à necessidade de se unir a prática aos resultados de pesquisas na área da linguística. O ponto de vista aqui adotado é que o objetivo principal da escola não é ensinar teoria(s) linguística(s), mas sim tornar os alunos competentes no uso da língua nas mais diferentes situações, e no manejo adequado das modalidades falada e escrita. Ao propor uma interface entre a descrição funcional e o ensino,

[49]Disponível em: http://www.fnde.gov.br. Acesso em: 2 de abril de 2014.

este estudo respalda-se na preocupação atual do ensino em se considerar a língua em uso em diversas situações interacionais.

O propósito do ensino de gramática deve visar à educação linguística, definida por Travaglia (2011, p. 25) como o estudo dos recursos linguísticos a partir dos sentidos veiculados no texto. Por meio de uma educação linguística, é possível desenvolver a competência comunicativa dos alunos, que é o objetivo principal das aulas de língua materna. Desenvolver a competência comunicativa significa permitir ao aluno usar os recursos linguísticos de modo apropriado a cada situação de interação, de acordo com os objetivos que pretende atingir (TRAVAGLIA, 2009, 2011). O que se propõe aqui é o trabalho com a descrição e a reflexão sobre os fatos linguísticos, para que o aluno desenvolva sua criatividade no uso adequado e eficaz de seu instrumento de interação social, que é a sua língua materna. Dessa perspectiva, deve-se tratar a gramática no contexto de interação, no texto, com base nos pressupostos do Falante sobre as informações pragmáticas do Ouvinte. Essa posição está de acordo com os PCN (BRASIL, 1998), que propõem que o trabalho com a gramática seja ampliado por meio de uma atividade reflexiva, utilizando uma terminologia simples que permita chegar a resultados diferentes dos obtidos pela gramática tradicional.

Partindo dessas orientações teóricas, pretende-se: na seção 6.1, rever o modo como a oração relativa é definida pelos LD a partir dos resultados da descrição; na seção 6.2, propor um percurso para o ensino de oração relativa, que se espelhe no modelo gramatical da GDF; na seção 6.3, relacionar o ensino de gramática ao do texto; e, por fim, na seção 6.4, apresentar algumas propostas para o ensino das relativas não-padrão.

6.1 Redefinindo o conceito de oração relativa e de seus subtipos

Os LD ainda estão apegados a uma tradição de ensino de gramática que se baseia essencialmente na conceitualização da gramática tradicional (PEZATTI, CÂMARA, 2014; CÂMARA, ABREU-TARDELLI, 2014). Devido a esse fato, incorrem, muitas vezes, nos mesmos erros teóricos presentes nela (cf. seção 2.1). No caso da oração relativa, este estudo aponta para os seguintes equívocos encontrados nos LD: a distinção entre restritiva e apositiva a partir de critérios exclusivamente semânticos; a possibilidade de distinção entre os dois tipos de relativas a partir do critério omissão; e a definição da oração relativa como subordinada à oração principal. Ademais, há uma propriedade das orações relativas que não está bem explicada nos LD e nas gramáticas tradicionais: por que a relativa apositiva deve vir destacada, na escrita, por vírgulas.

Os livros didáticos distinguem a relativa restritiva da apositiva predominantemente a partir de critérios semânticos. Enquanto a oração relativa restritiva restringe, delimita, especifica o sentido de um termo, a relativa apositiva explica um termo antecedente, apresentando-lhe informação adicional. Normalmente, propõem-se atividades, como as exemplificadas em (1) e (2) do livro *Tecendo linguagens* (OLIVEIRA et al., 2012, p. 199), para que os alunos consigam distinguir os subtipos de relativas a partir dos diferentes sentidos veiculados por elas.[50]

(1) Transforme os períodos simples abaixo em períodos compostos por subordinação, substituindo as expressões destacadas por orações subordinadas adjetivas.

(a) Os jovens *trabalhadores* têm menos chances de ingressar em universidades públicas.
Resposta: Os jovens que trabalham têm menos chances de ingressar em universidades públicas.

(b) Muitos profissionais, *frustrados*, optam por realizar outros tipos de trabalhos.
Resposta: Muitos profissionais, que se sentem frustrados, optam por realizar outros tipos de trabalho.

(2) Observe as diferenças entre as orações adjetivas que você formulou na questão anterior.

(a) Qual é o sentido da oração do item (b): ela dá uma explicação, amplia as informações sobre o termo antecedente ou restringe o seu significado? Justifique.
Resposta: Amplia as informações, pois acrescenta uma informação (os profissionais se sentem frustrados).

(b) O que podemos concluir em relação à oração do item (a): ela amplia ou delimita, restringe o sentido do substantivo a que se refere? Justifique.
Resposta: Delimita. A frase fala da dificuldade de ingresso em universidades públicas apenas para os jovens que trabalham, e não para as pessoas em geral. Porque a qualificação dada ao substantivo pela oração é fundamental para a construção do sentido da frase. Nesse caso, como diz a regra, não se separam por sinais de pontuação elementos fundamentais da oração que não estejam deslocados de sua posição gramatical (sujeito + verbo + complemento + expressões adverbiais).

As atividades (1) e (2) têm como objetivo levar o aluno a compreender que, enquanto a restritiva *que são trabalhadores* restringe, particulariza, especifica o núcleo *jovens*, a apositiva *que são frustrados* explica o núcleo *profissionais*.

Conforme descrito no quinto capítulo, as orações relativas apositiva e restritiva são formuladas diferentemente de acordo com o objetivo comunicativo do Falante. Enquanto a apositiva, que representa uma estratégia do Falante para levar o Ouvinte a aceitar seus propósitos comunicativos, é formulada como um Ato de fala que fornece uma informação de fundo a respeito de um referente, a relativa restritiva permite ao ouvinte formular uma imagem semanticamente adequada do referente, identificando-o dentro de um conjunto

[50]Junto com as atividades estão transcritas as respostas sugeridas pelo Manual do Professor.

infinito de referentes possíveis. Mostrar essa distinção, sem necessariamente usar essa terminologia, é o que primeiramente deveriam fazer os LD, ou seja, mostrar que o propósito comunicativo do Falante é que determina o tipo de oração relativa.

Entender a formulação semântica da relativa restritiva e a formulação pragmática da relativa apositiva também lança luz à suposta possibilidade de omissão da relativa, como um critério distintivo entre os dois tipos. Os LD, seguindo o pressuposto de que a relativa apositiva pode ser dispensada sem prejudicar o sentido e a gramaticalidade da sentença, levam o aluno a diferenciar as relativas restritivas e apositivas a partir desse critério. O livro *Tecendo Linguagens* (OLIVEIRA *et al*., 2012, p. 199), por exemplo, pede que os alunos julguem se a omissão da restritiva compromete o sentido da sentença, sem relacionar isso a nada. O livro *Português nos dias de hoje* (FARACO; MOURA, 2012, p. 76-77) mostra que a restritiva é indispensável para a construção do referente pelo leitor, mas fornece um exemplo descontextualizado. Já o livro *Jornadas.port* (DELMANTO; MATOS; CARVALHO, 2012, p. 184) fornece exemplos em que não se percebe qualquer diferença derivada da omissão das relativas, como se pode verificar em (3):

(3) Eu havia me formado médico havia pouco tempo. Meu consultório tinha poucos pacientes e, na verdade, eu não estava gostando muito da minha rotina. Trabalhava pouco e o dinheiro *que ganhava* quase não dava para sustentar minha esposa Mary e meus filhos. Certo dia, um amigo, *que era comandante de um navio*, foi me visitar. (Jonathan Swift. Viagens de Gulliver. São Paulo: Rideel, 2004)

Ao omiti-las, ambas as sentenças continuam gramaticais e ambas aparentemente não comprometem a compreensão do texto:

(3') 'Trabalhava pouco e o dinheiro quase não dava para sustentar minha esposa Mary e meus filhos. Certo dia, um amigo foi me visitar'.

Ninguém irá questionar que o dinheiro, nessa sentença, é aquele que ele ganhava com seu trabalho, daí o fato de a informação veiculada pela relativa restritiva *que ganhava* ser redundante e poder ser omitida, pois foi referida imediatamente antes no texto. Quanto à relativa apositiva *que era comandante de um navio*, não é possível julgar sua importância para a compreensão do texto por falta de contexto. Percebe-se, pois, que ambas as sentenças, apesar da omissão da oração relativa, continuam sendo estruturalmente completas.

O livro didático *Universos* (RAMOS; TAKEUCHI, 2012, p. 261) também parte da reflexão sobre o uso da oração relativa no texto para levar o aluno a compreender a diferença de sentido entre restritiva e apositiva, usando o mesmo critério de omissão da oração relativa,

mas apresenta os enunciados num texto autêntico, o que possibilita compreender-se não só os efeitos de sentido da oração relativa na produção do texto, mas também as intenções comunicativas do escritor. Considere-se o texto a seguir.

(4) Carlinhos Brown recebe no palco do Museu du Ritmo, neste domingo, os ingleses do Stomp Experience & Projeto Quabales. Assim como nosso Cacique, os ingleses criam músicas com instrumentos não convencionais como vassouras, toneis, latas e o próprio corpo. No mesmo dia, divide também o palco com o artista baiano um dos grandes líderes da Velha Guarda, Jerry Adriani. O cantor, que completa este ano 47 anos de carreira, traz para o evento multilinguagem baladas românticas como "Doce, Doce Amor".
E a noite segue no Sarau com o Rock in Roll dos Paralamas do Sucesso. Na apresentação, clássicos se misturam a faixas do recente "Brasil Afora" (2009), álbum que originou a última turnê. Quem também participa do evento é a cantora baiana Márcia Castro. Para os conterrâneos, ela apresenta o mais recente trabalho, a nova versão da música "Preta, Pretinha", de Moraes Moreira. (extraído de RAMOS; TAKEUCHI, 2012, p. 261)

Em *álbum que originou a última turnê* realmente não é possível omitir *que originou a última turnê*, pois é justamente a relativa restritiva que especifica o núcleo *álbum*; sem essa informação, o Ouvinte não constrói uma imagem mental do referente. A agramaticalidade de **Na apresentação, clássicos se misturam a faixas do recente 'Brasil Afora' (2009), álbum*, advinda da omissão da relativa, explica-se pelo fato de a palavra *álbum* não ser, nesse contexto, suficiente para constituir um enunciado independente, e não pelo estatuto da relativa restritiva, que, por ser modificador, não é um constituinte obrigatório.

Por sua vez, a relativa apositiva, em *O cantor, **que completa este ano 47 anos de carreira**, traz para o evento multilinguagem baladas românticas como 'Doce Doce Amor'*, pode ser omitida sem prejudicar a gramaticalidade da sentença, já que é também um modificador. Fica prejudicado, porém, o poder argumentativo do texto, já que a relativa apositiva *que completa este ano 47 anos de carreira* traz uma informação de fundo que o escritor julga necessário acrescentar à informação pragmática do leitor, visando a atingir determinados objetivos comunicativos. No exemplo, o objetivo do escritor é construir uma imagem, para o referente *cantor*, de pessoa experiente no campo musical, conferindo-lhe o poder de fazer um excelente show. Essa imagem do referente é veiculada pelo uso do sintagma *um dos grandes líderes da velha guarda*, citado anteriormente no texto para se referir ao cantor Jerry Adriani. Portanto, apesar de as relativas não serem constituintes obrigatórios da oração, sua omissão traz prejuízo para a interação, na medida em que deixa de expressar a real intenção comunicativa do Falante, ou de acrescentar uma informação adicional sobre o referente (apositiva) ou de identificar adequadamente um referente (restritiva).

Outro aspecto que normalmente se observa, na definição da oração relativa nos LD, é relacionar a oração relativa a um adjetivo. Isso pode ser feito para se mostrar que ambos são modificadores, ou seja, são constituintes opcionais e, justamente por isso, podem ser extraídos da sentença sem afetar a sua gramaticalidade, diferentemente do que ocorre com os constituintes argumentais. Devido a essa equivalência, os LD propõem constantemente atividades de substituição de oração relativa por adjetivo. Essas atividades devem, no entanto, mostrar que a equivalência entre adjetivo e oração relativa diz respeito apenas à função modificadora que desempenham, e não a uma suposta equivalência de sentido, do tipo *O homem* ***que trabalha*** *progride/ O homem* ***trabalhador*** *progride* (FIGUEIREDO *et al.*, 2012, p. 234), como frequentemente se leva a pensar. Além disso, deve-se observar que nem sempre é possível encontrar um adjetivo com o mesmo sentido da oração relativa. Qual adjetivo, por exemplo, seria equivalente à oração relativa na sentença *a Páscoa é uma festa móvel* ***que costuma cair em março ou no começo de abril*** (FIGUEIREDO *et al.* 2012, p. 234)? A estratégia de comparar a oração relativa ao adjetivo deve levar o aluno a entender os diferentes efeitos de sentido derivados do uso de um ou outro recurso de modificação. Enquanto o adjetivo *trabalhador* tem como foco uma qualidade do indivíduo (ser trabalhador), a oração relativa tem como foco um Estado-de-Coisas e, por isso, pode acrescentar mais informações sobre o referente do que o adjetivo, conforme se observa em (5), em que se acrescentam duas circunstâncias de modo (*duro* e *com seriedade*) ao sentido do verbo.

(5) ‘O homem *que trabalha* ***duro*** *e* ***com seriedade*** progride’.

Mais um aspecto importante, ao tratar a oração relativa, é mostrar que morfossintaticamente as duas orações relativas são idênticas, ou seja, um sintagma nominal recruta uma oração, formando um composto mais complexo. Apesar de os LD enfatizarem o fato de o pronome relativo referir-se a um antecedente expresso anteriormente, afirmam, em alguns momentos, que a oração relativa é dependente sintaticamente da oração principal (FARACO; MOURA, 2012, p. 94; HORTA; MENNA; PROENÇA, 2012, p. 94; DISCINI, TEIXEIRA[51], 2012, p. 320). Essa é uma concepção equivocada de subordinação das relativas. Como se sabe, a oração relativa constitui um modificador de um sintagma nominal, ou seja,

[51]Está implícito no título da seção referente ao estudo da oração subordinada adjetiva (*Mecanismos de subordinação entre orações*) que as autoras consideram que a oração relativa se subordina à oração principal.

subordina-se a um sintagma, e não a uma oração. Essa propriedade permite construções como as da sentença *Na apresentação, clássicos se misturam a faixas do recente 'Brasil Afora' (2009),* ***álbum que originou a última turnê***, citada anteriormente, em que o sintagma *álbum que originou a última turnê* constitui um Ato Discursivo, com ilocução própria, constituído unicamente de um sintagma nominal modificado por uma oração relativa, ou seja, o núcleo nominal não pertence a nenhuma oração.

O último critério a ser tratado nesta seção é o do uso das vírgulas para distinguir a relativa apositiva, o que é uma forte intuição das gramáticas tradicionais e dos LD sobre os aspectos prosódicos que determinam essa pontuação na escrita. Os LD, baseados na gramática normativa, prescrevem o uso de vírgulas para destacar a relativa apositiva da oração principal. Normalmente, tendo principalmente objetivos prescritivos, os LD limitam-se a pedir para o aluno colocar vírgulas na relativa apositiva, identificar a diferença de pontuação entre as duas e usar essa diferença para classificar as orações relativas.

Considerando-se os resultados da descrição, o que se propõe aqui é mostrar ao aluno que o uso da vírgula se relaciona com os diferentes processos de formulação da oração relativa. Se a intenção é levar o Ouvinte a aceitar seus propósitos comunicativos na interação, fornecendo uma informação de fundo a respeito do referente em pauta, a oração é construída com um contorno entoacional próprio, que é marcado na escrita pelas vírgulas. Se, por outro lado, a intenção do Falante é levar o Ouvinte a formular uma imagem semanticamente adequada do referente, identificando-o dentro de um conjunto infinito de referentes possíveis, a oração é construída sem um contorno entoacional próprio, mas em conjunto com o contorno do sintagma nominal a que pertence a oração relativa. Essa propriedade implica o não uso de vírgula na escrita. Dessa forma, não é a presença da vírgula na escrita que determina a relativa apositiva; pelo contrário, o uso da vírgula é consequência de uma formulação pragmática, que se reflete na prosódia; e a ausência da vírgula na restritiva é indício de uma formulação puramente semântica.

Isso comprova o papel fundamental que a prosódia desempenha na distinção de ambos os tipos de relativas, já que a diferença de formulação das duas se reflete em diferentes formas de codificação fonológica. O aluno deve perceber esse percurso que vai da formulação para a codificação, para não incorrer no risco de pensar que é a presença/ausência de vírgulas que define as orações relativas. A diferença prosódica entre as duas relativas, conforme já salientado, deve-se ao contorno entoacional próprio e à mudança de tessitura da apositiva. Como se vê, a prosódia, característica da modalidade falada, tem um importante papel na gramática do português, portanto também deveria ser tratada nos LD. O aluno deve perceber

que é essa diferença de codificação fonológica que determina o uso de vírgulas na oração relativa apositiva. Isso vai ao encontro da proposta de Cunha, Bispo e Silva (2014), que acentuam a importância de se considerar não só a produção escrita, mas também a oral, o que "aproxima a realidade linguística do aluno ao conteúdo sistematizado de que se ocupa a escola" (CUNHA; BISPO; SILVA, 2014, p. 85). Essa é também uma oportunidade para mostrar a importância da língua falada e fazer o aluno perceber que a língua falada, tanto ontogenética quanto filogeneticamente, precede a escrita (PEZATTI; CÂMARA, 2014).

6.2 As propostas de ensino da oração relativa nos LD

Travaglia (2009, 2011) e Neves (2011a) defendem que o estudo da gramática deve se dar de forma contextualizada, ou seja, os recursos linguísticos devem ser estudados no texto, por meio da reflexão sobre os efeitos de sentido promovidos por eles. Assim, o aluno será capaz de mobilizar os recursos linguísticos adequados para atingir os objetivos que tem em mente e alcançar os sentidos pretendidos. Isso está de acordo com a proposta dos PCN (BRASIL, 1998) de um movimento metodológico AÇÃO → REFLEXÃO → AÇÃO, em que a reflexão linguística serve para ampliar a competência leitora e escritora dos alunos.

No entanto, não é esse método que se verifica nos LD. Conforme Câmara e Abreu-Tardelli (2014) e Pezatti e Câmara (2014), os LD assumem uma postura transmissiva no ensino da oração relativa, que consiste primeiramente em se apresentar a teoria e posteriormente em se propor atividades de identificação e classificação das unidades linguísticas. Há uma "tentativa" de se fazer uma reflexão sobre o conteúdo gramatical, mas não se pode caracterizar como indutivo o percurso seguido pelos LD, uma vez que a reflexão inicial que promovem consiste apenas em algumas perguntas sobre a estrutura morfossintática da sentença. Essas perguntas exigem que o aluno mobilize conhecimentos gramaticais já apresentados em outros momentos, tais como o conceito de oração, de adjetivo, de adjunto adnominal etc. A mobilização de tais conceitos é utilizada para fazer o aluno pensar sobre a estrutura morfossintática da oração relativa, normalmente sem se fazer reflexão sobre a função da oração relativa na produção dos sentidos do texto.

Na atividade do livro *Singular & Plural* (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012, p. 233) transcrita a seguir, a oração relativa é apresentada por meio de uma suposta equivalência entre a oração relativa e o adjetivo.

(6) Leia a tirinha a seguir.

Releia este trecho da tira:

Vou lhe dar algo que os gatos adoram, Garfield.

(a) Quantas orações temos nessa frase?
Resposta: Temos duas orações.

(b) Essa frase é constituída por um período composto por subordinação. Indique qual é a oração principal e qual é a oração subordinada?
Resposta: oração principal "Vou lhe dar algo". Oração subordinada "que os gatos adoram, Garfield".

(c) Que conectivo introduz a oração subordinada?
Resposta: O pronome relativo "que".

(d) Reescreva a frase, substituindo a informação presente na oração subordinada por um adjetivo.
Resposta pessoal. Sugestões: Vou lhe dar algo gostoso; vou lhe dar algo saboroso; vou lhe dar algo surpreendente; vou lhe dar algo legal; vou lhe dar algo divertido, etc.

A questão (6d) pede ao aluno que substitua a oração relativa por um adjetivo, mas não propõe uma reflexão sobre a relação que se estabelece entre eles. Essa relação é declarada a seguir no LD: a oração relativa equivale semanticamente a um adjetivo por ter a função de especificar, caracterizar o substantivo. A mobilização de conhecimentos prévios refere-se essencialmente a aspectos morfossintáticos, como em (6a)-(6c). O modo de apresentação da oração relativa nos LD não consiste, portanto, em um percurso indutivo, uma vez que comumente não há reflexão sobre o seu funcionamento no texto.

Após essa breve reflexão, os LD iniciam a apresentação e exemplificação do conceito, normalmente em seções específicas ou em boxes destacados por cores diferentes. As orações relativas são definidas nos LD como (i) subordinadas, porque dependem sintaticamente da oração principal; (ii) adjetivas, porque exercem função de um adjetivo; (iii) com a função de caracterizar, descrever, especificar, esclarecer, detalhar, determinar o antecedente; e (iv) sendo introduzidas por pronome relativo.

Apresentado o conceito, inclui-se uma série de atividades, que consistem, em sua maioria, na exercitação de nomenclatura e na identificação e classificação da oração relativa e

de seus subtipos. Todos os livros didáticos propõem (i) atividades de identificação e classificação das orações (principal ou subordinada; relativa restritiva ou relativa apositiva) e (ii) atividades de identificação e classificação morfossintática do item que une as orações (o pronome relativo). O exemplo em (6b-c), reproduzido anteriormente, ilustra atividades de identificação, enquanto (7) exemplifica atividade de classificação (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012, p. 238):

(7) As orações subordinadas adjetivas estão destacadas nas frases a seguir. Classifique-as em adjetiva restritiva ou adjetiva explicativa.

(a) Cores têm vibrações energéticas *que produzem mudanças químicas no organismo*. (Disponível em: http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/. Acesso em: 26 dez. 2011)
Resposta: Adjetiva restritiva.

(b) Faça um lanche leve meia hora antes do treino para ter energia. Uma boa opção é um sanduíche de atum ou peito de peru no pão integral, *que é pouco calórico e fonte de proteína e carboidrato.* (Disponível em: http://corpoacorpo.uol.com.br/nutricao-saude/193/artigo4667-1.asp Acesso em: 26 dez. 2011)
Resposta: Adjetiva explicativa.

No que tange ao tratamento dado aos pronomes relativos, os LD normalmente se limitam a definir essa classe gramatical e a elencar os vários pronomes e suas particularidades. O estudo do pronome relativo pode ocorrer antes ou junto com o da oração relativa. A definição de pronome relativo nos LD reflete a posição tradicional de conferir-lhe um duplo papel: ao mesmo tempo em que substitui um termo da oração anterior, também estabelece uma ligação entre duas orações. Os pronomes relativos elencados nos LD são: *que, o qual, onde, cujo, quem, quando, quanto* e *como* e suas particularidades dizem respeito à possibilidade de admitir preposição, à categoria animado ou inanimado do referente e à obrigatoriedade de concordância com o antecedente.

A proposta de ensino dos pronomes relativos nos LD assemelha-se ao da oração relativa, ou seja, partem de uma breve reflexão para posterior sistematização. A reflexão inicial sobre o pronome relativo também se restringe basicamente a aspectos morfossintáticos, como a identificação das orações principal e subordinada. Os LD normalmente propõem que se identifique o antecedente sem levar o aluno a refletir sobre o papel coesivo dos pronomes relativos, ou seja, as atividades propostas não levam o aluno à formulação do conceito a partir da reflexão sobre o uso das estruturas linguísticas.

Nas atividades referentes ao pronome relativo, pede-se comumente ao aluno que una dois períodos simples em um período composto ou que transforme um período composto por oração relativa em dois outros períodos simples, sem realizar a reflexão sobre a diferença

entre as duas estratégias, como ilustrado na atividade em (8) do livro *Português nos dias de hoje* (FARACO; MOURA, 2012, p. 72).

(8) Agora reescreva os pares de orações a seguir, ligando cada par com o pronome relativo que achar mais adequado:
(a) Ela nos apresentará um amigo. Ela sempre falou dele.
Resposta: Ela nos apresentará um amigo de que /de quem/ do qual sempre falou.
(b) Enviei-lhe uma carta. Essa carta continha informações importantes.
Resposta: Enviei-lhe uma carta que continha informações importantes.
(c) É uma associação de defesa do meio ambiente. A ação dessa associação é exemplar.
Resposta: É uma associação de defesa do meio ambiente cuja ação é exemplar.

Os LD, portanto, enfatizam atividades metalinguísticas e o estudo da nomenclatura gramatical tradicional. As atividades metalinguísticas, em que se usa a língua para analisar, de modo consciente, a própria língua, contribuem para a construção de uma metalinguagem, definida como "um conjunto de elementos próprios e apropriados para se falar sobre a língua" (TRAVAGLIA, 2009, p. 34-5). A importância das atividades metalinguísticas reside, segundo Travaglia (2009), em se criar um saber sobre a língua. Já a relevância do estudo de nomenclatura está em permitir ao aluno dialogar com a gramática normativa. Adotamos a posição de Travaglia (2011, p. 73-5) para quem as atividades que visam ao desenvolvimento de conhecimento teórico (descritivo e explicativo) sobre a língua e que não necessariamente contribuem para o desenvolvimento de habilidades de uso da língua devem ter um espaço muito menor na sala de aula do que as atividades de reflexão sobre a língua. A postura assumida aqui se respalda também no postulado dos PCN (BRASIL, 1998) de se tratar as atividades metalinguísticas apenas como instrumento de apoio nas atividades de reflexão sobre a língua. É nesse sentido que se propõe aqui uma nova postura frente aos fatos linguísticos. Os LD apresentam um percurso para estudo da oração relativa que parte da forma em direção ao sentido das orações, isto é, primeiramente abordam-se os aspectos morfossintáticos, e, a seguir, apresentam-se os sentidos veiculados pelas orações subordinadas. No entanto, como demonstrado no capítulo 5, são as intenções comunicativas do falante que determinam quais estruturas linguísticas serão escolhidas, ou seja, a opção por uma relativa restritiva ou uma relativa apositiva depende dos propósitos que o falante tem em mente e irá refletir prosodicamente na pronúncia das orações relativas. Somente com uma reflexão, em que se inverta o olhar sobre os aspectos linguísticos, o aluno será capaz de mobilizar adequadamente os recursos linguísticos necessários para uma comunicação eficaz.

6.3 As propostas de integração texto e gramática nos LD

Salvo as coleções *Português nos dias de hoje* e *Projeto Télaris*, que dividem os capítulos no percurso leitura – reflexão sobre a língua – produção escrita, as outras apresentam uma organização da obra em que as unidades seguem, aproximadamente, um mesmo padrão de divisão das seções, que vai da leitura para a produção de texto e, por último, para a reflexão sobre a língua. Tal percurso, ao mesmo tempo em que demonstra a subordinação dos aspectos gramaticais aos textuais, também significa uma divisão do trabalho com o português na tríade leitura – produção – gramática. O livro *Singular & Plural* (FIGUEIREDO; BALTHASAR; GOULART, 2012) propõe inclusive a divisão do conteúdo em cadernos autônomos: *Caderno de leitura e produção, Caderno de práticas de literatura* e *Caderno de estudos de língua e linguagem*, de modo similar à divisão realizada normalmente no Ensino Médio. A dicotomia leitura/escrita e gramática que se cria por meio dessa divisão leva a uma separação entre as atividades de ensino de leitura/escrita e as de gramática, que de fato não existe, mas que passa a existir "por força da verbalização" dessa divisão (TRAVAGLIA, 2011, p. 40), o que prejudica o estudo dos recursos linguísticos em seu funcionamento no texto. Aderimos à posição de Travaglia (2011) de que é perniciosa para o ensino a crença de que texto e gramática são coisas separadas.

De modo geral, pode-se afirmar que alguns LD se preocupam em trabalhar o conteúdo gramatical em sentenças extraídas de textos autênticos. Mesmo assim, em alguns momentos, opta-se por fornecer aos alunos exemplos inventados e descontextualizados, principalmente nos momentos de conceitualização da oração relativa, o que reforça uma concepção de ensino de gramática que se tornou "emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia" (BRASIL, 1998, p. 28).

Alguns gêneros textuais são especialmente escolhidos nos LD nas seções de gramática, tais como histórias em quadrinhos, poemas, anúncios, reportagens. Além desses gêneros mais frequentes, são também usadas sentenças extraídas da internet. Também é muito comum estudar a oração relativa a partir de sentenças retiradas dos textos analisados na seção destinada à leitura e à escrita. Destacamos aqui dois pontos. Em primeiro lugar, mesmo que a oração tomada como foco para a análise gramatical esteja situada em um texto real, independentemente de o texto estar ou não reproduzido na obra, normalmente há pouca reflexão sobre o uso da oração relativa e a produção dos sentidos dentro do texto. Isso quer

dizer que, quando se extraem as sentenças de um texto, sem se realizar a volta ao texto durante a reflexão linguística, continua-se a ensinar gramática descontextualizada. Outro ponto a destacar é que há, nas seções de gramática, várias atividades de interpretação e compreensão de texto que quase nunca se relacionam ao uso da oração relativa. Tais atividades apresentam questões de entendimento do texto, como ilustrado pela primeira atividade do livro *Português linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 56).

(9) Leia este anúncio da Fundação S. O. S. Mata Atlântica

(26º Anuário do Clube de Criação de São Paulo, p. 91.)

Na parte superior do anúncio, lemos o enunciado "Eu vi os troncos que você serrou".

(a) Qual é a relação desse enunciado com a imagem?
Resposta: A imagem central do anúncio assemelha-se a um par de olhos. É como se os olhos de um tronco estivessem fazendo essa afirmação.

(b) Esse enunciado estabelece uma relação intertextual com o nome de um filme, no qual são cometidos alguns crimes. Qual é esse filme?
Resposta: Eu sei o que vocês fizeram no verão passado, *de Jim Gillepsie.*

(c) No caso do anúncio, qual é o crime cometido?
Resposta: O corte ilegal de árvores.

(d) Levante hipóteses: quem pode ser o criminoso?
Resposta: Podem ser madeireiros ou quaisquer outras pessoas que desrespeitam as normas de preservação ambiental.

(e) Conclua: Qual é a finalidade do anúncio?
Resposta: Conscientizar as pessoas da importância do meio ambiente e convidá-las a ficar vigilantes em relação aos crimes ambientais.

(10) No mesmo enunciado, há duas orações. Observe:

Eu vi os troncos / que você serrou.
1ª oração 2ª oração

(a) A oração "que você serrou" modifica uma palavra da 1ª oração. Qual é essa palavra?
Resposta: A palavra troncos.

(b) Que palavra poderia substituir a oração "que você serrou"? Qual é a classe gramatical dessa palavra?
Resposta: A palavra serrados, *que é adjetivo.*

(c) Logo, a oração “que você serrou” cumpre o papel de um substantivo, de um adjetivo ou de um advérbio?
Resposta: De um adjetivo.

Enquanto as atividades em (9a-e) referem-se a questões de interpretação do anúncio: relação imagem/texto, intertextualidade, finalidade do anúncio etc., as atividades em (10a-c) dizem respeito a questões gramaticais (identificação do núcleo e classificação da oração relativa). Não há, portanto, uma ligação entre as atividades de construção dos sentidos no texto e o uso da oração relativa.

As atividades que mobilizam os recursos linguísticos visando à compreensão do funcionamento da oração relativa no texto são exemplificadas pela atividade a seguir do livro *Português linguagens* (MAGALHÃES; CEREJA, 2012, p. 61-62):

(11) Considerando-se que a finalidade de uma tira é criar humor, qual é a importância das orações adjetivas na construção desse texto?

Resposta: As orações adjetivas são responsáveis pela relação de generalização (o todo) e restrição (a parte), em torno da qual o humor da tira foi construído.

Nessa atividade, o aluno é levado a pensar sobre a diferença de usos entre os dois tipos de relativas, percebendo que o humor está justamente no fato de a relativa restritiva (*que você namorou*) ter a função de especificar, dentre o conjunto de meninos do bairro, apenas aqueles que a personagem namorou. Entretanto, a mãe se surpreende ao ver a grande quantidade de meninos do bairro em frente à sua casa. O humor encontra-se justamente na ironia presente na fala da mãe ao usar a partícula *só* no segundo quadrinho, o que reforça a função da oração relativa restritiva que havia sido formulada inicialmente, demonstrando o contraste existente entre as expectativas da mãe e a cena com que se depara.

Como se sabe, a oração relativa é sempre encabeçada por um pronome relativo que retoma o sintagma nominal. Esse papel coesivo anafórico é reconhecido nos LD em atividades em que se solicita ao aluno identificar o núcleo a que o pronome se refere ou unir períodos simples em compostos, evitando repetição. Deve-se levar o aluno a perceber que o pronome relativo é um mecanismo coesivo, que serve para retomar uma informação

imediatamente anterior, e que, no processo de construção textual, as entidades já inseridas ficam à disposição para serem retomadas a qualquer momento. Além disso, deve-se mostrar que essa estratégia de retomada não é restrita ao pronome relativo, ocorrendo também no uso de pronomes pessoais, nominalizações etc., como se pode verificar na notícia reproduzida novamente em (4').

(4') Carlinhos Brown recebe no palco do Museu du Ritmo, neste domingo, os ingleses do Stomp Experience & Projeto Quabales. Assim como nosso Cacique, os ingleses criam músicas com instrumentos não convencionais como vassouras, toneis, latas e o próprio corpo. No mesmo dia, divide também o palco com o artista baiano um dos grandes líderes da Velha Guarda, Jerry Adriani. O cantor, que completa este ano 47 anos de carreira, traz para o evento multilinguagem baladas românticas como "Doce, Doce Amor".
E a noite segue no Sarau com o Rock in Roll dos Paralamas do Sucesso. Na apresentação, clássicos se misturam a faixas do recente "Brasil Afora" (2009), álbum que originou a última turnê. Quem também participa do evento é a cantora baiana Márcia Castro. Para os conterrâneos, ela apresenta o mais recente trabalho, a nova versão da música "Preta, Pretinha", de Moraes Moreira.

Na notícia, há diversos exemplos dessas estratégias, usadas para fazer referência aos *shows* que serão apresentados no Museu du Ritmo:

(1) Carlinhos Brown/ nosso cacique/ o artista baiano

(2) Os ingleses do Stomp Experience & Projeto Quabales/ os ingleses

(3) O cantor/ um dos grandes líderes da Velha Guarda/ Jerry Adriani/ que

(4) A cantora baiana Márcia Castro/ ela

Deve-se mostrar ao aluno que essas estratégias correspondem a objetivos comunicativos diferentes: enquanto sintagmas nominais, como *nosso cacique* e *grande líder da Velha Guarda*, trazem uma avaliação subjetiva do escritor, o pronome pessoal e o relativo constituem apenas um elo coesivo, nada acrescentando informacionalmente ao referente. Só é possível relacionar o funcionamento dos pronomes relativos com o de outros mecanismos coesivos, considerando o contexto em que está inserida a oração relativa.

Esse caráter anafórico do pronome relativo está relacionado a outro aspecto que deve ser considerado no estudo da oração relativa. O pronome relativo, como elemento anafórico que é, codifica uma informação discursiva já presente no componente contextual, compartilhada, portanto, pelos falantes no momento da interação, isto é, ele fornece um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada, assinalando como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no Componente Contextual. Em outras palavras, o pronome relativo é formulado como um Subato com função pragmática Tópico, pois relaciona o Conteúdo Comunicado a informações

existentes no Componente Contextual. Dessa forma, o pronome relativo será sempre Tópico na oração relativa, o que o leva para a posição inicial da oração (P^I), que marca a função Tópico em português (PEZATTI, 2014). É o que se observa na oração relativa *que completa este ano 47 anos de carreira*, constante no enunciado *O cantor, **que completa este ano 47 anos de carreira**, traz para o evento multilinguagem baladas românticas como 'Doce Doce Amor'*, da notícia reproduzida em (4). O pronome *que* retoma o sintagma núcleo *o cantor*, que, por sua vez, refere-se a *um dos grandes líderes da Velha Guarda*, expresso no enunciado anterior (*No mesmo dia, divide também o palco com o artista baiano **um dos grandes líderes da Velha Guarda***).

Outra atividade abordada pelos LD, que se relaciona com a coesão textual, é a substituição de pronomes relativos por substantivos. Na atividade a seguir do livro *Viver juntos* (MARCHETTI et al., 2012, p. 86), pede-se aos alunos que reflitam sobre um texto reformulado em que os pronomes são substituídos pelos substantivos a que se referem e os alunos são levados a perceber que o pronome evita a repetição de palavras.

(12) Examine alguns períodos do texto acima e a reformulação que sofreram.

Trecho original	Trecho reformulado
"A partir daí, a expressão 'Big Brother' passou a designar esse tipo de poder que tenta controlar os sentimentos e a consciência de cada um [...]."	A partir daí, a expressão 'Big Brother' passou a designar um *tipo de poder*. *Esse tipo de poder* tenta controlar os sentimentos e a consciência de cada um.
"O romance *1984* [...] descreve uma sociedade em que não existe mais liberdade nem privacidade."	O romance *1984* [...] descreve uma *sociedade*. Nessa *sociedade* não existe mais liberdade nem privacidade.
"Todos os cidadãos são controlados pelo Partido, cujo líder é aclamado como o Grande Irmão."	Todos os cidadãos são controlados pelo *Partido*. O líder do *Partido* é aclamado como o Grande Irmão.

No trecho original, que palavras, respectivamente, evitam a repetição das expressões destacadas?
Resposta: As palavras que, que *e* cujo, *respectivamente, evitam a repetição das expressões* tipo de poder, sociedade *e* Partido.

O livro *Português Linguagens* (MAGALHÃES; CEREJA, 2012, p. 63), por seu turno, propõe ao aluno a reescrita de um texto com palavra(s) repetida(s), como em (13), usando pronomes relativos ou orações relativas para evitar essas repetições. Nesse caso, o aluno é levado a perceber para que servem os pronomes e como deve utilizá-los.

(13) Reescreva o texto seguinte, tornando-o claro, coeso e enxuto. Para isso, elimine as repetições, empregando orações adjetivas, pronomes e outros elementos que achar adequados.

Eu conheci um garoto e uma garota. Eles são irmãos. O garoto e a garota mudaram-se para minha classe. No começo, ninguém deu muita atenção para o garoto e a garota. O garoto e a garota são tímidos, magrelos e meio desajeitados. Hoje, na aula de computação, o garoto e a garota deram um show. Eles são feras no teclado! A turma ficou boquiaberta e eu fiquei caído pela garota. Ai, meu Deus! Tomara que eu seja correspondido!
Resposta pessoal. Sugestão: Conheci dois irmãos, um garoto e uma garota, tímidos, magrelos e meio desajeitados, que se mudaram recentemente para a nossa cidade e estão na minha classe. No começo, ninguém lhes deu atenção. Hoje, na aula de computação, eles (que entendem muito do assunto/que são feras) deram um show e deixaram a turma toda boquiaberta. E eu fiquei caído pela garota. Ai, meu Deus! Tomara que eu seja correspondido!

Essa atividade leva o aluno a refletir sobre o papel coesivo dos pronomes relativos, entretanto a artificialidade do texto dificulta identificá-lo com um determinado gênero textual. Ademais, o texto assemelha-se a uma escrita diarista ou ao discurso oral informal, em que a repetição é condizente com a própria modalidade, comprometendo a justificativa e o objetivo da atividade (CÂMARA, ABREU-TARDELLI, 2014). A proposta aqui é que se trabalhe com textos autênticos (se possível, de autoria do próprio aluno), fazendo-o refletir sobre a presença/ausência dos pronomes relativos e levando-o, consequentemente, a perceber que esse mecanismo coesivo permite organizar as ideias com mais concisão.

Apesar de os PCN (BRASIL, 1998) acentuarem a importância de se relacionar o uso dos recursos linguísticos às características do gênero textual, apenas o livro *Universos* (RAMOS; TAKEUKI, 2012, p. 157-158) propõe uma atividade em que se relaciona a relativa com o gênero textual, no caso o enciclopédico, como exemplificado a seguir.

(14) Releia os trechos a seguir.
I. "A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte nasceu nas senzalas, locais *que abrigavam escravos negros nos engenhos de cana-de-açúcar*, há cerca de 150 anos."
II. "Mistura de herança africana com toques da cultura portuguesa, a Congada representa a coroação dos reis congos, *que desfilam mascarados e trajados com fardas ornamentadas de ouro e diamantes, cercados do bailado dos guerreiros*."
(...)

(a) Qual é a função das orações destacadas em relação aos termos referidos? Copie a opção correta no caderno.
Opção 1 – Caracterizá-los, acrescentando juízos de valor ao que é dito.
Opção 2 – Caracterizá-los, transmitindo informações de forma mais objetiva. (CORRETA)

(b) Considere sua resposta à atividade (14a). Qual é a importância, num texto enciclopédico, da função identificada?
Resposta: A função do texto enciclopédico é expor informações sobre determinado tema, para que as pessoas fiquem informadas. No caso, o escritor do texto não objetiva uma tomada de posição do leitor. Por isso, as orações subordinadas adjetivas servem como caracterizadores, para transmitir a informação de forma mais direta e objetiva.

Essa atividade tenta promover, de forma inovadora, uma relação entre o sentido promovido pela relativa e o gênero enciclopédico, o que se deve ao fato de a relativa contribuir para a caracterização objetiva dos núcleos. Entretanto, também pode levar a uma equivalência equivocada entre a função da oração relativa e as características da enciclopédia. A função de caracterizar, transmitindo informações de forma mais objetiva, não é própria da oração relativa, mas do gênero textual. A pergunta (14b) poderia levar ao equívoco de se pensar que a relativa nunca acrescenta juízo de valor sobre o núcleo, o que não é verdade.

Quanto à relação entre escrita e gramática, as propostas dos LD são ainda menos frequentes. Apenas três LD solicitam que se produzam textos, usando orações relativas. O livro *A aventura da linguagem,* por exemplo, pede que se escreva um texto usando adjetivos e orações relativas, como na atividade a seguir (TRAVAGLIA; FERNANDES; ROCHA, 2012, p. 345):

(15) Construa um pequeno texto, empregando pelo menos dois adjetivos e duas orações para caracterizar seres aos quais substantivos e pronomes se referem.
Resposta pessoal.

Nas atividades que tentam levar o aluno a aplicar o conteúdo gramatical à escrita, normalmente não há uma proposta bem estruturada que leve o aluno a uma produção autêntica. As atividades de construção de texto em que não fica clara a situação de comunicação não parecem ser eficientes para o desenvolvimento da capacidade de escrita.

A produção de textos escritos e falados pelos alunos deve permitir ao professor verificar se o aluno é capaz de (i) utilizar a oração relativa para atingir os efeitos de sentido pretendidos; e (ii) usar adequadamente os pronomes relativos no estabelecimento da coesão textual. Em vista disso, propõe-se aqui que haja, nas atividades de produção textual, a mobilização dos elementos do contexto de produção *(*o papel social do autor naquela atividade de produção, o papel social de seu destinatário, o objetivo e efeito de sentido que quer causar no leitor, o momento da produção, o local da produção, o gênero mais apropriado para se atingir o objetivo pretendido, assim como o local de publicação). Sem tais informações, a atividade de escrita torna-se um mecanismo artificial e mecânico de ensino de língua (CÂMARA; ABREU-TARDELLI, 2014).

Enfim, os LD apresentam algumas iniciativas para se tentar trabalhar a oração relativa na produção dos sentidos no texto, entretanto esse tipo de atividade ainda não é uma constante nesses materiais. A proposta aqui é que a oração relativa seja estudada no texto, para que o

aluno compreenda os diferentes processos de formulação, o funcionamento coesivo do pronome relativo, etc., e que haja situações de produção textual autênticas para que o aluno possa mobilizar os recursos linguísticos para atingir determinados objetivos comunicativos. Compreender os recursos linguísticos deve ser subsidiário ao desenvolvimento das habilidades leitora e escritora.

6.4 As propostas de ensino das relativas não-padrão nos LD

Está prevista nos PCN (BRASIL, 1998) e é amplamente defendida pelos estudiosos (BAGNO, 2007; NEVES, 2011a; TRAVAGLIA, 2009, 2011) a necessidade de se trabalhar com a norma-padrão nas aulas de português. O estudo de gramática normativa, entretanto, não se deve confundir com o estudo de regras de bem falar e escrever, tal como prescritas pela gramática tradicional. Isso porque a ideia, subjacente à gramática tradicional, de uma língua única, próxima à modalidade escrita da linguagem, não encontra respaldo "na análise empírica de usos da língua" (BRASIL, 1998, p. 29). A concepção prescritivista da gramática tradicional leva ao equívoco de tratar outras variedades, que incluem aquelas trazidas pelos alunos, como "desvios, erros, deformações, degenerações da língua" (TRAVAGLIA, 2009, p. 24). A relativa cortadora, por exemplo, é vista como um erro dentro da concepção prescritivista, mas, por não ser analisada negativamente pelos falantes, também é usada em situações mais formais de interação. Por outro lado, a relativa copiadora, devido ao estigma social que sofre, é evitada em situações discursivas mais formais.

Segundo os PCN (BRASIL, 1998, p. 31), a noção de "erro" leva a vários "mitos", como o da existência de uma forma correta de falar, o da aproximação entre a fala "correta" e a escrita, o da necessidade de "consertar" a fala do aluno para que ele não fale errado, dentre outros. A ideia de certo e errado deve ser substituída, segundo Travaglia (2009), pela ideia de adequação ao grau de formalidade discursiva, o que significa monitorar estilisticamente o seu discurso, a depender de fatores, como grau de instrução, classe social, faixa etária etc.

Para Neves (2011a), deve-se modificar o percurso que se tem encontrado normalmente na escola: ao invés de ir do padrão para a língua, deve-se ir da língua/dos usos para o padrão, já que é a observação dos usos que permite a instituição de padrões. A autora enfatiza a necessidade de se realizar uma reflexão sobre os usos autênticos da língua, visando ao reconhecimento das diversas variedades linguísticas disponíveis ao falante do português.

Apesar de os PCN (BRASIL, 1998) e as novas propostas de ensino de gramática (BAGNO, 2007, 2011; NEVES, 2011a; TRAVAGLIA, 2009, 2011) apontarem para a

necessidade de se trabalhar a variação linguística, para fornecer aos alunos recursos que lhes permitam produzir textos mais monitorados e para combater o preconceito e a discriminação linguística, apenas três livros didáticos (*Jornadas.port*; *Vontade de Saber*; *Português nos dias de hoje*) trabalham com as estratégias de relativização não-padrão.

Em primeiro lugar, o tratamento dispensado à diversidade linguística nos LD restringe-se basicamente ao uso de preposição antes do pronome relativo. A questão de se colocar, antes do pronome relativo, a preposição que é exigida pelo verbo da oração relativa, é problemática para os alunos (cf. CORRÊA, 1998), o que se deve ao fato de, em contextos mais informais, usar-se majoritariamente a estratégia cortadora, sem a expressão da preposição. Kenedy (2007) propõe inclusive que a relativa padrão com preposição seja uma estratégia não natural em várias línguas, inclusive no português. Esses dados justificam a preocupação dos autores de LD com esse tema. Normalmente, pede-se que o aluno identifique, em exemplos inventados, as sentenças na linguagem informal e reescreva-as de acordo com a norma-padrão, como ilustrado pela atividade do livro *Jornadas.port* (DELMANTO; MATOS; CARVALHO, 2012, p. 174)

(16) Levando em conta o uso dos pronomes relativos e das preposições, responda: quais das frases a seguir apresentam linguagem informal?
(a) O filme que lhe falei estreia hoje.
(b) O muro que a paredes estavam pichadas foi demolido.
(c) As pessoas com que conversei foram muito gentis.
(d) A amiga que eu saí com ela estava gripada.
(e) A amiga a quem entreguei os documentos os enviará pelo correio.
Resposta: a, b e d.

(17) Se fosse preciso empregar as frases que você indicou na atividade anterior de acordo com a norma-padrão, como elas poderiam ser reescritas?
Resposta: O filme de que lhe falei estreia hoje. O muro cujas paredes estavam pichadas foi demolido. A amiga com que eu saí estava gripada.

As atividades em (16) e (17), por se basearem em sentenças descontextualizadas, levam ao equívoco de se pensar que há uma dicotomia entre informalidade/uso de cortadora e norma padrão/uso de relativa padrão, quando, na realidade, a relativa cortadora também aparece em situações formais de interação. Outro equívoco é que esse tipo de atividade pode levar à identificação da relativa cortadora com erro gramatical. Além disso, é "antinatural" e "acientífico" o uso do conceito de "correção" que visa ao estabelecimento de um padrão linguístico a ser idealizado nas aulas de português (NEVES, 2011a, p. 24). De fato, o uso da relativa cortadora (e da copiadora) não é um caso de desvio gramatical, e sim de variação, de um modo diferente de realizar a relativização, determinado por condições sociointeracionais,

discursivas e cognitivas (cf. BISPO, 2007, 2009, 2014) e motivado pragmaticamente como discutido no quarto capítulo.

Somente algumas atividades sobre as cortadoras não apresentam sentenças descontextualizadas. No livro *Jornadas.port* (DELMANTO; MATOS; CARVALHO, 2012, p. 174), pede-se que o aluno identifique uma sentença em que não há a expressão da preposição e avalie a apropriação da não-expressão à informalidade da história em quadrinhos. Confira-se:

(18) Leia a tira.

Ziraldo. Disponível em: <http://www.meninomaluquinho.educacional.com.br/PaginaTirinha/PaginaAnterior.asp?da=10082008>. Acesso em: 12 jan. 2012.

(a) Observe.
"O único material que eu preciso para estudar são meus miolinhos!"
Nessa fala, foi omitida a preposição que, pela norma-padrão, deveria acompanhar o pronome relativo. Qual é a preposição?
Resposta: De.

(b) Reescreva o período no caderno de acordo com a norma-padrão.
Resposta: O único material de que eu preciso para estudar são meus miolinhos.

(c) Compare as duas formas, a original e a que você redigiu. Qual você considera mais adequada ao contexto? Explique.
Resposta pessoal. Espera-se que os alunos observem que a fala original é mais adequada, já que a frase é a fala de um menino que conversa com uma amiga; nessa situação, não se esperaria o uso da norma-padrão.

A questão (18c) leva o aluno a refletir sobre a adequação da relativa cortadora ao grau de formalidade do discurso. Por se tratar de uma história em quadrinhos, em que há a tentativa de reprodução da língua falada, em um contexto informal (diálogo entre dois colegas de escola sobre um assunto do cotidiano), é mais apropriado o uso da relativa cortadora do que da relativa padrão.

A atividade a seguir, do livro *Português nos dias de hoje* (FARACO; MOURA, 2012, p. 74), apresenta uma atividade de reflexão sobre a expressão ou não da preposição a partir de pesquisa em diversos contextos.

(19) Para analisar o uso do *que*, propomos a seguinte pesquisa:

(a) Em situações de comunicação oral e escrita, identifique enunciados em que se utilizam pronomes relativos. Em uma folha avulsa, anote o enunciado e o tipo de situação de comunicação (formal ou informal, oral ou escrita) em que eles foram empregados.

(b) Com os colegas, reúna em classe todos os enunciados encontrados. Com a ajuda de seu (sua) professor(a), verifiquem quais estão de acordo com a norma urbana de prestígio e quais não estão. Tentem reformular estes últimos, conforme exige a norma urbana de prestígio.

(c) Em que situações de comunicação os relativos são usados conforme a norma urbana de prestígio? Em que situações se utiliza *que* como relativo universal?

(d) Ao final, registre no caderno suas conclusões sobre o uso dos relativos.
Orientação ao professor: Professor(a), essa atividade visa a sensibilizar para a diferença entre o uso urbano de prestígio (formal) e o uso cotidiano (informal) dos relativos. Contrastando os diferentes níveis de linguagem, ajude os alunos a perceberem em que situações podem utilizar os relativos de forma mais livre, relaxada, e em quais devem utilizá-los de maneira mais formal, tensa, de acordo com a norma urbana de prestígio. A análise de situações reais de comunicação certamente os fará perceber as condições de usos desses pronomes.

Esse tipo de atividade leva o aluno a relacionar as diferentes estratégias de relativização às diversas situações de comunicação, o que consequentemente favorece o aprendizado de como adequar sua fala de acordo com a formalidade do discurso.

Os LD apresentam uma lista de pronomes que devem ser usados, para unir períodos, preencher lacunas etc., mas os únicos pronomes que realmente recebem um exame mais atento são *onde* e *cujo*. O primeiro por apresentar usos diferentes do prescrito pela gramática tradicional, o que leva o aluno a incorrer em "erros gramaticais", e o segundo porque é, sem sombra de dúvidas, não pertencente à gramática do português brasileiro (BAGNO, 2011). Por estar presente apenas em situações de extremo monitoramento, *cujo* só pode ser aprendido na escola (ou nem mesmo nela), o que chama a atenção para o fato de apenas o LD *Jornadas.port* (DELMANTO; MATOS; CARVALHO, 2012, p. 172-173) apresentar atividades específicas sobre o pronome *cujo*:

(20) Leia.
Criado em 1937, o parque do Itatiaia, *cujo* nome vem do tupi e significa "penhasco cheio de pontas", está na mata Atlântica e é formado por montanhas que estão entre as mais altas do país. Lá está localizado o pico das Agulhas Negras, com mais de 2700 metros. (Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/turismoo/1029507-moradores-do-rio-rechacam-cobranca-de-ingresso-para-cachoeira-no-parque-do-itatiaia.shtml. Acesso em: 11 jan. 2012.

(a) Nesse trecho, que expressões o pronome *cujo* relaciona?
Resposta: Parque do Itatiaia *e* nome.

(b) Que relação o pronome estabelece entre as expressões: de causa, de posse ou de semelhança?
Resposta: posse.

(21) Observe os pronomes destacados e as palavras a que estão ligados.
As colmeias [...] estão mais para um único grande organismo, *cujos* "braço", "pernas" e "estômago" são as abelhas operárias e *cujos* órgãos sexuais são as rainhas e os zangões – únicos indivíduos que chegam a se reproduzir em toda aquela massa de zumbidoras. [...]

Revista *Galileu*. Disponível em: http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,EDR84824-8489,00.html. Acesso em: 12 jan. 2012.

(a) Por que o pronome *cujo* foi empregado no plural na primeira ocorrência?
Resposta: Não só porque se refere a três substantivos (braços, pernas, estômago), mas porque esses substantivos estão no plural.

(b) Por que foi empregado no masculino plural na segunda ocorrência?
Resposta: Porque se refere à expressão órgãos sexuais (das colmeias), no masculino plural.

A atividade (20) diz respeito ao reconhecimento da relação que o pronome estabelece entre duas palavras e ao sentido dessa relação, o que marca o diferente uso desse pronome. A atividade (21), por sua vez, refere-se às especificidades de concordância de *cujo*, o que também é um aspecto problemático no ensino. Se de fato se acredita que o uso de *cujo* é um mecanismo coesivo importante na língua portuguesa, atividades desse tipo devem ser bem mais frequentes, dada a dificuldade que os alunos têm em seu emprego. Nesse caso, também se deve refletir sobre a restrição de seu uso a situações formais de interação. Ou, como segunda posição, pode-se abolir de vez o uso de *cujo*, já que não é um recurso linguístico espontâneo e há outras estratégias de relativização disponíveis para o usuário atingir os mesmos resultados:

(22) Essa é uma história de contos de fadas de uma menina *que o pai dela morreu*, e ela ficou com a sua madrasta que tinha duas filhas. (BAGNO, 2011, p. 903)

(23) tem essa amiga também *que agora o::o marido Ø foi de muda para Passo Fundo* (BAGNO, 2011, p. 903)

As sentenças em (22) e (23) são, respectivamente, uma relativa copiadora e uma cortadora, usadas pelo falante na relativização de construções em que se expressa a relação possuidor – possuído entre dois sintagmas relacionados por *que*, para os quais a gramática tradicional prescreve as seguintes construções: *uma menina cujo pai* e *essa amiga cujo marido*.

As atividades com o pronome *onde* ressaltam o uso “incorreto” desse pronome para marcar tempo/situação. O livro *Vontade de Saber* (BRIGNEROTTO; ALVES, 2012, p. 113) primeiramente apresenta a atividade a seguir, em que se espera que o aluno perceba que o sentido veiculado por *onde* no quarto quadrinho é o de *lugar*.

(24)

Snoopy: Doces ou travessuras, de Charles M. Schulz. Trad. Cássia Zanon. Porto Alegre: L&PM, 2008. v. 7. (L&PM Pocket).

(a) No quarto quadrinho, Charlie Brown empregou um pronome relativo em sua fala. Identifique-o.
Resposta: Onde.
(b) O personagem utilizou esse pronome relativo para evitar repetir qual termo?
Resposta: Cozinha.
(c) O que indica o termo substituído pelo pronome relativo: lugar concreto ou situação?
Resposta: Lugar concreto.

Na sequência, apresenta-se uma atividade em que o aluno deve refletir sobre a adequação do uso do pronome *onde* de acordo com o grau de formalidade do discurso (BRIGNEROTTO; ALVES, 2012, p. 114-115):

(25) Leia a piada a seguir, em que um homem rico dialoga com uma amiga.
— O dinheiro não traz felicidade. Olhe para mim: eu sou rico, posso até parar de trabalhar e não sei onde posso gastar tanto dinheiro.
— Não se preocupe, eu posso ajudá-lo!
(Lourdes Erburu; Jose Morán. *Piadas para toda a família*. Trad. Maria Luísa A. Lima Paz. Barueri: Girassol Brasil Edições, [s.d].
(a) Na piada, a que se refere o pronome relativo onde: lugar concreto ou situação?
Resposta: Situação.
(b) O uso do pronome *onde* na piada está de acordo com a norma urbana de prestígio?
Resposta: Não, pois foi empregado para indicar situação, sendo que esse pronome deve ser usado apenas para indicar lugar concreto.
(c) O contexto da piada é formal ou informal? O uso de *onde* está adequado ao contexto em que foi empregado?
Resposta: O contexto é informal, e o uso de onde, *indicando situação, está adequado ao contexto em que foi empregado.*

Em (25), o pronome *onde* em foco também permite a leitura locativa, já que *onde* se refere a qualquer lugar físico (mercado, restaurante, shopping etc.) onde o locutor possa gastar

o dinheiro. A sentença (25), portanto, não exemplifica o uso de *onde* para marcar *tempo/situação*.

O livro *Jornadas.port* (DELMANTO; MATOS; CARVALHO, 2012, p. 176) também focaliza a apropriação do uso do pronome *onde*, por meio de atividades, em que se deve identificar as sentenças em que o uso não condiz com a prescrição, e corrigi-las. Como se trata de um *site* especializado em mitologia, espera-se que o discurso seja formal e que, portanto, seja representativo da norma-padrão. Especificamente, é esperado que não haja relativas copiadoras, principalmente devido ao estigma que essas construções sofrem. Entretanto, o modo como a atividade é proposta pode aumentar ainda mais o estigma que essa estratégia de relativização sofre, como pode ser observado em (26):

(26) Fazendo uma pesquisa, você entra em um *site* especializado em mitologia e encontra a seguinte frase.
O grande mundo mitológico onde nele você vai saber muito mais dos grandes deuses de várias mitologias.

(a) Achando a construção estranha, você se pergunta de onde vem esse estranhamento. Será que consegue chegar a uma conclusão?
Resposta: O estranhamento decorre da presença da palavra nele *ao lado do pronome relativo* onde. *Este já retoma o termo* grande mundo mitológico*, portanto não haveria necessidade de acrescentar outro pronome.*

(b) Como essa frase poderia ser escrita para tornar-se clara?
Resposta: O grande mundo mitológico onde/em que você vai saber muito mais dos grandes deuses de várias mitologias.

Nessa atividade, há uma relativa copiadora, em que, além do pronome relativo, o pronome-cópia *ele* também faz referência ao núcleo nominal. Referir-se a essa construção como “estranha”, em (a), e afirmar-se, em (b), que ela não é clara pode reforçar o preconceito contra aqueles que a usam, que são justamente os mais excluídos socialmente (podendo ser os próprios alunos). Em (26b), ao deixar-se implícito que a construção é confusa, atribui-se um caráter pejorativo a ela. Dada a formalidade do texto, justifica-se a reflexão sobre a adequação do uso da copiadora ao contexto de produção. Mas isso deve ser feito sem se realizar nenhum tipo de valorização negativa sobre a construção.

O aluno, no aprendizado da oração relativa, deve saber reconhecer as diferenças entre a norma-padrão, as variantes prestigiadas e as variantes estigmatizadas, ou seja, o aluno deve aprender que a norma-padrão reconhece a existência de vários pronomes relativos (*que, quem, o qual, cujo, onde*) e prescreve o uso de preposição antes do pronome relativo quando exigida pela estrutura oracional. Nas variedades de maior prestígio, mantém-se a maioria dos pronomes relativos, mas há uma tendência a se usar exclusivamente o pronome *que*, inclusive

sem preposição (relativa cortadora). Nas variedades mais estigmatizadas, usa-se especialmente o pronome *que*, sem preposição (cortadora) ou com a repetição em forma pronominal do referente na oração relativa (copiadora). Concordamos com a proposta de Bispo (2010) e Bispo e Silva (2011), que acentuam a importância de se trabalhar com as três estratégias em sala de aula, considerando motivações, como o gênero, o público alvo e o grau de formalidade do discurso, na determinação do uso de uma ou outra estratégia. Além disso, em consonância com a proposta dos PCNs (BRASIL, 1998), deve-se fazer uma reflexão sobre o preconceito linguístico suscitado pelo uso da relativa copiadora e não se deve reproduzir esse mesmo preconceito nas atividades do LD, apenas por ser própria das variedades mais estigmatizadas. Deve-se levar o aluno a entender que o uso da relativa copiadora é avaliado negativamente pela sociedade e, por isso, deve ser evitado em situações mais formais.

O desafio do ensino será fazer o aluno entender o uso da preposição antes do pronome relativo, já que ela, na maioria das vezes, não está sendo expressa, mesmo em contextos de monitoramento linguístico, e a sua não expressão não tem sido motivo de reação negativa dos falantes.

Outro uso que aparentemente não chama tanto a atenção dos puristas é o uso de *onde* para marcar espaço, tempo, situação ou para organizar o fluxo discursivo. Deve-se ensinar que a norma-padrão admite o uso de *onde* com referência a espaço (cf. BECHARA, 1999; CUNHA e CINTRA, 2008), sem levar o aluno à interpretação dos outros usos como "errados".

A principal contribuição da descrição para o ensino da relativa cortadora diz respeito ao funcionamento de *que*. Deve-se levar o aluno a perceber que, ao optar por uma relativa cortadora, o falante deixa de expressar a função semântica do constituinte relativizado, marcada pela preposição e pelos pronomes relativos *onde* e *cujo*, mas continua expressando a função de retomada tópica, que é responsável pelo estabelecimento da coesão textual. Isso ajuda o aluno a perceber o uso tanto da preposição como do pronome relativo, e a entender que, no caso de *onde* e *cujo*, o pronome relativo traz acoplado a si a função semântica da preposição de Locação e Referência, respectivamente.

Este estudo, apesar de não se inserir na linha variacionista, demonstra que o tratamento dispensado às relativas não-padrão nos LD não está de acordo nem com os PCN (BRASIL, 1998) nem com as atuais teorias sobre o ensino de gramática. Portanto, as

propostas feitas ao longo dessa seção podem auxiliar o professor no ensino das estratégias de relativização não-padrão[52] e podem contribuir para a formulação de materiais didáticos.

6.5 Conclusões

Neste capítulo, propôs-se uma interface entre a descrição e o ensino da oração relativa. Para tanto, partiu-se das propostas dos LD quanto ao ensino desse tópico gramatical. Os LD apresentam uma postura transmissiva de ensino de oração relativa, que tem como foco principal o ensino de metalinguagem e de nomenclatura. As atividades referentes à oração relativa englobam, em sua maioria, atividades de identificação e de classificação da oração relativa e do pronome relativo. Além disso, os LD apresentam alguns erros conceituais, ao afirmar que a oração relativa é subordinada à oração principal (quando de fato se subordina ao núcleo nominal) e que a oração relativa restritiva não pode ser omitida (quando na verdade pode, porque é um modificador - e não um argumento - do sintagma).

A proposta de ensino de oração relativa nos LD não está de acordo com as novas propostas para o ensino de gramática que defendem que os recursos linguísticos sejam estudados em seu funcionamento na interação, ou seja, na produção dos sentidos do texto. Efetivamente, a proposta de ensino de gramática dos LD aponta para uma postura tradicional, em que as sentenças estão descontextualizadas e a gramática tem autonomia com relação à construção textual. Mesmo quando os LD extraem a oração relativa do texto, tratam-na como um exemplo isolado e descontextualizado. Considerar o contexto de uso de uma oração relativa, ou seja, a relação que ela estabelece com os outros enunciados dentro do texto é uma atividade que precisa se tornar uma prática.

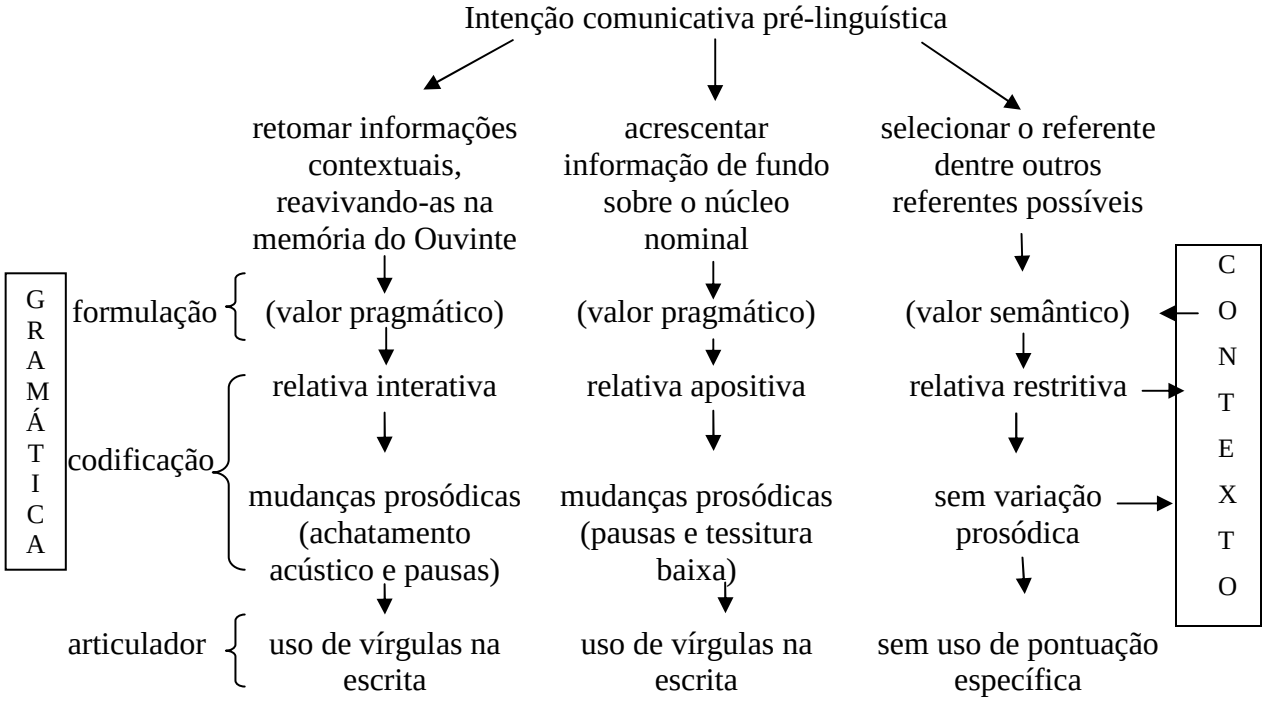
Devido a uma exigência dos pais, do sistema educacional e dos processos seletivos, que ainda estão apegados a uma tradição de ensino que valoriza a memorização do conteúdo gramatical, os LD acabam apresentando poucas propostas inovadoras quanto ao ensino da oração relativa, a despeito dos diversos alertas que a Linguística Aplicada tem lançado para os elaboradores de provas de seleção e avaliação, para que “evitem formular questões que cobram um conhecimento linguístico engessado por uma visão reducionista e distorcida da ciência linguística e sem qualquer relação com o uso e funcionamento da língua” (TRAVAGLIA, 2011 p. 152). Tais propostas inovadoras referem-se à tentativa de se relacionar o uso da oração relativa à produção de sentidos no texto, como em Magalhães e

[52]Para saber mais sobre o ensino das relativas não-padrão, consultar Bispo (2007, 2009, 2014).

Cereja (2012), ou à correlação entre o uso de relativa não-padrão e sua adequação ao contexto discursivo, como em Delmato, Matos e Carvalho (2012) e em Faraco e Moura (2012).

A principal contribuição deste trabalho para o ensino está na proposta de inversão do percurso seguido na apresentação da oração relativa nos LD. A reflexão sobre a oração relativa, assim como de qualquer outro conteúdo gramatical, deve partir da intenção comunicativa (pré-linguística) do Falante, passar pela formulação pragmática e semântica, em direção à expressão (codificação morfossintática ou fonológica). Para tanto, o primeiro passo deve ser estudar a oração relativa no texto, levando o aluno a compreender as intenções comunicativas por trás da escolha de cada tipo de oração relativa. Somente após refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pela oração relativa, devem ser apresentadas atividades metalinguísticas e de gramática normativa, ou seja, atividades de identificação e de classificação das unidades linguísticas e de ensino da norma padrão.

A proposta de ensino de oração relativa aqui postulada considera, portanto, todos os níveis (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico) constitutivos da gramática da língua e a relação hierárquica que há entre seus componentes, e pode ser sumarizada no esquema a seguir.



Esquema 3 – Da intenção comunicativa à articulação da oração relativa: propostas para o ensino

Neste esquema, visualiza-se o percurso de elaboração da oração relativa. O Falante escolhe usar a relativa restritiva se seu objetivo é especificar um referente dentre um conjunto

de referentes possíveis; escolhe a relativa apositiva se seu objetivo é acrescentar uma informação de fundo sobre o referente, e de relevância argumentativa para se atingir os objetivos comunicativos; e opta pela relativa interativa, se pretende que o Ouvinte recupere informações presentes no (con)texto. Nesse processo, há uma interação com o Contexto, em que se inserem e se recuperam informações. A recuperação de referentes já inseridos no Contexto, por exemplo, é realizada pelo pronome relativo, que tem a função pragmática de Tópico da oração relativa. No processo de codificação morfossintática, a oração relativa encontra-se subordinada ao sintagma nominal. A única diferença aqui diz respeito à codificação das relativas não-padrão em que não há a expressão da função semântica desempenhada pelo item relativizado por meio de uma preposição ou dos pronomes relativos *onde* e *cujo*. Já no processo de codificação fonológica, a relativa interativa sofre um achatamento acústico e é proferida entre pausas, demarcando-se um Enunciado Fonológico, o que provoca, no articulador, o uso de vírgulas no texto escrito; a relativa apositiva é pronunciada com mudança de tessitura e pausas, demarcando-se uma Frase Entoacional, o que também acarreta, no articulador, o uso das vírgulas no texto escrito. Por outro lado, a relativa restritiva é pronunciada no mesmo contorno entoacional do sintagma nominal e, por isso, não há a necessidade de, no articulador, ser marcada por vírgulas.

Inserir o texto oral na escola é um grande desafio. Nas raras vezes em que se propõe alguma reflexão sobre a língua falada, parte-se de uma dicotomia fala e escrita que aproxima a primeira das variedades desprestigiadas e a segunda da norma padrão, ou seja, a inserção da língua falada nas atividades de gramática reflete uma concepção de que certas estruturas presentes na fala devem ser evitadas na língua escrita e tem como propósito levar os alunos à correção de construções mal formuladas. Contrariamente a esse fato, o professor de língua portuguesa deve ter em mente que a diferença entre fala e escrita se dá em termos de um *continuum*. As histórias em quadrinhos, tão presentes nos manuais didáticos que tratam de ensino de gramática, são um recurso para se mostrar isso, já que se trata de texto escrito que reproduz a fala dos personagens. Ao se considerar a língua falada, consequentemente também será possível refletir sobre o uso da relativa interativa, levando o aluno a entender o papel dessa estratégia de relativização na organização do discurso. Para tanto, o professor deve refletir sobre sua função interacional, mostrando textos autênticos em que ocorre e os sentidos pragmáticos que veicula.

O trabalho com a variedade linguística é muito raro nas propostas para o ensino da oração relativa nos LD e, mesmo quando é feito, recorre-se principalmente a atividades para corrigir as relativas cortadoras, acrescentando a preposição. As atividades que levam o aluno a

refletir sobre as relativas padrão e não-padrão de acordo com sua adequação ao contexto devem estar mais presentes nos materiais didáticos. Deve-se até mesmo partir das relativas não-padrão, já adquiridas pelos alunos, para depois apresentar a relativa padrão e suas regras específicas.

Para finalizar, destacamos a produtividade de se realizar uma interface entre os resultados da pesquisa linguística e o ensino de gramática na escola. Tal interface contribui para se repensar o modo como os tópicos gramaticais são ensinados. O foco deste estudo é a oração relativa, mas as propostas mais gerais que sugerimos neste capítulo podem ser aplicadas a outros tópicos gramaticais, já que o que se propõe é uma mudança de postura frente aos fatos linguísticos, o que significa uma nova visão sobre o conceito de gramática na escola, que engloba a pragmática, a semântica, a morfossintaxe e a fonologia e que reflete as relações entre os níveis de análise. Esta é apenas uma proposta de como se pode ensinar a oração relativa; em trabalhos futuros, pretende-se verificar como transformá-la em atividades didáticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma descrição da oração relativa na lusofonia a partir de uma perspectiva funcionalista que difere dos estudos que focalizaram o tema, considerando exclusivamente aspectos semânticos e/ou morfossintáticos. A oração relativa, que foi tradicionalmente investigada sob a ótica formalista e tipológica, recebe aqui um novo olhar, o da Gramática Discursivo-Funcional. À luz dessa teoria, é possível compreender o funcionamento da oração relativa na gramática da língua portuguesa também a partir de suas propriedades pragmáticas e prosódicas. Ademais, discutiu-se aqui, partindo da organização modular da gramática holandesa, o tão controverso estatuto morfológico do item que encabeça essas construções.

Os resultados mostram a existência de três tipos de oração relativa: apositiva, restritiva e interativa.

A relativa apositiva define-se no Nível Interpessoal como um Ato Discursivo em relação de dependência pragmática com outro Ato Discursivo. O estatuto de Ato é atestato, dentre outros fatores, pela possibilidade de a relativa apositiva (i) ter ilocução independente da oração principal; (ii) permitir elementos próprios da camada do Ato; e (iii) poder modificar núcleos ausentes, como nomes próprios e pronomes pessoais. A relativa apositiva expressa a função retórica Aposição, já que acrescenta informação de fundo sobre o Subato Referencial.

A relativa restritiva, por seu turno, constitui um modificador de núcleo nominal e tem a função de especificar e restringir o referente dentre um conjunto de outros referentes possíveis. Segundo a tradição gramatical, é impossível omitir a oração relativa restritiva, o que seria distintivo dos dois tipos de relativas elencados tradicionalmente. Entretanto, tanto a relativa restritiva como a relativa apositiva podem ser omitidas se considerado o fato de que funcionam como modificadores. A omissão das relativas restritiva e apositiva acarreta a não expressão, respectivamente, de informação semântica e pragmática, o que pode comprometer a efetivação das intenções comunicativas do Falante.

Além desses dois tipos, já observados por Camacho (2012, 2013), este trabalho comprova a hipótese de que a oração relativa também pode atuar na organização de trechos discursivos. As relativas interativas, como são denominadas aqui, apresentam como lexemas pronomes pessoais que se referem às pessoas do discurso e verbos *dicendi*, que remetem metalinguisticamente ao próprio discurso. Referem-se a núcleos nominais genéricos, como

negócio, caso e *questão*, que, por sua vez, se referem a toda uma porção textual anteriormente expressa, e não a um único indivíduo. A relativa interativa é formulada como um Movimento em relação de dependência com outro Movimento dentro da camada do Discurso. O estatuto de Movimento dessas construções comprova-se por operarem como uma contribuição autônoma para a interação e por permitirem elementos próprios dessa camada. A relativa interativa expressa a função interacional Resgate de retomar informações disponíveis no Componente Contextual com o objetivo de reavivá-las na mente do Ouvinte.

Por constituírem Atos Discursivos, as relativas do Nível Interpessoal podem ser formuladas como moldes de conteúdo específicos. Devido à presença do pronome relativo com função pragmática Tópico no início da oração, essas construções são formuladas prototipicamente no molde categorial, já que se parte de uma informação disponível contextualmente para se acrescentar o comentário. A relativa apositiva também pode ser formulada no molde apresentativo, quando tem a função de introduzir um novo referente no discurso. Nesse caso, o Subato Referencial com função pragmática Tópico (o pronome relativo) consiste em informações contextuais e o Subato Referencial introduzido como entidade nova no Contexto tem a função pragmática Foco.

Diferentemente de alguns autores que defendem o estatuto de conjunção para o prefaciador da oração relativa, com base na universalização do uso de *que* nas relativas não-padrão, que perderia seu estatuto pronominal e passaria a funcionar como um relator universal, este estudo entende que a oração relativa padrão e a cortadora são ambas introduzidas por um pronome relativo, já que a não expressão da preposição e de pronomes relativos diferentes de *que*, marcando a função semântica, é justificada pela prevalência da função pragmática Tópico do pronome relativo, que relega a segundo plano a função semântica.

No tocante à codificação morfossintática das orações relativas, comprova-se a hipótese de que a oração relativa obedece aos mesmos princípios que regem a colocação de constituintes na oração independente. Os constituintes hierárquicos são alocados nas margens direita e esquerda em direção ao centro, obedecendo às relações de escopo entre eles. O domínio de P^F é destinado a constituintes com função pragmática Foco e a modificadores e operadores do Nível Representacional. Já o domínio de P^I é destinado a constituintes com função pragmática Tópico, modificadores e operadores do Nível Interpessoal, modificadores e operadores do Conteúdo Proposicional e operadores do Estado-de-Coisas (*já, ainda não, não, ainda, já não, nunca* e *sempre*). A ordenação dos constituintes configuracionais, por seu turno, inicia-se com o posicionamento do predicado na posição P^M. A seguir, é inserida a

cópula à esquerda de P^M e os constituintes configuracionais sem função pragmática à direita de P^M.

A diferença no processo de formulação entre os três tipos de relativas está refletida no processo de codificação fonológica. Por meio da análise da variação dos tons, constatou-se que cada tipo de relativa é codificado como um domínio prosódico específico. Enquanto a relativa restritiva constitui uma Frase Fonológica, sendo pronunciada no mesmo contorno entoacional do núcleo nominal, a relativa apositiva consiste em uma Frase Entoacional, uma vez que tanto o núcleo como a oração relativa apositiva são delimitadas por contorno entoacional padrão LH*, marcando o fim da Frase Entoacional. Além disso, a relativa apositiva é pronunciada com tessitura mais baixa que o contexto linguístico em que se insere. Já a relativa interativa constitui um Enunciado Fonológico, marcado por pausas longas e por achatamento acústico.

Com a intenção de realizar uma interface entre a descrição linguística e o ensino de gramática, este estudo apresentou algumas contribuições para o ensino da oração relativa na escola e para a elaboração de materiais didáticos.

Os LD apresentam uma postura tradicional no ensino da oração relativa, focalizando essencialmente atividades metalinguísticas de identificação e de classificação das unidades linguísticas, por meio de um ensino transmissivo, que parte da sistematização teórica para a aplicação. De modo geral, a oração relativa é trabalhada sem se realizar nenhuma reflexão sobre o seu papel na construção textual. Também não há atividades de escrita que apropriadamente motivem a realização de atividades de uso autêntico dessas construções.

A oração relativa é, sem sombra de dúvidas, um interessante tópico para se trabalhar, na escola, com as variedades linguísticas, devido à existência das variantes copiadora e cortadora, que são condenadas pela tradição gramatical. Verificou-se, todavia, que poucos LD indicam a existência da construção cortadora e, quando o fazem, objetivam principalmente a correção gramatical. Quanto à relativa copiadora, apenas um LD se refere a ela. Em raros momentos, a diversidade linguística é trabalhada para conscientizar os alunos da necessidade de adequação ao contexto linguístico.

O objetivo do ensino de língua materna na escola deve ser o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, portanto se deve levá-lo à reflexão sobre o uso dos elementos linguísticos no texto. Só quando se considera o texto em seu contexto de produção, é possível se identificarem as intenções comunicativas do Falante. A depender de suas intenções, o Falante realiza suas escolhas linguísticas. Ao escolher uma relativa restritiva, objetiva especificar um referente dentre outros referentes possíveis; ao escolher a apositiva,

pretende acrescentar uma informação de fundo pragmaticamente relevante para a construção do referente; e, ao escolher uma interativa, deseja mobilizar informações do contexto e reativá-las na mente do Ouvinte. Compreender essas diferenças contribui mais para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno do que memorizar uma série de nomenclaturas.

As propostas para o ensino de pronome relativo devem focalizar seu papel coesivo na construção textual. Elencar uma série de pronomes e suas especificidades de concordância não serve ao propósito do ensino de língua materna de desenvolver as competências leitora e escritora. O aluno deve aprender que o pronome relativo é usado como um mecanismo coesivo em situações em que não há necessidade de se repetir o nome do referente, o que contribui para o desenvolvimento da competência de produzir textos concisos e bem organizados.

As propostas para o ensino da oração relativa também precisam trabalhar com o texto oral, já que a diferença entre o uso ou não da vírgula na oração relativa é, na verdade, um reflexo das diferentes codificações entre a relativa restritiva e a apositiva. O aluno deve perceber que a vírgula marca, na escrita, a variação prosódica verificada na fala. Essa é uma importante contribuição deste trabalho, já que não se identifica, nos LD, o trabalho com a modalidade falada no tocante ao ensino da oração relativa.

Enfim, algumas questões ainda precisam ser modificadas no trabalho com a oração relativa nos LD, desde algumas incorreções conceituais até uma revisão dos propósitos do ensino de português. É fato que, com exceção de alguns concursos públicos que ainda mantêm essa postura, o aluno não será posteriormente exposto a questões de identificação e classificação das unidades linguísticas, salvo se ele se tornar um profissional da língua. O estudo que ora se encerra defende, com base nesse fato, uma mudança no tratamento tradicional da oração relativa e de quaisquer outros tópicos gramaticais. Tal mudança deve se enriquecer com as atuais pesquisas em linguística que descrevem a língua em uso.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, N. M. P. **A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu**. 2000. 228f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BASTOS, W. A. **A relativização no português do Brasil:** a sentença orientada para o discurso. 2008. 167f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

BISPO, E. B. Oração adjetiva cortadora: análise de ocorrências e implicações para o ensino de português. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007. p. 163-186. Disponível em: http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/159. Acesso em: 1 set. 2014.

BISPO, E. B. **Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino:** o caso das cortadoras. 2009. 164f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

BISPO, E. B. **Análise linguística numa perspectiva funcional**: algumas possibilidades. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, out. 2010, Palhoça-SC. IX Encontro do CELSUL: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010. p. 1-14.

BISPO, E. B. Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição. **Veredas**, Porto, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2014. Disponível em: http://www.lusitanistasail.org/publicacoes/revista-veredas/veredas-numero-18.html. Acesso em 1 set. 2014.

BISPO, E. B.; SILVA, J. R. **Análise linguística na educação básica**: entre o real e o possível. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, v.1, n.1, 2011, Uberlândia. SIELP: EDUFU, 2011. p. 282-294.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**: língua portuguesa, ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 107f. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

CAGLIARI, L. C. Prosódica: algumas funções dos supra-segmentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 23, p. 137-151, jul./dez. 1992.

CAMACHO, R. G. Construções relativas sob a perspectiva discursivo-funcional. In: SOUZA, E. R. (Org.) **Funcionalismo linguístico**. 12. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. v. 1, p. 171-200.

CAMACHO, R. G. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 179-214, jan./jun. 2013.

CAMACHO, R. G. A oração relativa. In: PEZATTI, E. G. (Org.) **Construções subordinadas na lusofonia:** uma abordagem discursivo-funcional. Inédito.

CÂMARA, A. L.; ABREU-TARDELLI, L. S. O papel da gramática nos livros didáticos de língua portuguesa: um olhar sobre o ensino da oração subordinada adjetiva. **Signum**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 327-353, dez. 2014.

CHOMSKY, N. On Wh-Movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (Ed.) **Formal syntax**. New York: Academic Press, 1977.

CINTRA, M. R. **Argumentos e predicados do quadro espacial no português brasileiro**: uma abordagem funcionalista. 2005. 95f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2005.

COELHO, S. M. **Uma análise funcional do *onde* no português contemporâneo**: da sintaxe ao discurso. 2001. 128f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

COHEN, M. A. **Syntactic change in Portuguese**: relative clauses and the position of the adjective in the noun phrase. 1990. 256f. Tese (Doutorado em Linguística Histórica) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1990.

COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology**. Oxford: Blackwell, 1989.

CONNOLLY, J. H. Context in functional grammar. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 11-33, 2007.

CONNOLLY, J. H. The constituent ordering process in functional discourse grammar. **Language Sciences**, Tokyo/JP, n. 34, p. 455–467, 2012. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S038800011200006X. Acesso: 1set. 2014.

CORACINI, M. J. R. F. O processo de legitimação do livro didático na escola de ensino fundamental e médio: uma questão de ética. In: CORACINI, M. J. R. F. (Org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 33-43.

CORNISH, F. Focus ot attention in discourse. In: MACKENZIE, J. L; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.) **A new architecture of functional grammar**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004.

CORRÊA, W. R. **Oração relativa:** o que se fala e o que se aprende no português brasileiro. 1998. 174f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1998.

CRISTOFARO, S. **Subordination**. Oxford: University Press, 2003.

CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso e ensino de português. **Gragoatá**, Niterói, n. 36, p.80-104, 1. semestre 2014.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da Noção de 'unidade informacional'. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1. semestre 1999.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao 'desgarramento'. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 104-118, 2. semestre de 2001.

DECAT, M. B. N. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégias de focalização e argumentação. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1/2, p. 79-101, jan./dez. 2004.

DECAT, M. B. N. A função focalizadora de estruturas “desgarradas” no português falado e escrito: um estudo funcionalista de orações em sua ocorrência como enunciado independente. In: MARÇALO, M. J; LIMA HERNANDES, M. C.; ESTEVES, E.; FONSECA, M. C.; GONÇALVES, O.; VILELA, A. L.; SILVA, A. A. (Ed.) **Língua portuguesa**: ultrapassar fronteiras, juntar culturas/ SIMELP. Évora: Universidade de Évora, 2010.

DIK, S. C. **The theory of funcional grammar**. part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. part I: the structure of the clause. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. part II: complex and derived constructions. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

FIORIN, J. L. Teorias do discurso e ensino da leitura e da redação. **Gragoatá**, Niterói, n. 2, p. 7-27, 1. semestre 1997.

FOX, B. A. The noun phrase accessibility hierarchy reinterpreted: subject primacy or the absolutive hypothesis? **Language**, Baltimore, v. 63, n. 4, p. 856-870, 1987.

GARCIA, T. S. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional**. 2010. 179f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GIVÓN, T. **Syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. v. 2.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. **Journal of Linguistics**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 199-244, 1967.

HANNAY, M. The focus function in functional: questions of contrast and context. In: DIK, S.C. (Ed.) **Advances in functional grammar**. Dordrecht-Holland/Cinnaminson: Foris Publications, 1983. p. 207-223.

HANNAY, M. Pragmatic function assignment and word order variation in a functional grammar of English. **Journal of Pragmatics**, North-Holland, v. 16, p. 131-155, 1991.

HEIM, I. File change semantics and the familiarity theory of definiteness. In: BÄUERLE, R. et al. (Ed.) **Meaning, use and interpretation of language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1983. p. 223-248. Disponível em: http://www.jimpryor.net/teaching/courses/hyper/heim1983.pdf. Acesso em 15 nov. 2013.

HENGEVELD, K. A new approach to constituent order typology. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (Ed.). **Casebook in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam/Netherlands: John Benjamins, 2013. p. 15–38.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional discourse grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Grammar and context in functional discourse grammar. **Journal of Pragmatics**, North-Holland, v. 24, n. 2, p. 203-227, 2014.

JACOBS, J. The dimensions of topic-comment. **Linguistics**, Antwerp-Belgium, v. 39, n. 4, p. 641-681, 2001.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. **Português brasileiro, uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, n. 8, p. 63-99, 1977. Disponível em: http://lingo.stanford.edu/sag/L222B/papers/KeenanComrie.pdf. Acesso em: 1 set. 2014.

KEIZER, E. **A Functional discourse grammar for english***:* a textbook. No prelo.

KENEDY, E. **A antinaturalidade pied-piping em orações relativas.** 2007. 237f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

KERSCH, D. F. Onde – uma questão de lugar? In: LIMA, M. S.; GUEDES, P. C. (Org.) **Estudos de linguagem**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

KUNO, S. Functional Sentence Perspective: a case study from Japanese and English. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v.3, p. 269-320, Summer, 1972.

KURODA, S. Y. The categorical and the thetic judgement: evidence from Japanese syntax. **Foundations of Language**, Amsterdam/Netherlands, v. 9, n. 2, p. 135-185, nov. 1972.

KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1973.

LADD, D. R. **Intonational Phonology**. Cambridge University Press: New York, 1998.

LEVELT, W. J. M. **Speaking**: from intonation to articulation. Cambridge: London, 1989.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos juntores em português: forma, significado e história de *(na) hora que.* **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 147-166, 2011.

MACKENZIE, J. L.; KEIZER, M. E. On assigning pragmatic functions in English. **Journal of Pragmatics**, North-Holland, v. 1, n. 2, p. 169-213, 1990.

MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discursivo do item *onde***: uma abordagem modular. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MOYA-GUIJARRO, A. J. The assignment of topical status in FDG: a textual analysis. In: MACKENZIE, J. L. & GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.) **Studies in functional discourse grammar**. Bern: Peter Lang, 2005.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.

NEVES, M. H. M. Reflexões sobre o estudo da gramática nas escolas e 1º e 2º graus. **Alfa**, São Paulo, v. 37, p. 91-98, 1993.

NEVES, M. H. M. **Gramática na escola**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola?** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011a.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011b.

OLIVEIRA, M. R. Orações adjetivas em língua portuguesa – uma abordagem pancrônica. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 92-103, 2. semestre 2001.

OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 87-108, jan./jun. 2007.

PEREIRA, M; PAIVA, M. Estatuto sintático das orações introduzidas pelas construções (prep)+det+N temporal+(prep)+que. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1/2, p. 245-258, 2004.

PEZATTI, E. G. **A ordem das palavras no português.** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PEZATTI, E. G. **Construções subordinadas na lusofonia**: uma abordagem discursivo-funcional. Inédito.

PEZATTI, E. G.; CÂMARA, A. L. Da descrição ao ensino da oração adjetiva: a perspectiva dos livros didáticos de língua portuguesa. **Linguística**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 139-168, dez. 2014.

PONTES, E. S. L. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

REINHART, T. Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics. **Philosophica,** Blandijnberg, v. 27, n. 1, p. 53-94, 1981.

SASSE, H. The thetic/categorial distinction revisited. **Linguistics**, Antwerp-Belgium, v. 25, p. 511-580, 1987.

SMIT, N. Information packaging in functional discourse grammar. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 91-118, 2007.

SOUZA, C. R. **Relativa cortadora**: movimento ou apagamento? 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SPOSITO, C. C.; PEZATTI, E. G.; NOVAES-MARQUES, N. B. As orações causais. In: PEZATTI, E. G. **Construções subordinadas na lusofonia**: uma abordagem discursivo-funcional. Inédito.

STASSI-SÉ, J. C. **Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional**. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

TARALLO, F. L. **Relativization strategies in brazilian portuguese**. 1983. 273f. PhD Dissertation - University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

TENANI, L. E. **Marcas prosódicas das inserções parentéticas**. 1995. 189f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

TENANI, L. E. **Domínios prosódicos no português do Brasil:** implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. 2002. 331f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática ensino plural**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VALLDUVÍ, E.; ENGDAHL, E. The linguistic realization of information packaging. **Linguistics**, Antwerp-Belgium, v. 34, p. 459-519, 1996.

VRIES, M. **The syntax of relativization**. Utrecht: Lot, 2002.

WHEELER, D. **Portuguese pseudo clefts evidence for free relatives**. In: Eighteenth Regional Meeting Chicago Linguistic Society, 1982, Chicago. Regional Meeting Chicago Linguistic Society. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 507-520.

WITTKE, C. I. **O valor argumentativo da oração relativa no discurso:** uma proposta para o ensino de língua materna. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ZULOAGA, M. B.; TOLEDO Y HUERTA, A. O. La organización informativa textual. **Res Diachronicae**: anuario de la AJIHLE, n. 2, p. 517-526, s/d. Disponível em: http://www.ajihle.org/resdi/docs/Numero2/mesa_aportaciones/Borreguero_Zuluaga_y_Octavio_de_Toledo.pdf. Acesso em: 19 set. de 2013.

LIVROS DIDÁTICOS

BORGATTO, A. M. T; BERTIN, T. C. H.; MARCHEZI, V. L. de C. **Projeto télaris** – Português. São Paulo: Ática, 2012.

DELMANTO, D. A.; MATOS, F.; CARVALHO, L. B. **Jornadas.port-língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCINO, N.; TEIXEIRA, L. **Língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2012. (Coleção perspectiva)

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Português nos dias de hoje**. São Paulo: Leya, 2012.

FIGUEIREDO, L.; BALTHASAR, M.; GOULART, S. **Singular & plural** – leitura, produção e estudos da linguagem. São Paulo: Moderna, 2012.

HORTA, R. F.; MENNA, L.; PROENÇA, G. **Português**: uma língua brasileira. São Paulo: Leya, 2012.

MAGALHÃES, T. A. C.; CEREJA, W. R. **Português linguagens**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARCHETTI, G. et al. **Para viver juntos**: português. 3. ed. São Paulo: Edições SM, 2012.

OLIVEIRA, T. A. et al. **Tecendo linguagens**. 3. ed. São Paulo: IBEP, 2012.

RAMOS, R. A.; TAKEUKI, M. **Universos língua portuguesa**. São Paulo: Edições SM, 2012.

TAVARES, R. A. A.; BRUGNEROTTO, T. **Vontade de saber português**. São Paulo: Editora FTD, 2012.

TRAVAGLIA, L. C.; FERNANDES, V. M. B. A.; ROCHA, M.A. de F. **A aventura da linguagem.** 2. ed. Belo Horizonte: Dimensão, 2012.